

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO – UNIFECAP

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

LAURIMAR VELOSO LIMA

**UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA COMPARABILIDADE DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS: UMA ANÁLISE
CRÍTICA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE INDICADORES FINANCEIROS**

São Paulo

2005

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO – UNIFECAP

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

LAURIMAR VELOSO LIMA

**UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA COMPARABILIDADE DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS: UMA ANÁLISE
CRÍTICA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE INDICADORES
FINANCEIROS**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

Orientador: Prof. Dr. Anísio Candido Pereira

São Paulo

2005

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

Reitor: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-reitor: Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Pró-reitor de Extensão: Prof. Dr. Fábio Appolinário

Pró-reitor de Graduação: Prof. Jaime de Souza Oliveira

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Coordenador do Mestrado em Administração de Empresas: Prof. Dr. Dirceu da Silva

Coordenador do Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica: Dr. João Bosco Segreti

FICHA CATALOGRÁFICA

L732c	<p>Lima, Laurimar Veloso Uma contribuição ao estudo da comparabilidade de demonstrações contábeis consolidadas: uma análise crítica através da utilização de indicadores financeiros / Laurimar Veloso Lima. -- São Paulo, 2005. 164 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Anísio Candido Pereira.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Centro Universitário Álvares Penteado – UniFecap - Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica .</p> <p>1. Balanço consolidado (Contabilidade) 2. Investimentos – Avaliação 3. Indicadores econômicos</p> <p style="text-align: right;">CDD 657.3</p>
-------	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

LAURIMAR VELOSO LIMA

UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA COMPARABILIDADE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE INDICADORES FINANCEIROS

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteadó - UNIFECAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Benedito Felipe de Souza
Universidade do Sagrado Coração - USC - Bauru - SP

Prof. Dr. Antonio Benedito Silva Oliveira
Centro Universitário Álvares Penteadó - UNIFECAP

Prof. Dr. Anísio Cândido Pereira
Centro Universitário Álvares Penteadó – UNIFECAP
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 27 de Abril de 2005

À Itamar do Ó Veloso, meu pai, *in memoriam*.

À minha esposa Gilda, meus filhos Clarissa e Vinícius.

À minha mãe, Clarinda.

AGRADECIMENTOS

À DEUS por ter me dado saúde e forças para a conclusão de mais esta etapa importante em minha formação acadêmica e profissional.

Ao longo deste período contei com ajuda e apoio de instituições e pessoas às quais gostaria de formalmente agradecer:

Ao Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP pela iniciativa e manutenção do Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica de fundamentação importância no desenvolvimento e qualificação de profissionais para o mercado e para a atividade acadêmica.

Aos professores do curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica do UNIFECAP: Prof. Dr. Antônio Benedito Silva Oliveira; Prof. Dr. Antonio de Loureiro Gil; Prof. Dr. Cláudio Parisi; Prof. Dr. João Bosco Segreti; Prof. Dr. Antônio Robles Júnior; Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes e Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias, pela oportunidade de compartilhar de seus conhecimentos ao longo do curso.

Agradecimento especial ao Professor e Orientador Dr. Anisio Candido Pereira, por aceitar a orientação deste trabalho, apoio e dedicação durante toda a etapa de elaboração e revisão da dissertação.

Aos Professores Dr. Benedito Felipe de Souza e Dr. Antonio Benedito Silva Oliveira, membros da comissão julgadora, pelas críticas e sugestões construtivas ao presente estudo quando do exame de qualificação e da defesa final.

À Professora Fabíola D'Agostini Peleias pelo trabalho de revisão ortográfica, gramatical e normas ABNT desta dissertação.

À Amanda Chiroto e Leslye Revely secretárias do Programa de Mestrado pelo apoio operacional ao longo do curso e nas etapas de qualificação e defesa final sempre com muita presteza e simpatia.

A todos os funcionários da Biblioteca do UNIFECAP em especial à Vânia Choi e Gisele Brito.

A todos os colegas do curso de mestrado, pela convivência, amizade e troca de experiências profissionais.

Aos meus colegas da Pfaff Latina, pela colaboração, apoio e incentivo.

Agradeço a minha mãe Clarinda, Luciene e Ana Paula, irmãs, pelo incentivo e apoio recebido.

À Maria Geronima, minha sogra, pelas palavras de incentivo e apoio.

Aos meus filhos Clarissa e Vinícius pela compreensão da importância deste curso e pelo apoio em todos os momentos em que precisei estar ausente, longe de sua companhia.

Agradeço especialmente à Gilda Marques Pereira Lima, minha esposa, que esteve ao meu lado em todos os momentos e que não me deixou esmorecer mesmo nas condições mais críticas e adversas. Sem seu apoio não teria concluído esta etapa. As palavras deste parágrafo são insuficientes para expressar e traduzir toda minha gratidão.

À pessoas não citadas nesta lista de agradecimentos, mas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

À todos muito obrigado.

“Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons, mas há os que lutam toda a vida, e estes são imprescindíveis”.
Bertold Brecht

RESUMO

Este estudo tem por objetivo elaborar uma análise crítica do processo de consolidação dos demonstrativos financeiros quando os resultados destes são utilizados para fins de comparabilidade. Por meio de uma pesquisa exploratória, juntamente com a análise de exemplos de demonstrações contábeis de 3 (três) grupos empresariais, procurou-se avaliar a adequação desses demonstrativos para fins comparativos e a capacidade para prognosticar tendências futuras, quando analisados isoladamente. Entende-se que, apesar de a consolidação das demonstrações contábeis ter representado um avanço na ciência contábil, da exigência legal e do reconhecimento da maioria dos doutrinadores do valor das informações consolidadas, a utilização desses demonstrativos possuem limitações e não está isenta de críticas. Variações significativas nos resultados das controladas podem comprometer a análise dos demonstrativos consolidados ou condições financeiras de controladas podem ser encobertas nos resultados consolidados, de tal forma que, para uma correta análise do grupo em questão, analisar demonstrações individuais seja a melhor alternativa. Para o desenvolvimento do estudo foi necessário, inicialmente, abordar a metodologia para avaliação de investimentos permanentes em outras sociedades e os procedimentos e técnicas para a consolidação dos demonstrativos financeiros no Brasil. A metodologia empregada foi a pesquisa exploratória, por meio das técnicas da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e da apresentação e análise de casos práticos.

Palavras-chave: Balanço consolidado (Contabilidade). Investimentos – Avaliação. Indicadores econômicos.

ABSTRACT

This study has the objective to elaborate a critical analysis of the process of consolidation of the financial statements when the results of these are used for comparability purposes. Through an exploratory research, with examples analysis of accounting statements from 3 (three) business groups, it tries to evaluate the adaptation of these statements for comparative purposes and the capacity of these in predicting future tendencies, when analyzed separately. Understands that in spite of the consolidation of the accounting financial statements had represented a progress in the accounting science, of the legal demand and of the recognition of most of the doctrinaires of the value of the consolidated information the use of these statements possesses limitations and they are not exempt of critics. Significant variations in the results of controlled companies can commit the analysis of the consolidated statements or financial conditions of controlled company can be hidden in the consolidated results, in such a way that for a correct analysis of the group in subject, to analyse individual demonstrations is the best alternative. For development of the study it is done necessary, initially, to approach the methodology for evaluation of permanent investments in other companies and the procedures and techniques for the consolidation of the financial statements in Brazil. The methodology to be used will be exploratory research, through the techniques of bibliographical research, of documental research, demonstration and examples analysis.

Key-words: Financial statements, consolidated. Investments – evaluation. Economic indicators.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os quatro tipos de conhecimento.....	22
Quadro 2 - Resumo dos requisitos a serem obrigatoriamente atendidos para avaliação pelo MEP do Brasil.....	40
Quadro 3 - Legislação inerente a consolidação e investimentos permanentes.....	56
Quadro 4 - Diferenças entre as teorias da consolidação.....	59
Quadro 5 - Exemplificação da classificação de participação de acionistas minoritários no balanço patrimonial	60
Quadro 6 - Exemplificação da classificação de participação de acionistas minoritários na demonstração de resultado	61
Quadro 7 - Fórmula: indicadores de liquidez e solvência.....	82
Quadro 8 - Fórmula: indicadores da estrutura de endividamento.....	83
Quadro 9 - Fórmula: indicadores de rotação ou giro	84
Quadro 10 - Fórmula: indicadores de rentabilidade e lucratividade	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstração convencional, sem a reclassificação do passivo a descoberto.....	47
Tabela 2 - Demonstração do passivo a descoberto após a Resolução CFC 847/99-47	
Tabela 3 - Sumário dos resultados: Grupo Battistella	78
Tabela 4 - Sumário dos resultados: Grupo Marisol	79
Tabela 5 - Sumário dos resultados: Grupo WEG	80
Tabela 6 - Resumo dos indicadores: Grupo Battistella 2002	85
Tabela 7 - Variação dos indicadores: Grupo Battistella 2002.....	86
Tabela 8 - Resumo dos indicadores: Grupo Battistella 2003	90
Tabela 9 - Variação dos indicadores: Grupo Battistella 2003.....	91
Tabela 10 - Resumo dos indicadores: Grupo Marisol 2002	95
Tabela 11 - Variação dos indicadores: Grupo Marisol 2002.....	95
Tabela 12 - Resumo dos indicadores: Grupo Marisol 2003	99
Tabela 13 - Variação dos indicadores: Grupo Marisol 2003.....	100
Tabela 14 - Resumo dos indicadores: Grupo WEG 2001	103
Tabela 15 - Variação dos indicadores: Grupo WEG 2001.....	103
Tabela 16 - Resumo dos indicadores: Grupo WEG 2002	107
Tabela 17 - Variação dos indicadores: Grupo WEG 2002.....	108
Tabela 18 - Resumo dos indicadores: Grupo WEG 2003	111
Tabela 19 - Variação dos indicadores: Grupo WEG 2003.....	112
Tabela 20 - Variações significativas: Grupo Battistella.....	123
Tabela 21 - Variações significativas: Grupo Marisol.....	124
Tabela 22 - Variações significativas: Grupo WEG.....	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Indicadores de liquidez e solvência: Battistella 2002.....	87
Gráfico 2 - Indicadores da estrutura de endividamento: Battistella 2002	87
Gráfico 3 - Indicadores de rotação ou giro: Battistella 2002.....	88
Gráfico 4 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade: Battistella 2002	89
Gráfico 5 - Indicadores de liquidez e solvência: Battistella 2003.....	91
Gráfico 6 - Indicadores da estrutura de endividamento: Battistella 2003	92
Gráfico 7 - Indicadores de rotação ou giro: Battistella 2003.....	93
Gráfico 8 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade: Battistella 2003	94
Gráfico 9 - Indicadores de liquidez e solvência: Marisol 2002.....	96
Gráfico 10 - Indicadores da estrutura de endividamento: Marisol 2002	96
Gráfico 11 - Indicadores de rotação ou giro: Marisol 2002.....	97
Gráfico 12 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade: Marisol 2002	98
Gráfico 13 - Indicadores de liquidez e solvência: Marisol 2003.....	100
Gráfico 14 - Indicadores da estrutura de endividamento: Marisol 2003	101
Gráfico 15 - Indicadores de rotação ou giro: Marisol 2003.....	101
Gráfico 16 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade: Marisol 2003	102
Gráfico 17 - Indicadores de liquidez e solvência: WEG 2001.....	104
Gráfico 18 - Indicadores da estrutura de endividamento: WEG 2001	104
Gráfico 19 - Indicadores de rotação ou giro: WEG 2001.....	105
Gráfico 20 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade: WEG 2001	106
Gráfico 21 - Indicadores de liquidez e solvência: WEG 2002.....	108
Gráfico 22 - Indicadores da estrutura de endividamento: WEG 2002	109
Gráfico 23 - Indicadores de rotação ou giro: WEG 2002.....	109
Gráfico 24 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade: WEG 2002	110
Gráfico 25 - Indicadores de liquidez e solvência: WEG 2003.....	112
Gráfico 26 - Indicadores da estrutura de endividamento: WEG 2003	113
Gráfico 27 - Indicadores de rotação ou giro: WEG 2003.....	113
Gráfico 28 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade: WEG 2003	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPA	American Association of Public Accountants
AICPA	American Institute of Certified Public Accountants
APB	Accounting Principles Board
ARB	Accounting Research Bulletin
BACEN	Banco Central do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EPE	Entidade de Propósito Específico
FASB	Financial Accounting Standards Board
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
LOB	Line of Business
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
N/C	Não calculado
OECD	Organization for Economic Cooperation and Development
PTS	Pontos
ROA	Return on Assets
ROE	Return on Equity
SEC	Securities Exchange Commission
UM	Nações Unidas
VCI	Valor Contábil de Investimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

1.1 Introdução	16
1.2 Situação-problema	18
1.3 Objetivos	19
1.3.1 Objetivo geral	20
1.3.2 Objetivos específicos	20
1.4 Hipótese	20
1.5 Justificativa	21
1.6 Metodologia científica	22
1.7 Delimitação do estudo	25
1.8 Estrutura da pesquisa	26

2 AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES E O MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

2.1 Aspectos introdutórios	28
2.1.1 Definições dos termos utilizados	29
2.2 O método de custo	31
2.3 O método da equivalência patrimonial	32
2.3.1 A importância do método de equivalência patrimonial	33
2.4 Obrigatoriedade da equivalência patrimonial	33
2.4.1 Lei 6404/76	33
2.4.2 CVM	35
2.4.3 Reformulação da Lei 6404/76	37
2.4.4 IBRACON	39
2.4.5 Instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil	39
2.5 A técnica do MEP no Brasil	40
2.5.1 Resultados não realizados	40
2.5.2 Dividendos recebidos	42
2.5.3 Reservas de capital	42
2.5.4 Ajustes de exercícios anteriores	43
2.5.5 Variação no percentual de participação	44
2.5.6 Reavaliação de ativos de controladas	44
2.5.7 Tratamento contábil do ágio ou deságio nas demonstrações individuais	45
2.6 Investida com patrimônio líquido negativo	46
2.7 Provisão para perdas permanentes em investimentos	48
2.8 Exemplo de aplicação da equivalência patrimonial	49

3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Um breve histórico sobre a consolidação das demonstrações contábeis	52
3.2 Conceitos e objetivos da consolidação	53
3.3 Obrigação legal	54
3.4 Teorias da consolidação	56
3.4.1 Teoria da matriz	56
3.4.2 Teoria da entidade	57
3.4.3 Teoria contemporânea	58
3.5 Participações minoritárias	60
3.6 Tipos de consolidação	61

3.6.1	Consolidação integral	61
3.6.2	Consolidação parcial	61
3.6.3	Consolidação proporcional	62
3.7	Técnicas e procedimentos da consolidação	63
3.7.1	Agregar saldos	64
3.7.2	Eliminar saldos e transações	64
3.7.3	Segregação	66
3.7.4	Condições requeridas	67
3.7.4.1	Uniformização dos critérios e práticas contábeis	67
3.7.4.2	Controle analítico das transações econômico-financeiras	67
3.7.4.3	Manual de normas contábeis e de consolidação	67
3.8	Consolidação de controlada com passivo a descoberto	68
3.9	Controladas excluídas da consolidação	69
3.10	Consolidação de EPE – Entidade de Propósito Específico	70
3.11	Críticas à consolidação	72

4 ANÁLISE COMPARATIVA

4.1	A importância da estrutura, análise e interpretação de balanços	76
4.1.1	A seleção das empresas	77
4.1.2	A coleta de dados	80
4.2	Indicadores convencionais de medição de desempenho	80
4.2.1	Quocientes de liquidez e solvência	82
4.2.2	Quocientes da estrutura de endividamento	82
4.2.3	Quocientes de rotação ou giro	83
4.2.4	Quocientes de rentabilidade e lucratividade	84
4.3	Análise dos resultados dos indicadores/quocientes – Grupo Battistella	85
4.3.1	Grupo Battistella – ano 2002	85
4.3.2	Grupo Battistella – ano 2003	90
4.4	Análise dos resultados dos indicadores/quocientes – Grupo Marisol	94
4.4.1	Grupo Marisol – ano 2002	94
4.4.2	Grupo Marisol – ano 2003	99
4.5	Análise dos resultados dos indicadores/quocientes – Grupo WEG	102
4.5.1	Grupo WEG – ano 2001	102
4.5.2	Grupo WEG – ano 2002	107
4.5.3	Grupo WEG – ano 2003	111
4.6	Informação segmentada	114
4.6.1	Os usuários e usos da informação segmentada	115
4.6.2	Os benefícios da informação segmentada	116
4.6.3	Os custos das informações segmentadas	117
4.6.4	A legislação da informação segmentada	118
4.6.4.1	FASB	118
4.6.4.2	IASB	118
4.6.4.3	CVM	119
4.6.5	Problemas dos relatórios segmentados	120
4.7	Análise crítica	121
4.8	Considerações finais do capítulo	122

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	125
----------	---	------------

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	
Referências	127
Bibliografia consultada	132
APÊNDICES.....	134

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o tema, apresentar a situação-problema, os objetivos e a justificativa para a realização da presente pesquisa, bem como indicar a metodologia científica a ser empregada, a delimitação e a estrutura do estudo.

1.1 Introdução

No desenvolvimento empresarial e em consequência do processo de globalização dos mercados, os negócios não estão restritos à fronteira de um país, pois, muitas vezes, o crescimento e a diversificação de atividades requer o desmembramento do núcleo inicial, a empresa matriz, em vários outros. Com o tempo, essas empresas poderão multiplicar-se dependendo dos interesses em jogo, provocando o surgimento e a proliferação de grupos empresariais ou conglomerados que, algumas vezes, possuem uma grande dimensão.

Os investidores são as pessoas mais interessadas em acompanhar de perto os resultados gerados pelas operações dessas empresas e, para tanto, necessitam das suas demonstrações contábeis.

Nesse cenário, insere-se o processo de consolidação das demonstrações contábeis, uma vez que a exigência e a necessidade de elaboração e divulgação dessas demonstrações crescem cada vez mais em função do aumento do volume de operações de aquisições de empresas realizadas em todo mundo.

A consolidação de balanços representou uma evolução na ciência contábil. Muitas empresas, mesmo não divulgando as demonstrações consolidadas, por não serem obrigadas, adotam a prática de sua elaboração para fins internos e gerenciais.

Conforme a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI (2000, p. 68):

O objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise da causas das suas mutações. Já sob a ótica pragmática, a aplicação da contabilidade a uma entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas

mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

Com a globalização, as empresas estão aumentando a obtenção de capital além das fronteiras de seu país-sede, trazendo a necessidade de informações contábeis confiáveis, as quais devem compreendidas pelo investidor. De forma geral, os investidores são atraídos para mercados que conhecem e nos quais confiam.

Entretanto, com a diversidade das normas contábeis, a diferença pode ser tão significativa que as demonstrações podem não ser entendidas ou enganosas. Portanto, exige-se que dados divulgados não dêem margem às interpretações distorcidas ou erradas.

Além da diversidade nas normas contábeis, na atividade empresarial existe o fator risco, que pode levar o empreendimento a gerar prejuízos e, posteriormente, dúvidas quanto à continuidade das operações, além do abandono das atividades.

Apesar de a maioria dos doutrinadores reconhecer o valor das demonstrações financeiras consolidadas, elas não estão isentas de críticas.

A presente pesquisa pretende trazer à reflexão a adequação da prática de consolidação de balanços quando utilizada para consolidar demonstrações financeiras que envolvam companhias com atividades diversificadas e conglomerados, bem como sua utilização para fins comparativos.

A informação é vital para a tomada das melhores decisões possíveis pelos investidores e para a estabilidade do mercado de capitais. Sobre o assunto, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 511) dizem que “a informação suficiente deve ser apresentada de modo a permitir a predição das tendências futuras e da variabilidade dos dividendos, bem como da associação entre rentabilidades futuras e o mercado”.

Sá ([1997?]), em artigo em seu site, afirma:

Vasta é a utilidade dos informes e demonstrações contábeis e isto muito responsabiliza a tecnologia contabilística perante o mundo social. Muitos são os interesses em jogo e grandes são os males que podem ocorrer quando existe má qualidade ou infidelidade demonstrativa. Há milênios o homem acompanha a evolução e transformação da riqueza de seus empreendimentos e isto haverá de perdurar pelos tempos, tanto quanto também as utilidades materiais estiverem a serviço do homem. Ocorre, entretanto, que uma desarmonia entre as normas que regulam referidos

informes preside hoje tais evidências, colocando em risco os usuários das informações contabilísticas.

Observa-se, assim, a importância das informações contábeis para avaliação dos investimentos, exigência de demonstrações consolidadas, preocupação com a transparência e confiabilidade dos informativos, utilização de demonstrativos consolidados para fins comparativos e para prognosticar tendências futuras.

1.2 Situação-problema

De acordo com Marconi e Lakatos (2000, p. 139), “enquanto o tema de uma pesquisa é uma proposição até certo ponto abrangente, a formulação do problema é mais específica: indica exatamente qual a dificuldade que se pretende resolver”.

Com relação à formulação do problema, Rudio (1986, p. 94) afirma que:

Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema é torná-lo individualizado, específico, inconfundível.

Ao formular um problema científico, Gil (2002, p. 27) recomenda:

O problema deve ser formulado como pergunta.
Esta é a maneira mais fácil e direta de formular um problema. Além disso, facilita sua identificação por parte de quem consulta o projeto ou o relatório da pesquisa. {...}
Este cuidado é muito importante, sobretudo, nas pesquisas acadêmicas. De modo geral, o estudante inicia o processo da pesquisa pela escolha de um tema, que por si só não constitui um problema. Ao formular perguntas sobre o tema, provoca-se sua problematização.

A contabilidade tem como um de seus objetivos fornecer aos usuários informações úteis e confiáveis para auxiliar o processo decisório. Portanto, essas informações não podem dar margem às interpretações erradas ou distorcidas. Ainda de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 511) “a divulgação financeira deve fornecer informação útil à tomada de decisões racionais de investimento, concessão de crédito etc., por investidores e credores atuais e no futuro, bem como outros usuários”.

Dessa forma, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão-chave:

Demonstrações financeiras consolidadas de um conglomerado empresarial, agrupadas em uma única atividade, podem ser utilizadas para fins comparativos?

Inicialmente, foram formuladas as seguintes questões para investigar o problema proposto:

- a) demonstrações financeiras de companhias diversificadas (conglomerados) são impossíveis de agrupar em uma atividade única?
- b) demonstrações financeiras consolidadas de um conglomerado, analisadas isoladamente, permitem prognosticar tendências futuras?
- c) demonstrações financeiras consolidadas de um conglomerado empresarial podem ser utilizadas para fins comparativos?
- d) informações segmentadas por linha de negócios e mercados geográficos, divulgados como informações complementares, podem auxiliar a análise das demonstrações contábeis consolidadas?

No tópico seguinte, abordam-se os objetivos para buscar as respostas ao problema e às questões propostas para a pesquisa.

1.3 Objetivos

Objetivos são os fins teóricos e práticos que se propõe alcançar com a pesquisa. De acordo com Oliveira (2003, p. 132), “o objetivo geral procura dar uma visão ampla da pesquisa. O pesquisador deve mostrar a importância do assunto e a temática proposta. Também deve apresentar a relevância do trabalho a ser desenvolvido e a sua contribuição para a ampliação do conhecimento geral relativo a ele”. Ainda segundo o autor, o objetivo específico define o ponto central da pesquisa. Dessa forma, na ideia geral do trabalho, deve-se ressaltar a ideia específica a ser desenvolvida. Nesse sentido, o presente estudo apresenta os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo geral

Identificar e analisar as disposições da legislação brasileira, da teoria e das normas de contabilidade para a preparação e consolidação de balanços de empresas e de conglomerado de empresas.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) pesquisar a legislação brasileira e teoria da contabilidade sobre a fundamentação, as normas e os procedimentos para a consolidação de balanços;
- b) analisar a adequação das disposições da legislação brasileira frente ao cenário de globalização dos mercados, da economia e da exigência cada vez maior de transparência e confiabilidade dos demonstrativos financeiros;
- c) elaborar análise comparativa entre a consolidação de demonstrações contábeis de 3 grupos empresariais, procurando identificar a variação entre os resultados das empresas individuais e o resultado consolidado de cada grupo;
- d) verificar a adequação da utilização de demonstrativos financeiros consolidados de conglomerados para fins de comparabilidade;
- e) verificar se a utilização de informações segmentada auxilia na análise dos demonstrativos contábeis consolidados.

1.4 Hipótese

Trujillo (apud MARCONI; LAKATOS, 2000, p. 136), assim define hipótese:

A hipótese é uma proposição antecipadora à comprovação de uma realidade existencial. É uma espécie de pressuposição que antecede a constatação dos fatos. Por isso se diz também que as hipóteses de trabalho são formulações provisórias do que se procura conhecer e, em consequência, são supostas respostas para o problema ou assunto da pesquisa.

Marconi e Lakatos (2000, p. 139) adotam o seguinte conceito para hipótese:

Um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos):
a) formulado como solução provisória para determinado problema;

- b) apresentando caráter ou explicativo ou preditivo;
- c) compatível com o conhecimento científico (coerência externa) e revelando consistência lógica (coerência interna);
- d) sendo passível de verificação empírica em suas conseqüências.

Para Gil (2002, p. 31), hipótese é “a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema”.

Para esta pesquisa, a hipótese verificada é:

Informações extraídas de demonstrativos financeiros consolidados apresentam limitações de análise e de utilização quando comparadas às extraídas dos demonstrativos financeiros individuais.

A seguir, apresenta-se a justificativa para elaborar a pesquisa.

1.5 Justificativa

A Contabilidade tem como um de seus grandes objetivos fornecer informações úteis para o processo decisório.

Os demonstrativos financeiros são fundamentais para entender a situação econômica e financeira das empresas. A partir da análise desses demonstrativos tomam-se decisões, tanto pelos usuários externos à empresa (credores fornecedores, investidores, analistas de mercado etc.), quanto pelos usuários internos (administradores, consultores, controladores etc.).

A justificativa para a realização deste estudo decorre da preocupação quanto à utilização de demonstrativos financeiros consolidados para fins de comparabilidade e prognóstico de tendências futuras.

As informações extraídas a partir de demonstrativos financeiros consolidados permitem a correta avaliação do grupo econômico e a sua capacidade de geração de resultados futuros? Essas informações podem ser utilizadas sem limitações no processo decisório?

Em nível prático, esta pesquisa visa a contribuir e proporcionar um adequado entendimento aos usuários dos demonstrativos financeiros consolidados.

Espera-se, também, que este estudo proporcione uma visão crítica acerca da utilização de demonstrativos financeiros consolidados para fins de comparabilidade e para prognóstico de tendências futuras das empresas.

O tópico seguinte tem por objetivo descrever a metodologia utilizada para elaborar a presente pesquisa. Inicialmente, apresentam-se os conceitos de conhecimento científico e de Ciência Contábil e, posteriormente, os conceitos de método e pesquisa, seguidos da tipologia da pesquisa.

1.6 Metodologia científica

Conforme Silva (2003, p. 37), “o conhecimento científico atende ao propósito da ciência, que é desvendar a realidade, por isso é real (factual), lida com ocorrências ou fatos. A ciência soma, conquista e avança à medida que novas descobertas são incorporadas aos seus domínios”.

Trujillo (apud MARCONI; LAKATOS, 2000, p. 18) sistematiza as características dos quatro tipos de conhecimento, conforme quadro a seguir:

Conhecimento Popular	Conhecimento Científico	Conhecimento Filosófico	Conhecimento Religioso (Teológico)
Valorativo Reflexivo Assistemático Verificável Falível Inexato	Real (Factual) Contingente Sistemático Verificável Falível Aproximadamente exato	Valorativo Racional Sistemático Não verificável Infalível Exato	Valorativo Inspiracional Sistemático Não verificável Infalível Exato

Quadro 1 Os quatro tipos de conhecimento

Fonte: Marconi e Lakatos (2000, p.18)

Ainda com relação ao conhecimento científico, segundo Marconi e Lakatos (2000, p. 20):

Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experimentação e não apenas pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico. É sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de idéias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da verificabilidade, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final, por este motivo, é aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente.

De acordo com Oliveira (2003, p. 39), a Ciência Contábil:

É um conjunto sistemicamente formatado e apresentado de conhecimentos obtidos de forma metódica. Esses conhecimentos devem ser verificáveis e referir-se a um objeto de estudo determinado – no caso da Contabilidade, esse objeto é a riqueza de uma entidade: o patrimônio.

De acordo com Marconi e Lakatos (2000, p. 36), o conhecimento científico é dependente de investigação metódica, já que:

- a) é planejado, pois o cientista não age ao acaso: ele planeja o seu trabalho, sabe o que procura e como deve proceder para encontrar o que almeja;
- b) baseia-se em conhecimento anterior, particularmente em hipóteses já confirmadas, e em leis e princípios já estabelecidos;
- c) obedece a um método pré-estabelecido, que determina, no processo de investigação, a aplicação de normas e técnicas em etapas claramente definidas.

Para Marconi e Lakatos (2000, p. 46):

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Assim, Ruiz (2002, p. 138) afirma que “todas as atividades podem ser executadas de alguma forma mais segura, mais econômica, mais perfeita. O roteiro desta ação mais perfeita é o seu método peculiar, ou melhor, sua técnica”. O autor afirma ainda que a palavra método significa o traçado das etapas fundamentais da pesquisa, enquanto a palavra técnica significa os diversos procedimentos ou a utilização dos diversos recursos peculiares a cada objeto de pesquisa, dentro das diversas etapas do método.

Segundo Marconi e Lakatos (1990, p. 15), pesquisa é “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. A pesquisa tem por finalidade buscar respostas que preocupam a sociedade ou parte dela, mediante aplicação de métodos científicos.

Para Gil (2002, p. 41), é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Ainda segundo o autor, a pesquisa

exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideais ou a descoberta de intuições”.

Selltiz (apud GIL, 2002, p. 41), com relação às pesquisas exploratórias, destaca que “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

Esta pesquisa caracteriza-se pela investigação da teoria contábil e pelo levantamento das normas brasileiras para a consolidação de demonstrações contábeis. Seu foco é, especificamente, a situação de empresas (conglomerados) econômicas e a utilização desses demonstrativos para fins comparativos e para prognosticar tendências futuras.

Portanto, a metodologia utilizada para alcançar os objetivos da presente pesquisa pode ser apresentada sob dois enfoques:

- a) quanto aos fins: pesquisa exploratória;
- b) quanto aos meios: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e análise de multi-exemplos.

De acordo com Marcantonio (1993, p. 24), pesquisa bibliográfica é o levantamento, a seleção, o fichamento e o arquivamento de informações sobre interesse para o estudo de determinado assunto. Acrescenta que a pesquisa bibliográfica é a busca das fontes específicas para recuperar as informações armazenadas nos documentos e, assim, é possível chegar à bibliografia necessária para a pesquisa.

Dessa forma, para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se inicialmente o método bibliográfico que, conforme Martins (1994, p. 28), trata-se do estudo que visa a conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Ademais, tal método tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar contribuições teóricas já existentes sobre dado tema.

Aliado ao estudo teórico, desenvolveu-se a análise de multi-exemplos, de forma que seja possível a ilustração do estudo com apresentação de casos práticos, visando a estimular a compreensão.

Foi utilizada também a pesquisa documental, uma vez que, para o desenvolvimento e análise dos exemplos, as fontes de dados serão as demonstrações contábeis das empresas envolvidas no estudo.

Segundo Godoy (1995, p. 24), a pesquisa documental “consiste no exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares”.

As observações desta pesquisa foram extraídas por meio do método descritivo que, conforme Martins (1994, p. 28), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos.

Na visão de Eco (1996, p. 22), o estudo científico deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse, além disso, deve objetivar ser útil aos demais estudiosos.

Dessa forma, a metodologia empregada para a realização do presente estudo foi a pesquisa exploratória, por meio de técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e da análise de multi-exemplos com a apresentação de casos práticos.

1.7 Delimitação do estudo

O presente estudo limitou-se à análise dos quocientes ou índices extraídos das demonstrações contábeis dos três grupos selecionados, divididos em quatro categorias diferentes:

- a) quocientes de liquidez e solvência: liquidez imediata, seca, corrente e geral;
- b) estrutura de endividamento: relação capital de terceiros e total, relação capital de terceiros e próprio e participação das dívidas de curto prazo sobre o endividamento total;

- c) rotação ou giro: rotatividade dos estoques, prazo médio de estocagem, rotação de contas a receber, prazo médio de cobrança e rotatividade do ativo;
- d) rentabilidade e lucratividade: margem bruta, operacional, líquida, retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido.

Não foram analisadas todas as demonstrações contábeis do grupo. Algumas empresas controladas, constituídas por quotas de responsabilidade limitada e, portanto, desobrigadas a publicar os balanços, apesar de solicitadas, recusaram-se a fornecer os demonstrativos contábeis.

Apesar dessa limitação, entende o autor não descaracterizar o estudo dos quocientes e indicadores por meio dos demonstrativos contábeis obtidos.

1.8 Estrutura da pesquisa

Esta pesquisa está estruturada em quatro capítulos:

Capítulo 1 – Introdução com a contextualização do tema, a questão-problema a ser investigada, a hipótese, a metodologia científica empregada, os objetivos do estudo, a justificativa para a escolha do tema, a delimitação do estudo e a estrutura do trabalho. Nesse capítulo, o leitor terá uma visão geral do estudo;

Capítulo 2 – Esse capítulo trata da avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e sua utilização no processo de consolidação de balanços;

Capítulo 3 – O objetivo do capítulo é abordar o processo de consolidação de forma ampla: conceitos e objetivos da consolidação, obrigatoriedade, histórico do processo de consolidação, teorias da consolidação, limitações do processo de consolidação, críticas à consolidação, a questão de participações minoritárias, tipos existentes de consolidação, técnicas e procedimentos da consolidação e tratamentos especiais;

Capítulo 4 – Nesse capítulo, foram desenvolvidos os multi-exemplos com a apresentação dos casos práticos, elaborados a partir das demonstrações contábeis de três conglomerados econômicos. Os indicadores financeiros individuais foram

verificados e comparados aos indicadores do consolidado para os três grupos de empresas e, posteriormente, foi analisado se existem divergências significativas entre os indicadores individuais e do consolidado. Procurou-se observar a adequação da utilização de demonstrativos financeiros consolidados de conglomerados em uma única entidade para fins comparativos, além da sua capacidade para predição de tendências futuras. Nesse capítulo, também foi abordada a utilização de informações segmentadas. Por último, foram apresentadas as considerações finais e recomendações, a opinião do autor sobre os assuntos abordados no desenvolvimento do estudo e a verificação da análise comparativa, procurando responder à situação-problema proposta no início.

2 AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES E O MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Neste capítulo, fez-se uma abordagem não exaustiva dos aspectos relativos à avaliação de investimentos permanentes e ao método da equivalência patrimonial.

É necessário construir um referencial teórico mínimo que propicie o entendimento desse método de avaliação, uma vez que, para o processo de consolidação das demonstrações contábeis, utiliza-se uma série de registros. Tais registros somente podem ser entendidos com o conhecimento prévio do método de equivalência patrimonial.

2.1 Aspectos introdutórios

Para Marion (1998, p. 300), investimentos são:

Aplicações relativamente permanentes, com propensão a produzir renda para a empresa. São participações voluntárias ou incentivadas, em empresas e direitos de propriedade, não enquadráveis no ativo circulante, nem no realizável a longo prazo, nem mesmo no imobilizado, pois não se destinam atividade operacional da empresa.

Os investimentos podem ser classificados em temporários ou permanentes; Neves e Viceconti (2003, p. 279) os definem da seguinte forma:

Investimentos Temporários: adquiridos com a intenção de revenda e tendo, geralmente, caráter especulativo. Podem ser classificados no ativo circulante (AC) ou no ativo realizável a longo prazo (ARLP);
Investimentos Permanentes: adquiridos com a intenção de continuidade, representando, portando, uma extensão da atividade econômica da investidora, devendo ser classificados no ativo permanente (AP).

O artigo 179 da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) estabelece as seguintes classificações para as contas patrimoniais:

I – no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;
II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte;
III – em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção de atividade da companhia ou empresa.

Existem dois métodos de avaliação de investimentos permanentes:

- a) método do custo;
- b) método da equivalência patrimonial.

Entretanto, antes da definição desses dois métodos de avaliação de investimentos, é necessário o conhecimento de termos que serão utilizados constantemente nesse estudo nos assuntos a seguir:

2.1.1 Definições dos termos utilizados

Investidora – É a sociedade que tem participação no capital de outras sociedades. Quando essa participação lhe assegura o controle, é chamada de controladora;

Investida – É a sociedade na qual a investidora tem participação; pode ser caracterizada como sociedade controlada ou coligada;

Controladora – A Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), em seu artigo 116, define como Controladora:

Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:

- a) É titular de direitos de votos que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e.
- b) Usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

Coligadas - São coligadas as sociedades quando uma participa, com 10% (dez por cento) ou mais, do capital da outra, sem controlá-la. Lei nº. 6404/76, artigo 243, § 1. (BRASIL, 1976b).

Controladas – Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Lei nº. 6404/76, artigo 243 § 2. (BRASIL, 1976b).

Sociedade equiparada à coligada – A instrução nº. 247 (CVM, 1996), parágrafo único do artigo 2º, menciona que se equiparam à coligadas:

- a) As sociedades quando uma participa indiretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la;
- b) As sociedades quando uma participa diretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la independentemente do percentual da participação no capital total;

Subsidiária – “É uma empresa que é controlada por outra empresa (conhecida como matriz)”. (NORMAS...,2002, IAS-28 § 3º., p. 557). Equipara-se, no Brasil, a uma Controlada;

Matriz – “É a empresa que tem uma ou mais subsidiárias”. (NORMAS..., 2002, IAS-27 § 6º., p. 548). Equipara-se, no Brasil, a uma empresa Controladora;

Grupo – “É o conjunto de todas as subsidiárias”. (NORMAS..., 2002, IAS-27 § 6º., p. 548);

Controle direto – Quando a investidora possui em seu próprio nome mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante da investida (NEVES; VICECONTI, 1996, p. 112);

Controle indireto – Quando a investidora exerce o controle de uma sociedade por intermédio de outra, também controlada por aquela (NEVES; VICECONTI, 1996, p. 112);

Investimentos relevantes – A Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) , artigo 247, parágrafo único, define investimento relevante:

Parágrafo único. Considera-se relevante o investimento:

- a) Em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor contábil é igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia;
- b) No conjunto das sociedades coligadas e controladas, se o valor contábil é igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia.

Influência significativa – É o poder de participar nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais da investidora, mas não envolve o controle dessas políticas (NORMAS..., 2002, IAS 28 § 2º., p. 557);

Associada – É uma empresa na qual o investidor tem influência significativa; não é uma subsidiária nem uma “*joint venture*” do investidor, tal como sociedade em conta de participação ou consórcio de empresas. (NORMAS..., 2002, IAS 28 § 2º., p. 557);

Ágio – Diferença a maior entre o valor pago e o valor contábil de uma empresa;

Deságio – Diferença a menor entre o valor pago e o valor contábil de uma empresa;

Joint Venture – “corporação que é operada por um grande grupo de empresas (as “*joint venturers*”), para um negócio ou projeto específico com benefício mútuo para os membros do grupo”. (FASB, 1998, APB-18, p. 27.723)

2.2 O método de custo

O artigo 183 da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), item III, dispõe que os investimentos permanentes serão avaliados segundo os seguintes critérios:

[...] III – os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos artigos 248 e 250, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta perda estiver comprovada como permanente, e que será modificado em razão do recebimento sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas;

O artigo 248 da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), ressalvado acima, dispõe:

“No balanço patrimonial da companhia, os investimentos relevantes (artigo 247, parágrafo único) em sociedades coligadas sobre cuja administração tenha influência, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social, e em sociedades controladas, serão avaliados pelo valor de patrimônio líquido, de acordo com as seguintes normas:...”.

Entende-se, assim, que os investimentos não enquadrados nas exigências cumulativas do artigo 248 são avaliados pelo método de custo. São exemplos de investimentos avaliados pelo método de custo:

- a) investimentos em sociedades que não são coligadas ou controladas;
- b) investimentos não relevantes em sociedade coligada ou controlada;
- c) investimento relevante em sociedade, mas sem existência de influência em sua administração, ou cujo percentual de participação não atinge 20% (vinte por cento) do capital social da sociedade coligada.

Em resumo, para efeito da Lei das S/A., o método de custo é adotado para investimentos menores. Por esse método, os investimentos são mantidos pelo seu valor histórico, e a investidora não altera o valor contábil do investimento em função da investida ter apurado lucro ou prejuízo. Os dividendos são registrados como receita no momento em que são declarados e distribuídos, ou fornecidos pela empresa investida.

Deve-se registrar que, conforme disposição da CVM (1996), por meio da Instrução nº. 247/96, as companhias abertas deverão avaliar pelo método da equivalência patrimonial os investimentos não relevantes em sociedades controladas.

2.3 O método da equivalência patrimonial

Diferentemente do que ocorre no método de custo, pelo método da equivalência patrimonial as empresas devem reconhecer os resultados de seus investimentos relevantes em coligadas e controladas, a partir do momento em que esses resultados são gerados.

De acordo com FIPECAFI (2000, p. 139):

O conceito da equivalência patrimonial é baseado no fato de que os resultados e quaisquer variações patrimoniais de uma controlada ou coligada devem ser reconhecidos (contabilizados) no momento de sua geração, independentemente de serem ou não distribuídos.

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são ajustados pelos lucros ou prejuízos apurados pela sociedade investida, em contrapartida como receita ou despesa na sociedade investidora. Os dividendos declarados pela sociedade investida são considerados como uma redução de investimento na sociedade investidora.

Entende-se, assim, que o método da equivalência patrimonial preserva o princípio da competência, acompanhando o fato econômico, que é a geração do resultado, não a formalidade de sua distribuição.

2.3.1 A importância do método de equivalência patrimonial

Carvalhosa (1998) (apud SANTOS; SCHMIDT; FERNANDES, 2003, p. 9) destaca a importância do método de equivalência patrimonial pelo fato de constituir-se em uma simplificação do processo de consolidação. Por meio desse método, mediante um único registro no ativo da investidora, em contrapartida a uma conta de resultado operacional, obtém-se uma posição similar de patrimônio e resultado. Isso acontecerá caso a empresa tenha procedido à consolidação de suas demonstrações financeiras, caracterizando, então, uma estreita relação com o processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 401) afirmam que:

Uma vantagem importante do método de equivalência patrimonial é a de que, no nível estrutural, ele proporciona alguma coerência entre a divulgação de subsidiárias consolidadas e a divulgação de investimentos que não são incluídos na consolidação, mas que possuem algumas das características de participações em subsidiárias.

Para o processo de consolidação das demonstrações financeiras, é necessário o conhecimento prévio do método de equivalência patrimonial, pois abrange uma série de registros de ajustes que serão compreendidos somente por meio do MEP.

2.4 Obrigatoriedade da equivalência patrimonial

Analisa-se a seguir os aspectos da equivalência patrimonial segundo a Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), a CVM, o IBRACON e o Banco Central do Brasil – BACEN.

2.4.1 Lei nº. 6404/76

Por meio do artigo 248, Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), estabelece-se para as sociedades, pelas ações, a adoção do método da equivalência patrimonial para avaliação de investimentos permanentes:

No balanço patrimonial da companhia, os investimentos relevantes (artigo 247, parágrafo único) em sociedades coligadas sobre cuja administração tenha influência, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do

capital social, e em sociedades controladas, serão avaliadas pelo patrimônio líquido, de acordo com as seguintes normas:

I – o valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias no máximo, antes do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas;

II – o valor do investimento será determinado mediante aplicação sobre o valor de patrimônio líquido referido no número anterior, da porcentagem de participação no capital da coligada ou controlada;

III – a diferença entre o valor do investimento, de acordo com o número II, e o custo de aquisição corrigido monetariamente, somente será registrada como resultado do exercício:

- a) Se decorrer de lucro ou prejuízo apurado na coligada ou controlada;
- b) Se corresponder, comprovadamente, a ganhos ou perdas efetivos;
- c) No caso de companhia aberta, com observância das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

§ 1º. Para efeito de determinar a relevância do investimento, nos casos deste artigo, serão computados como parte do custo de aquisição os saldos de créditos da companhia contra coligadas e controladas;

§ 2º. A sociedade coligada, sempre que solicitada pela companhia, deverá elaborar e fornecer o balanço ou balancete de verificação previsto no número I.

A lei define que as coligadas serão avaliadas pelo MEP quando existir influência na administração da investida.

Conforme FIPECAFI (2000, p. 141), a influência na administração pode ser de diversas formas:

- a) A empresa investidora tem só 15% do capital, mas é ela quem fornece a tecnologia de produção e designa o diretor industrial ou o responsável pela área de produção;
- b) A investidora tem só 15% de participação, mas é a responsável pela administração e finanças, sendo a área de produção de responsabilidade dos outros acionistas.

Existem outras situações nas quais a investidora possui influência na administração. Algumas delas serão abordadas no tópico 2.4.2, ao tratar do método de equivalência patrimonial segundo a CVM.

De forma resumida, pode-se dizer que o método de equivalência patrimonial, pela legislação societária, foi utilizado para avaliação de investimentos permanentes nas seguintes situações:

- a) investimentos relevantes em controladas;
- b) em investimentos relevantes em coligadas com 20% ou mais de participação no capital;

- c) em investimentos relevantes em coligadas com menos de 20% de participação no capital, mas com influência na administração.

Santos e Schmidt (2002, p. 70) apontam que os principais problemas do método da equivalência patrimonial pela legislação societária são:

- a) o critério da relevância, somente utilizado no Brasil;
- b) a utilização do percentual de 20% do capital total, não do capital votante.

2.4.2 CVM

Para as companhias abertas, o requisito da relevância não é utilizado para exclusão da obrigatoriedade de utilização do MEP. Todas as controladas, mesmo que não relevantes, deverão ser avaliadas utilizando-se esse critério.

Assim determina a Instrução CVM nº. 247/96 (CVM, 1996):

Artigo 1º. - O investimento permanente de companhia aberta em coligadas, suas equiparadas e em controladas, localizadas no país e no exterior, deve ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, observadas as disposições nesta instrução.

Parágrafo Único – Equivalência patrimonial corresponde ao valor do investimento determinado, mediante aplicação da percentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido de cada coligada, sua equiparada e controlada.

A Instrução CVM nº. 247/96 (CVM, 1996) definiu em seu artigo 5º os tipos de influência na administração, visando à aplicação do método da equivalência patrimonial.

Estabelece a Instrução CVM nº. 247/96 (CVM, 1996), artigo 5º:

Deverão ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

I – o investimento em cada controlada; e

II – o investimento relevante em cada coligada e/ou equiparada, quando a investidora tenha influência na administração ou quando a percentagem de participação, direta ou indireta da investidora, representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital social da coligada.

Parágrafo único. Serão considerados exemplos de evidências de influência na administração da coligada:

- a) Participação nas suas deliberações sociais, inclusive com a existência de administradores comuns;
- b) Poder de eleger ou destituir um ou mais de seus administradores;
- c) Volume relevante de transações, inclusive o fornecimento de assistência técnica ou informações técnicas essenciais para as atividades da investidora;
- d) Significativa dependência tecnológica e/ou econômico-financeira;

- e) Recebimento permanente de informações contábeis detalhadas, bem como de planos de investimentos; ou
- f) Uso comum de recursos materiais, tecnológicos ou humanos.

Dessa forma, segundo a referida instrução da CVM, foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

- a) os investimentos em controladas;
- b) os investimentos relevantes em coligadas ou equiparadas indiretas iguais ou maiores do que 20% do capital social;
- c) os investimentos relevantes em coligadas (ou sua equiparada) abaixo de 20%, direta ou indiretamente do capital social, mas com influência na administração.

Para acompanhar a tendência mundial, a CVM obrigou as controladas, independentemente da relevância, a adotarem o método da equivalência patrimonial. Além disso, a CVM criou a figura da coligação indireta para a verificação do percentual de 20% do capital social.

A figura a seguir representa graficamente as definições de coligação e controle de acordo com as normas emitidas pela CVM.

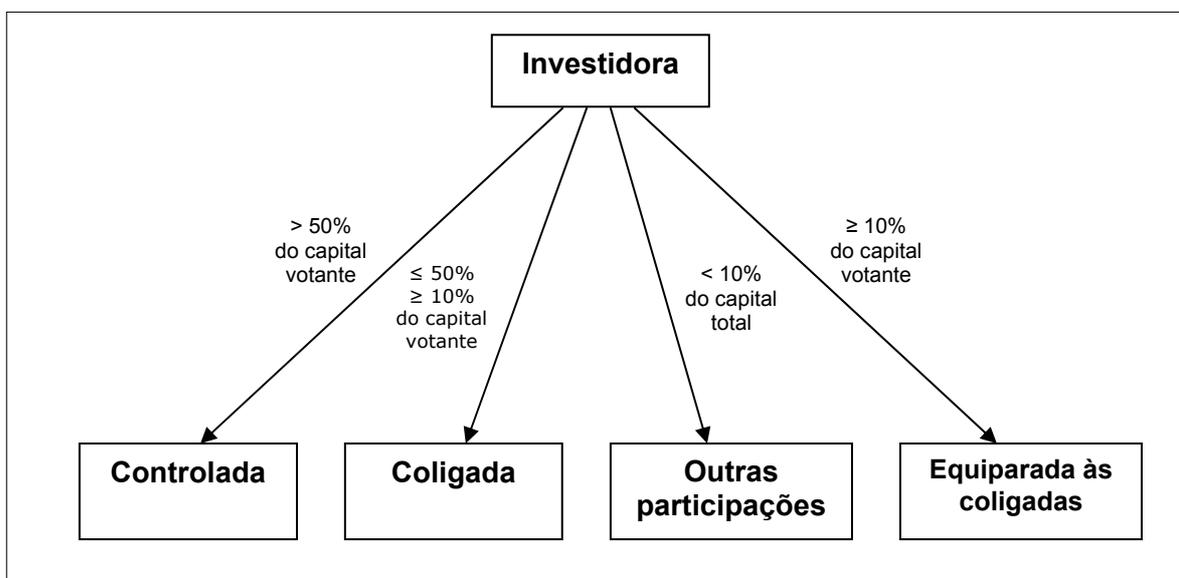


Figura 1: coligação e controle segundo a CVM

Fonte: FIPECAFI (2000, p. 142)

A CVM criou também o conceito de sociedades equiparadas às coligadas, que são:

- a) os investimentos que representam, indiretamente, 10% ou mais do capital votante, sem controlá-la;
- b) os investimentos que representam, diretamente, 10% ou mais do capital votante, sem controlá-la, independentemente do percentual de participação no capital total.

Esse conceito de equiparação à coligadas pode ser observado no exemplo a seguir:

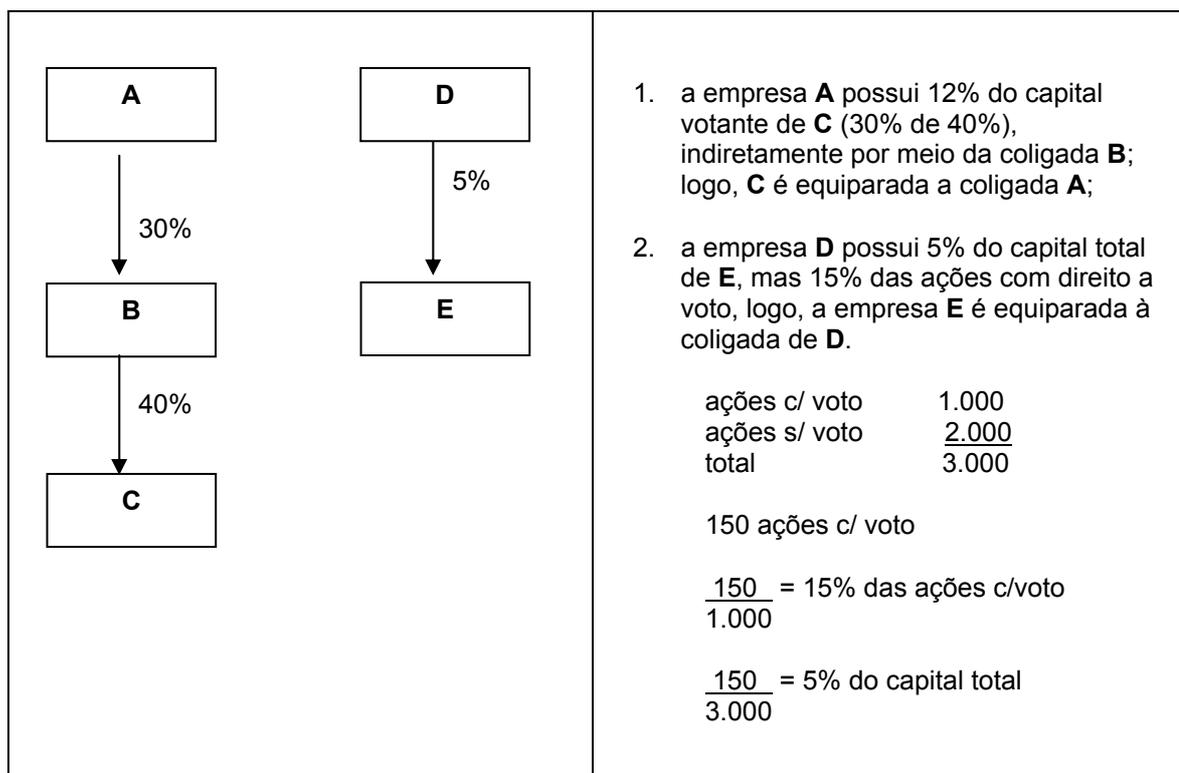


Figura 2: exemplo de equiparação à coligadas

Fonte: Santos e Schmidt (2002, p. 75).

2.4.3 Reformulação da Lei nº. 6404/76

O Projeto de Lei nº. 3741/00 (BRASIL, 2000), procura adequar as disposições da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) à nova realidade da economia brasileira e ao processo de globalização dos mercados. Procura também harmonizar as práticas contábeis brasileiras às práticas adotadas nos principais mercados financeiros mundiais, atendendo principalmente às recomendações do IASB.

Caso o projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional seja aprovado conforme redigido, os artigos da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) terão a seguinte redação:

Art. 248 (reformulado):

No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em controladas, em coligadas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Art. 243 (reformulado):

Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

I – controladas: as sociedades nas quais a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores;

II – controladas em conjunto: as sociedades em que os poderes referidos no inciso anterior são exercidos por um grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto;

III – coligadas: as sociedades quando uma possui influência significativa na administração da outra, sem controlá-la;

§ 1º. Caracteriza-se como influência significativa o poder de participar as decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da sociedade investida, presumindo-se, ainda, a existência dessa influência quando a investidora participa, direta e indiretamente, com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante;

§ 2º. (...).

Essas alterações aproximarão a legislação brasileira das normas emanadas, do IASB e do FASB no seguinte sentido:

- a) na eliminação da exigência da relevância do investimento. Dessa forma, as sociedades controladas passarão a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, independentemente da controladora ser uma companhia aberta ou fechada;
- b) passarão a considerar, para efeito de determinação de influência na administração das coligadas, o percentual de 20%, ao invés do capital total sobre o capital votante.

2.4.4 IBRACON

Por meio do Pronunciamento VI – Investimentos – Participações em outras sociedades (IBRACON) dispõe:

§ 11 - De um modo geral, as normas instituídas pela Comissão de Valores Mobiliários para contabilização dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial estão em conformidade com a metodologia convencional e com as concepções do IBRACON:

§ 12 – Deverão ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

- a) o investimento relevante em cada coligada, quando a investidora tenha influência na administração ou quando a porcentagem de participação da investidora representar 20% ou mais do capital social da coligada;
- b) o investimento em cada controlada;
- c) quando, em conjunto, o valor contábil do investimento em coligadas e/ou controladas for igual ou superior a 15% do patrimônio líquido da investidora e/ou da controlada.

2.4.5 Instituições autorizadas pelo Banco Central

O Banco Central do Brasil, BACEN, controla e fiscaliza as instituições financeiras. Com relação à avaliação de investimentos, o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, COSIF, implantado por meio da Circular nº. 1273 de 29 de Dezembro de 1987 (BACEN, 1987), dispõe:

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo valor do patrimônio líquido, observadas, além de legislação em vigor, as seguintes normas:

a) A avaliação pelo valor do patrimônio líquido aplica-se aos seguintes investimentos:

I – em cada sociedade coligada sobre cuja administração a instituição participante tenha influência e participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social, quando o valor contábil do investimento for igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da instituição participante;

II - em sociedades controladas, qualquer que seja o seu valor;

III – no conjunto de sociedades coligadas e controladas, quando o respectivo valor contábil for igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da instituição participante;

IV – em sociedades integrantes do conglomerado econômico-financeiro independentemente dos percentuais de participação ou relevância.

b) ...

O BACEN, a exemplo da CVM, determinou a avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial para todas as sociedades controladas.

Os investimentos que obrigatoriamente devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial estão resumidos no quadro a seguir:

Tipo de Investida	Lei nº. 6404/76 Cia. Fechada e demais sociedades não enquadradas na CVM e no BACEN	CVM Cia. Aberta	BACEN Instituições do Sistema Financeiro
Controladas	Investimento Relevante	Basta ser controlada	Basta ser controlada
Coligadas	Investimento Relevante Participação \geq 20% do capital total e/ou influência na Administração.	Investimento Relevante Participação \geq 20% do capital total e/ou influência na Administração.	Investimento Relevante Participação \geq 20% do capital total e/ou influência na Administração, se o VCI no conjunto de todas as coligadas e controladas for inferior a 15%.
Outras Investidas	Não	Equiparadas a coligadas aos mesmos requisitos das coligadas.	Sociedades integrantes do conglomerado econômico-financeiro.

Quadro 2 Resumo dos requisitos a serem obrigatoriamente atendidos para avaliação pelo MEP no Brasil.

Fonte: Machado (2002, p. 47)

2.5 A técnica do MEP no Brasil

Por meio da utilização do método da equivalência patrimonial, a conta de investimentos na investidora deve apresentar valor contábil equivalente ao percentual de participação no patrimônio líquido da investida. Qualquer variação, aumento ou diminuição no patrimônio líquido da controlada ou coligada deverá ser registrado pela investidora na conta de investimentos, proporcional à sua participação no capital social da investida.

Aborda-se a seguir como reconhecer variações que podem ocorrer no patrimônio líquido da investida.

2.5.1 Resultados não realizados

A Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), artigo 248, inciso I, determina que no valor do patrimônio líquido não serão computados “os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à

companhia, ou por ela controladas”. Contudo, a referida lei omitiu a definição de resultados não realizados.

Para Santos e Schmidt (2002, p. 76), esse fato considera-se, contabilmente falando, resultado não realizado:

As operações realizadas entre empresas sob o mesmo controle ou coligação, por valores diferentes daqueles registrados na contabilidade, ora gerando lucro, ora gerando prejuízo, desde que na data da elaboração das demonstrações financeiras esses ativos constem do balanço patrimonial da empresa adquirente, ou seja, não tenham sido vendidos para terceiros.

Os mesmos autores (*idem*) criticam o enfoque estabelecido na legislação societária ao afirmarem que:

Essa questão é pacífica quando se trata de operações realizadas entre a investidora e suas controladas, pois nesse caso houve apenas uma “mudança de bolso” até a efetiva venda para terceiros, existindo de fato um resultado não realizado. No entanto, quando a operação é realizada com uma coligada, a investidora, por não possuir o controle, não atua na decisão desta operação, que é um pressuposto da coligação. Essa operação é similar, então, a uma operação realizada com terceiros.

Observa-se uma incoerência na legislação, pois na definição de resultados não realizados deveriam estar incluídas as operações realizadas somente com a investidora ou com coligadas do mesmo grupo, não com coligadas.

De acordo com a legislação societária, no caso de existência de resultados não realizados, antes do cálculo da equivalência patrimonial deve-se retirar do patrimônio líquido da investida os resultados (lucros ou prejuízos) não realizados com a investidora ou outras empresas do mesmo grupo.

A CVM, por meio da Instrução nº. 247/96 (CVM, 1996), artigo 9^o, parágrafo 1^o, define resultado não realizado da seguinte forma:

Parágrafo 1^o. – Para os efeitos do inciso II deste artigo, serão considerados lucros não realizados aqueles decorrentes de negócios com a investidora ou com outras coligadas e controladas quando:

- a) O lucro estiver incluído no resultado de uma coligada e controlada e correspondido por inclusão no custo de aquisição de ativos de qualquer natureza no balanço patrimonial da investidora; ou
- b) O lucro estiver incluído no resultado de uma coligada e controlada e correspondido por inclusão no custo de aquisição de ativos de qualquer natureza no balanço patrimonial de outras coligadas e controladas.

Parágrafo 2^o. – Os prejuízos decorrentes de transações com a investidora, coligadas e controladas não devem ser eliminados no cálculo da equivalência patrimonial.

Parágrafo 3^o. – Os lucros e os prejuízos, assim como as receitas e as despesas decorrentes de negócios que tenham gerado, simultânea e integralmente, efeitos opostos nas contas de resultado das coligadas e

controladas, não serão excluídos para fins de cálculo do valor do investimento.

Observa-se no texto acima que as companhias abertas deverão considerar somente os lucros não realizados e não os prejuízos não realizados, objetivando manter o princípio do conservadorismo.

De acordo com a CVM, para o cálculo da equivalência patrimonial, primeiro aplica-se o percentual de participação no capital social da investida sobre o patrimônio líquido, depois, reduz-se o lucro não realizado líquido de efeitos fiscais.

2.5.2 Dividendos recebidos

Conforme visto anteriormente, pelo método da equivalência patrimonial, tanto na legislação societária quanto pela CVM o lucro obtido em uma investida é registrado no momento de sua geração, observando-se, desse modo, o princípio da competência.

Portanto, o recebimento do dividendo deve ser contabilizado com redução do investimento, pois a receita já foi contabilizada e, quando do recebimento do dividendo, esse deve reduzir o direito (dividendos a receber), contabilizado anteriormente em contrapartida a disponibilidades.

2.5.3 Reservas de capital

Segundo Santos e Schmidt (2002, p. 78), reservas de capital são "valores recebidos pela empresa que não transitam pelo resultado como receita e estão descritas na Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) em seu artigo 182, §1º. e 2º.", a seguir transcrito:

§1º. – Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) A contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão de ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) O produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- c) O prêmio recebido na emissão de debêntures;
- d) As doações e subvenções para investimento.

§2 – Será ainda registrado como reserva de capital o resultado de correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado“.

Com relação ao artigo acima, extraído da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), destaca-se que a correção monetária de balanço está extinta por força da Lei nº. 9249/95 (BRASIL, 1995), assim, não existe mais a conta reserva de correção monetária, excetuando-se os saldos anteriores à vigência da Lei nº. 9249/95 (BRASIL, 1995), que ainda não foram capitalizados.

Santos, Schmidt e Fernandes (2003, p. 69) observam que esse procedimento estabelecido pela Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) não está de acordo com os padrões internacionais, os quais consideram tais valores como resultado do exercício.

Esses valores modificam o patrimônio líquido da investida, representando um ganho ou uma perda efetiva para a investidora. Dessa forma, quando uma coligada ou controlada registra uma reserva dessa natureza, a investidora, proporcional à sua participação, deve elevar o seu investimento e o considerar como resultado da equivalência patrimonial. Isso deve estar de acordo tanto com a legislação societária, quanto com a CVM.

2.5.4 Ajustes de exercícios anteriores

De acordo com a Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), artigo 186, § 1^o, serão contabilizados como ajustes de exercícios anteriores (diretamente nas contas de lucros acumulados, sem transitar pela demonstração do resultado do exercício), somente aqueles decorrentes de erros referentes a exercícios anteriores, que não possam ser imputáveis a eventos subseqüentes, e aqueles decorrentes de mudança de critérios contábeis.

Entretanto, o ajuste proporcional na conta de investimentos da investidora, por esse acréscimo ou diminuição, não deverá ser lançado em lucros acumulados, mas sim em parte de sua receita ou despesa operacional.

2.5.5 Variação no percentual de participação

Durante o exercício social, podem ocorrer alterações no percentual de participação da investidora no capital da coligada ou da controlada. Essas variações ocorrem, principalmente, quando a investidora deixa de subscrever ações nos aumentos de capitais ou participa com percentuais diferentes dos existentes, aumentando ou diminuindo sua participação no investimento.

Ocorrido esse evento, no final do exercício, o valor da equivalência patrimonial deverá ser calculado com base no novo percentual de participação. Essa variação, perda ou ganho, deverá ser registrada como resultado não operacional.

2.5.6 Reavaliação de ativos de controladas

Caso uma empresa controlada ou coligada efetue e contabilize a reavaliação de seus ativos, a contrapartida do valor do ativo será uma conta de reserva de reavaliação, com acréscimo do patrimônio líquido, sendo que esse valor não deve transitar por receita.

Assim, a investidora deverá, proporcionalmente à sua participação, registrar esse aumento na conta de investimento, tendo como contrapartida uma conta de reavaliação de ativos de coligadas ou controladas.

A partir do momento em que a investidora proceder à realização dessa reserva para lucros acumulados pela depreciação ou baixa dos itens reavaliados, a investidora procederá à reversão da respectiva reserva.

Todavia, se a investidora adquirir tal investimento com ágio, em decorrência do valor dos bens do ativo ser superior ao valor líquido contábil, aquele estará registrado na investidora em conta à parte do valor do investimento, separada do valor de equivalência patrimonial.

Nesse caso, conforme FIPECAFI (2000, p. 151), a contrapartida do acréscimo da conta de investimentos não deve ser a conta de reserva de reavaliação, mas uma baixa na conta do ágio correspondente, desde que corresponda aos mesmos bens.

2.5.7 Tratamento contábil do ágio ou deságio nas demonstrações individuais

Quando ocorrem investimentos, registrados pelo método da equivalência patrimonial em coligadas ou controladas, formadas pela própria investidora, não surge ágio ou deságio dessa operação.

Entretanto, se uma companhia adquirir ações de uma outra já existente, pode ocorrer à questão do ágio ou deságio nessa transação. Se o preço pago pelas ações for maior que seu valor patrimonial, existe o ágio e ocorre o deságio de forma inversa, no caso do valor pago ser menor que o patrimonial.

A Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) não disciplinou o tratamento contábil do ágio ou deságio nas demonstrações contábeis, e este estava sendo adotado por influência do Decreto nº. 1598/77 (BRASIL, 1977), regulado atualmente pelo artigo 385 do RIR/99.

A CVM, por meio da Instrução Normativa nº. 247/96 (CVM, 1996), artigo 13º., para normatizar o assunto, determinou:

Artigo 13 – Para efeito de contabilização, o custo de investimento em coligada e controlada deverá ser desdobrado e os valores resultantes desse desdobramento contabilizados em contas separadas:

I – equivalência patrimonial baseada em demonstrações contábeis elaboradas nos termos do artigo 10; e

II – ágio ou deságio na aquisição ou na subscrição, representado pela diferença para mais ou para menos, respectivamente, entre o custo de aquisição do investimento e a equivalência patrimonial.

O artigo 14º., com a nova redação dada por meio da Instrução CVM nº. 285/98 de 31/07/1998 (CVM, 1998), determina que o ágio ou deságio computado na aquisição ou subscrição do investimento deverá ser contabilizado com a indicação do fundamento econômico que o determinou.

§1º. – O ágio ou deságio decorrente da diferença entre o valor de mercado de parte ou de todos os bens do ativo da coligada e o respectivo valor contábil, deverá ser amortizado na proporção em que o ativo for sendo realizado na coligada e controlada, por depreciação, amortização, exaustão ou baixa em decorrência de alienação ou perecimento desses bens ou do investimento.

§ 2º. – O ágio ou o deságio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição do investimento e o valor de mercado dos ativos e passivos da coligada ou controlada, referido no parágrafo anterior, deverá ser amortizado da seguinte forma:

a) – o ágio ou o deságio decorrente de expectativa de resultado futuro no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento, devendo os resultados projetados serem objetos de verificação anual, a fim de que sejam revisados

os critérios utilizados para amortização ou registrada a baixa integral do ágio; e

b) O ágio decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou de perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.

§ 3º. – O prazo máximo para amortização do ágio previsto na letra “a” do parágrafo anterior não poderá exceder a dez anos;

§ 4º. – Quando houver deságio não justificado pelos fundamentos econômicos previstos nos parágrafos 1º. e 2º., a sua amortização somente poderá ser contabilizada em caso de baixa por alienação ou perecimento do investimento.

§ 5º. – O ágio não justificado pelos fundamentos econômicos, previstos nos parágrafos 1º. e 2º., deve ser reconhecido imediatamente como perda, no resultado do exercício, esclarecendo-se em nota explicativa as razões da sua existência.

2.6 Investida com patrimônio líquido negativo

Inicialmente, discute-se a expressão: “patrimônio líquido negativo” e, com relação ao tema, Martins (2000, p. 1) ressalta:

Muitos autores e profissionais usam a expressão citada para representar a situação em que o passivo exigível excede ao valor do ativo da empresa. Alguns, entretanto têm uma aversão muito grande a essa terminologia, alegando, e com bastante razão, que patrimônio líquido existe, e é positivo, ou não existe e simplesmente não há que se falar em “patrimônio negativo”. Preferem que se use, para a triste situação mencionada, a expressão: “passivo a descoberto”.

O Conselho Federal de Contabilidade (1999), por meio da Resolução nº. 847/99, que altera a redação da NBC T 3 (conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis), manifesta-se da seguinte forma com relação ao tema:

....
c) O patrimônio líquido compreende os recursos próprios da entidade, e seu valor é a diferença entre o valor do ativo e o valor do passivo (ativo menos passivo). Portanto, o valor do patrimônio líquido pode ser positivo, nulo ou negativo.

No caso em que o valor do patrimônio líquido for negativo, é também denominado de passivo a descoberto.

...
III – Ao item 3.2.2.13, dê-se a seguinte redação:
3.2.2.13 – No caso do patrimônio ser negativo, será demonstrado após o ativo, e seu valor final denominado de passivo a descoberto.

Para efeito deste estudo, foram adotadas ambas as formas como sinônimas.

As tabelas a seguir demonstram as duas situações, antes e após a Resolução CFC nº. 847/99:

Tabela 1: Demonstração convencional sem a reclassificação do passivo a descoberto

31/12/X1		31/12/X1	
Disponível	62.801	Fornecedores	226.747
Duplicatas a Receber	407.418	Obrigações Tributárias	51.672
Estoques	971.804	Obrigações a Pagar	73.385
Impostos a Recuperar	75.778	Adiantamento de Clientes	154.597
Adiantamento a Fornecedores	29.995	Parcelamentos Tributários	50.620
		Provisão de Férias	46.023
		Débitos com Parte Relacionada	9.093.632
Total do Ativo Circulante	1.547.796	Total do Passivo Circulante	9.696.676
Realizável a Longo Prazo	11.736	Exigível a Longo Prazo	45.995
Permanente	51.963	Capital Social	261.005
		Reservas de Capital	44.805
		Prejuízos Acumulados	-7.149.092
		Prejuízo do Exercício	-1.287.894
		Patrimônio Líquido	-8.131.176
Total do Ativo	1.611.495	Total do Passivo	1.611.495

Fonte: O autor

Tabela 2 Demonstração do passivo a descoberto após a resolução CFC nº. 847/99

31/12/X1		31/12/X1	
		Disponível	
		Fornecedores	226.747
Duplicatas a Receber	407.418	Obrigações Tributárias	51.672
Estoques	971.804	Obrigações a Pagar	73.385
Impostos a Recuperar	75.778	Adiantamento de Clientes	154.597
Adiantamento a Fornecedores	29.995	Parcelamentos Tributários	50.620
		Provisão de Férias	46.023
		Débitos com Parte Relacionada	9.093.632
Total do Ativo Circulante	1.547.796	Total do Passivo Circulante	9.696.676
Realizável a Longo Prazo	11.736	Exigível a Longo Prazo	45.995
Permanente	51.963	Capital Social	261.005
		Reservas de Capital	44.805
		Prejuízos Acumulados	-7.149.092
		Prejuízo do Exercício	-1.287.894
		Passivo a Descoberto	-8.131.176
Passivo a Descoberto	8.131.176	Reclassificação para o Ativo	8.131.176
Total do Ativo	9.742.671	Total do Passivo	9.742.671

Fonte: O autor

Observa-se que, após a reclassificação, conforme determina a Resolução CFC nº. 847/99, o valor do passivo a descoberto ficou evidenciado mais claramente, demonstrando a necessidade de recursos para honrar os compromissos da sociedade.

Devido a constantes prejuízos acumulados pela investida, o patrimônio líquido pode tornar-se negativo. Nesse caso, o reconhecimento desses prejuízos está limitado ao próprio valor do investimento.

Nesse sentido, a Instrução CVM nº. 247/96 (CVM, 1996), artigo 16, parágrafo único, dispõe:

Parágrafo único – Não obstante o disposto no artigo 12, o resultado da equivalência patrimonial terá como limite o valor contábil do investimento, conforme definido no parágrafo 1º. do artigo 4º. desta Instrução.

Dessa forma, o registro da perda com a equivalência patrimonial será efetuado até que o valor do investimento chegue a zero. Isso ocorre porque o prejuízo máximo que a investidora pode ter em relação à sua investida é o valor do investimento, uma vez que a responsabilidade dos acionistas está limitada ao capital subscrito.

2.7 Provisão para perdas permanentes em investimentos

No tópico anterior, mencionou-se que as perdas de uma investida avaliada pelo método da equivalência patrimonial devem ser reconhecidas até o limite do investimento. Entretanto, em algumas situações especiais, a investidora pode assumir uma responsabilidade superior. De acordo com artigo 12 da Instrução CVM nº. 247/96 (CVM, 1996), se ocorrer essa situação, deve-se constituir uma provisão para perdas em investimentos.

Artigo 12 – A investidora deverá constituir provisão para cobertura de perdas:

I – perdas efetivas em virtude de:

- a) Eventos que resultarem em perdas não provisionadas pelas coligadas e controladas em suas demonstrações contábeis; ou
- b) Responsabilidade formal ou operacional para cobertura de passivo a descoberto.

II – perdas potenciais, estimadas em virtude de:

- a) Tendência de perecimento do investimento;
- b) Elevado risco de paralisação de operações de coligadas e controladas;
- c) Eventos que possam prever perda parcial ou total do valor contábil do investimento ou do montante de créditos contra coligadas e controladas, ou
- d) Cobertura de garantias, avais, fianças, hipotecas ou penhor concedidos, em favor de coligadas e controladas, referentes a obrigações vencidas ou vincendas quando caracterizada a incapacidade de pagamento pela controlada ou coligada.

§1º. – Independentemente do disposto na letra b do inciso I, deve ser constituída ainda provisão para perdas, quando existir passivo a descoberto

e houver intenção manifesta da investidora em manter o seu apoio financeiro à investida.

§2º. – A provisão para perdas deverá ser apresentada no ativo permanente por dedução e até o limite do valor contábil do investimento a que se referir, sendo o excedente apresentado em conta específica no passivo.

2.8 Exemplo de aplicação da equivalência patrimonial

Para melhor compreensão das técnicas do método de equivalência patrimonial, demonstra-se um exemplo numérico:

A sociedade Controlada apresentou os seguintes registros:

a) patrimônio líquido da sociedade Controlada:

Patrimônio líquido da sociedade Controlada		
Conta	31.12.X0	31.12.X1
Capital	300.000,00	300.000,00
Lucros	-	210.000,00
Total	300.000,00	510.000,00

b) participação da sociedade Investidora em Controlada:

Total do PL	300.000,00	510.000,00
Participação de Investidora em Controlada	60%	60%
Valor do investimento	180.000,00	306.000,00

A sociedade Investidora participa com 60% do capital da sociedade Controlada e, portanto, deverá avaliar o seu investimento pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Em 31.12.X1, a companhia Controlada registrou o seguinte lançamento contábil:

Lucros acumulados

Dividendos a pagar 105.000,00

Novo demonstrativo do patrimônio líquido após o lançamento de distribuição de lucros:

Capital social	300.000,00
Lucros	105.000,00
Total do Patrimônio líquido	405.000,00

Registros na companhia Investidora:

a) participação societária em Controlada:

180.000,00	
126.000,00	
306.000,00 (*)	
	63.000,00(***)
243.000,00 (**)	

b) resultado positivo da equivalência patrimonial:

	126.000,00
--	------------

c) dividendos a receber:

63.000,00	
-----------	--

(*) Valor correspondente à participação da Investidora no patrimônio líquido da Controlada antes da distribuição de dividendos, ou seja:

$60\% \times R\$ 510.000,00 = R\$ 306.000,00$

(**) Valor correspondente à participação da Investidora no patrimônio líquido da Controlada após a distribuição de dividendos, ou seja:

$60\% \times R\$ 405.000,00 = R\$ 243.000,00$

(***) Valor correspondente a 60% do valor dos dividendos distribuídos pela companhia Controlada, ou seja:

$60\% \times R\$ 105.000,00 = R\$ 63.000,00$
--

Este capítulo procurou abordar os aspectos básicos referentes à avaliação de investimentos permanentes e do método da equivalência patrimonial. Na opinião do autor, o referencial teórico desenvolvido propiciará ao leitor maior entendimento sobre o processo de consolidação de balanços a ser tratado no capítulo seguinte.

3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O objetivo deste capítulo é abordar a consolidação das demonstrações contábeis de forma geral, iniciando com um breve histórico sobre esse processo, seguido da legislação e obrigatoriedade, das teorias e tipos de consolidação, das técnicas e procedimentos e das principais práticas contábeis que envolvem o tema.

O presente capítulo aponta também críticas a esse processo, posteriormente explorado na análise dos exemplos e no desenvolvimento dos casos práticos do capítulo seguinte.

3.1 Um breve histórico sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Existem publicações de demonstrativos financeiros consolidados desde 1886. Segundo Pena (apud SANTOS; SCHMIDT; FERNANDES, 2003, p. 135), “a primeira sociedade de que se tem notícia de ter apresentado demonstrativos financeiros consolidados foi a *American Cotton Oil Trust*, em 1886”. Posteriormente, a *National Lead Company*, em 1892; a *General Electric Company*, em 1894; a *U.S Rubber Company*; a *U.S Steel Corporation*; a *Eastman Kodak Company*, em 1902 e a *Bethlehem Steel Corporation*, em 1905. Ainda de acordo com o referido autor, o surgimento de grandes grupos econômicos influenciou o processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Em 1904, a *American Association of Public Accountants* – AAPA, atualmente o *American Institute of Certified Public Accountants* – AICPA, incluiu pela primeira vez em seus exames os demonstrativos financeiros consolidados (STANDERSKI, 1976).

Conforme Santos, Schmidt e Fernandes (2003, p. 135):

Com relação à regulamentação do tema, a partir de 1959 as demonstrações financeiras consolidadas passaram a ser objeto de constante atenção por parte dos organismos regulamentadores nos Estados Unidos, que passaram a emitir pronunciamentos, estabelecer discussões etc. no intuito de estabelecer regras e procedimentos a serem utilizados no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

No Brasil, o primeiro balanço consolidado publicado foi o da Petrobrás, referente ao exercício de 1974, posteriormente referente ao primeiro trimestre do

exercício de 1975. Em 1975, foram publicados ainda os balanços do Grupo Forsa, em 22/07/75, e o do Grupo Real, em 23/07/75 (STANDERSKI, 1976).

Essa primeira referência legal à consolidação de demonstrativos financeiros, feita antes da vigência da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), foi emitida pelo Banco Central do Brasil por meio da Circular nº. 179, de 11 de Maio de 1972 (BACEN, 1972). Essa circular, no item XI das Normas Gerais de Auditoria, alínea “e”, determinava que sempre que os investimentos em empresas coligadas, subsidiárias ou dependentes forem significativos, o auditor elaboraria, complementarmente, com as ressalvas que julgasse cabíveis, um parecer sobre o balanço e o demonstrativo de resultados consolidados relativos ao grupo.

A aprovação da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) introduziu oficialmente a consolidação das demonstrações financeiras no Brasil, tornando-as obrigatórias para as companhias abertas. Dessa forma, o valor de seus investimentos representaria 30% ou mais do patrimônio líquido da investidora.

Por meio da Lei nº. 6385/76 (BRASIL, 1976a) foi criada a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Fazenda. A CVM possui, entre suas muitas atribuições previstas na Lei (de acordo com o inciso I), competência para “regulamentar, com observância da política definida pelo Conselho Monetário Nacional, as matérias nesta Lei das sociedades por ações”.

Assim, por delegação expressa constante na Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), a CVM passou também a emitir pareceres, instruções e deliberações regulamentando a matéria.

Em 1976, o IAS emitiu a primeira norma internacional a respeito do assunto, o IAS 3, Demonstrações Financeiras Consolidadas, substituída posteriormente pelo IAS 27.

3.2 Conceitos e objetivos da consolidação

Para Hermanson e Edwards (apud SANTOS, SCHMIDT; FERNANDES, 2003, p. 132), “a consolidação das demonstrações contábeis consiste, basicamente, na soma das contas das demonstrações individuais da controladora e de suas controladas, apresentando-as como uma única entidade”.

Em relação aos objetivos da consolidação, FIPECAFI (2000, p. 404) afirma:

O objetivo da consolidação é apresentar aos leitores, principalmente acionistas e credores, os resultados das operações e a posição financeira da sociedade controladora e de suas controladas, como se o grupo fosse uma única empresa que tivesse uma ou mais filiais ou divisões. Isso permite uma visão mais geral e abrangente e melhor compreensão do que inúmeros balanços isolados de cada empresa.

Kam (1990, p. 391) apresenta a seguinte justificativa para a consolidação:

The justification for consolidation is that the statements are more meaningful when the parent and its subsidiaries are viewed as one entity. Although the subsidiaries are separate legal enterprises, the fact is that the parent has control over them. It is a question of economic substance over legal form.

In ARB 51, CAP said:

There is a presumption that consolidated statements are more meaningful than separate statements and that they are usually necessary for a fair presentation. (1)

Para Santos e Schmidt (2002, p. 283), a consolidação das demonstrações financeiras tem por objetivo “avaliar a posição financeira e os resultados globais de determinada concentração de empresas, como se fossem uma única empresa, já que as demonstrações financeiras analisadas individualmente fazem com que se perca a visão do conjunto”.

3.3 Obrigação legal

A obrigação legal de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis financeiras consolidadas está disposta no artigo 249 da Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), que estabelece:

A companhia aberta que tiver mais de 30% (trinta por cento) do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, demonstrações consolidadas nos termos do artigo 250.

Parágrafo único – A Comissão de Valores Mobiliários poderá expedir normas sobre as sociedades cujas demonstrações devam ser abrangidas na consolidação, e:

- a) Determinar a inclusão de sociedades que, embora não controladas, sejam financeira ou administrativamente dependentes da companhia;
- b) Autorizar, em casos especiais, a exclusão de uma ou mais sociedades controladas.

(1) A justificativa para a consolidação é que os relatórios são mais significativos quando a controladora e suas subsidiárias são vistas como uma única entidade. Embora as subsidiárias sejam empresas distintas, o fato é que a matriz tem o controle sobre elas. Isto é uma questão de substância econômica sobre a forma legal.

No ARB 51 (FASB, 1998, ARB 51, p. 7873) CAP mencionou: Existe uma presunção que relatórios consolidados são mais significativos do que relatórios individuais e que eles usualmente são necessários para apresentar uma exibição. (KAM, p. 391, 1990, tradução nossa)

Desse modo, somente as companhias abertas têm a obrigação de consolidar seus demonstrativos financeiros. As sociedades anônimas fechadas e as demais espécies de sociedades estão isentas dessa obrigatoriedade.

O critério da relevância adotado, 30% do patrimônio líquido, estabelecido na Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) como parâmetro à exigência de consolidação, não é utilizado em outros países, os quais aplicam a consolidação para todas as controladas. Todavia, a Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), artigo 291, parágrafo único, delegou poderes à CVM pra reduzir esse percentual:

“Parágrafo único – A Comissão de Valores Mobiliários poderá reduzir a porcentagem de que trata o artigo 249”.

A CVM utilizou essa prerrogativa legal e reduziu esse percentual a zero, conforme disposto na Instrução CVM nº. 247/96 (CVM, 1996), artigo 21:

Ao fim de cada exercício social, demonstrações contábeis consolidadas devem ser elaboradas por:

I – companhia aberta que possuir investimento em sociedades controladas, incluindo as sociedades controladas em conjunto referidas no artigo 32 desta Instrução; e

II – sociedade de comando de grupo de sociedades que inclua companhia aberta.

Dessa forma, desde 1996, por força da Instrução da CVM nº. 247/96 (CVM, 1996), toda companhia aberta que possuir investimentos em controladas terá a obrigação de consolidar suas demonstrações financeiras, independentemente do percentual que tais investimentos representem de seu patrimônio líquido.

Observa-se que a sociedade controlada não precisa ser anônima para que exista a necessidade de consolidação, podendo estar constituída de qualquer outra forma societária. Pode ser constituída também de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, uma vez que a Lei da Sociedade por Ações é fonte subsidiária para as demais espécies de sociedades.

A regulamentação básica que rege essa matéria está apresentada no quadro a seguir. Estão incluídas também as legislações sobre investimentos permanentes, uma vez que os assuntos estão diretamente ligados.

Organismos Brasileiros	Consolidação	Investimentos Permanentes
Lei nº. 6404/76	Artigos 249, 250 e 275	Artigo 248
CVM– Instrução nº. 247/96	Artigos 21º. ao 31º.	Artigos 1º. ao 20º.
IBRACON	Pronunciamento XXI – Normas de Consolidação	Pronunciamento VI – Investimentos – Participações em Outras Empresas
Conselho Federal de Contabilidade	NBC T 8 – Das Demonstrações Contábeis Consolidadas	NBC T 3.2 – Investimentos Permanentes e NBC T 4 – Da Avaliação Patrimonial
Organismos Internacionais	Consolidação	Investimentos Permanentes
IASB	IAS 27 – Demonstrações Contábeis Consolidadas e Contabilização de Investimentos em Subsidiárias	IAS 25 – Contabilização de Investimentos IAS 28 – Investimentos em Empresas Associadas
FASB	FAS 94 – Consolidação de todas as Subsidiárias em que há participações Majoritárias	Não há um pronunciamento específico, mas o FAS – 94 faz muitas considerações a respeito.
AICPA	ARB 51 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	APB 18 – O Método de Patrimônio para Investimentos em Ações Ordinárias

Quadro 3 Legislação inerente a consolidação e investimentos permanentes

Fonte: Machado (2002, p. 145)

3.4 Teorias da consolidação

Para entender o objetivo pelo qual se realizou a consolidação, a apresentação do patrimônio líquido é de grande importância, já que indica o usuário ao qual se pretende atender.

Com relação às teorias de consolidação, Beams (apud SANTOS; SCHMIDT; FERNANDES, 2003, p. 143) menciona que:

Inicialmente a consolidação de balanços começou a ser discutida admitindo-se a existência de duas teorias: a teoria da matriz, também conhecida como teoria do proprietário, e a teoria da entidade.

Entretanto, argumenta que os conceitos e procedimentos utilizados na prática contábil, relativos ao processo de consolidação, deram origem a uma terceira teoria, chamada de teoria contemporânea, referindo-se parcialmente à teoria do proprietário e à teoria da entidade.

3.4.1 Teoria da matriz

Kam (1990, p.393) observa que:

The theory is based on the proprietary concept, where the parent is seen as owning the subsidiary. As owner, the parent has control over the subsidiary's net assets and operations and the minority interest does not; thus, the focus is on the parent. The position is taken that the financial statements are to provide relevant information to the stockholders of the parent company. (2)

Entende-se que problemas e inconsistências em relação a essa teoria podem surgir de participações inferiores a 100%. Para a teoria da matriz, a participação minoritária representa uma responsabilidade frente aos acionistas majoritários. Com base no mesmo entendimento, a participação minoritária no resultado é considerada uma despesa.

Entretanto, Santos, Schmidt e Fernandes (2003, p. 143) constataam que a participação dos acionistas, sejam majoritários ou minoritários, não pode ser aceita conceitualmente como obrigação. Além disso, os resultados atribuíveis aos acionistas são critérios aceitos para o reconhecimento de despesas.

3.4.2 Teoria da entidade

Beams (apud SANTOS; SCHMIDT; FERNANDES, 2003, p. 147) afirma que a teoria da entidade demonstra uma visão alternativa. Seu destaque principal é “as demonstrações consolidadas refletem o ponto de vista da entidade como um todo, na qual todos os recursos controlados pela entidade são avaliados de maneira consistente”. O autor complementa que o lucro dos minoritários é tratado como uma distribuição do lucro total da entidade consolidada, e a participação dos acionistas minoritários representa uma parcela do patrimônio líquido consolidado.

Kam (1990, p. 397) demonstra opinião semelhante em relação a essa teoria ao afirmar que:

The entity theory has the advantage of having been formulated rationally. The point of view taken is that of the combined entity, which happens to have two classes of owners' interest: the majority (parent) and minority. The parent and the minority interest are perceived as contributors of capital to the combined entity. (3)

(2) Essa teoria é fundamentada no conceito de propriedade, em que a investidora é vista como proprietária da subsidiária. Como proprietária, detém o controle sobre ativos líquidos e operações da subsidiária, e as demonstrações consolidadas são utilizadas para fornecer informação relevante para os acionistas da controladora, não para os minoritários, já que estes não detêm a propriedade. (KAM, p. 393, 1990, tradução nossa)

(3) A teoria da entidade tem a vantagem de ter sido formulada racionalmente, sugerindo o surgimento de uma entidade combinada, na qual as participações, minoritárias e majoritárias, são concebidas como fornecedores de capital à entidade combinada. (KAM, p. 397, 1990, tradução nossa)

3.4.3 Teoria contemporânea

Nesta teoria, as participações dos minoritários nos lucros da subsidiária são apresentadas como uma dedução segregada na determinação do lucro líquido consolidado. No balanço consolidado, tais participações devem ser classificadas no patrimônio líquido ou em grupo separado e, diferentemente da teoria da matriz, não são consideradas como obrigação.

De acordo com Beams (1996) (apud SANTOS; SCHMIDT; FERNANDES, 2003, p. 151) a teoria contemporânea evoluiu das práticas contábeis e não reflete uma opinião única sobre a preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ao contrário, reflete parte de ambas as teorias vistas anteriormente e adota basicamente os dispositivos contidos no ARB 51.

As diferenças básicas envolvendo a três teorias da consolidação estão demonstradas no quadro a seguir, elaborado por Santos, Schmidt e Fernandes, com bases nas exposições de Beams (1996):

	Teoria da matriz	Teoria da entidade	Teoria contemporânea
Objetivo básico e usuários	As demonstrações consolidadas são uma extensão das demonstrações da controladora. São preparadas em benefício e com base no ponto de vista dos acionistas controladores.	As demonstrações consolidadas são preparadas com base no ponto de vista da consolidação total da entidade e visam a atender todos os interessados na entidade.	As demonstrações consolidadas apresentam a posição financeira e o resultado das operações como uma única empresa, mas são preparadas principalmente para atender aos acionistas e credores da controladora (ARB 51, § 2º. e 7º.)
Lucro líquido consolidado	Representa o lucro dos acionistas da controladora.	Representa o lucro de todos os acionistas da entidade consolidada.	Representa o lucro dos acionistas da controladora.
Participação dos minoritários nos resultados	É considerada uma despesa sob o ponto de vista dos acionistas da companhia controladora.	Representa uma distribuição do lucro total consolidado para os acionistas minoritários.	Representa uma dedução na determinação do lucro líquido consolidado. Contudo não é uma despesa, mas na distribuição do lucro realizado da entidade entra a participação majoritária e a minoritária.
Patrimônio pertencente aos minoritários	Representa uma obrigação do ponto de vista da companhia controladora. Sua mensuração é baseada no patrimônio contábil proporcional da subsidiária.	Representa uma parcela do patrimônio líquido consolidado. Sua classificação é similar à apresentação das participações majoritárias. Sua mensuração é baseada no valor total pago.	Representa uma parcela do patrimônio líquido consolidado. É apresentado como uma conta separada. Sua mensuração é baseada no patrimônio contábil proporcional da subsidiária.
Consolidação dos ativos líquidos da subsidiária	A participação proporcional da controladora nos ativos líquidos da subsidiária é consolidada com base no preço pago por sua participação. O <i>goodwill</i> é obtido pela diferença entre o valor pago e o valor justo proporcional dos ativos líquidos.	A participação total da controladora e dos minoritários nos ativos líquidos da subsidiária é consolidada com base no preço pago em relação à participação total. O <i>goodwill</i> é obtido pela diferença entre o valor que seria pago por todas as ações e o valor justo total dos ativos líquidos.	A participação proporcional da controladora nos ativos líquidos da subsidiária é consolidada com base no preço pago por sua participação. O <i>goodwill</i> é obtido pela diferença entre o valor pago e o valor contábil proporcional dos ativos líquidos.
Lucros e prejuízos não realizados	Eliminação de 100% na consolidação da receita das vendas efetuadas da controladora para a subsidiária e proporcional ao percentual de participação, nas vendas das subsidiárias para a controladora.	Eliminação de 100% na determinação do lucro líquido consolidado com distribuição entre as participações majoritárias e minoritárias das vendas da subsidiária para a controladora.	Eliminação de 100% das contas de recita e despesa com a alocação entre as participações majoritárias e minoritárias das vendas da subsidiária para a controladora (ARB 51, §§ 7º. e 13º.)

Quadro 4 Diferenças entre as teorias da consolidação

Fonte: Santos Schmidt e Fernandes (2003, p. 153) Adaptado de Beams, Floyd A. *Advanced accounting*. 6. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1996.

3.5 Participações minoritárias

Quando a controladora não detém a totalidade das ações, surge a denominada participação de minoritários ou eventualmente não controladores. Nesse caso, o tratamento contábil a ser atribuído à participação de acionistas minoritários na Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) está disposto no artigo 250, alterado pela Lei nº. 9457/97 (BRASIL, 1997), que estabelece:

“A participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro líquido do exercício será destacada, respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício”.

A Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b) apenas explicitou que a participação de minoritários deveria ser destacada, sem, contudo, definir a sua classificação. Já a CVM, por meio do artigo 25 da Instrução nº. 247/96 (CVM, 1996), determinou que essa participação deve figurar em grupo separado, antes do patrimônio líquido:

A participação dos acionistas não controladores, no patrimônio líquido das sociedades controladas, deverá ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do patrimônio líquido.

O quadro a seguir exemplifica a estrutura do balanço patrimonial consolidado e destaca que essa prática está de acordo com a adotada internacionalmente:

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante Realizável a Longo Prazo	Passivo Circulante Exigível a Longo Prazo
Permanente Investimentos Imobilizado Diferido	Resultados de Exercícios Futuros Participação de Minoritários Patrimônio Líquido
Total do Ativo	Total do Passivo

Quadro 5 Exemplificação da classificação de participação de acionistas minoritários no balanço patrimonial

Fonte: O autor

Com relação à demonstração do resultado do exercício, o artigo 29 da Instrução nº. 247/96 (CVM, 1996) determina que a participação deve ser destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro líquido ou prejuízo consolidado.

O quadro a seguir exemplifica a forma de apresentação desse destaque na demonstração do resultado do exercício:

Receita Bruta
Lucro Bruto
Despesas Operacionais
Etc..
Lucro Líquido Total
Menos: Participação minoritária nos resultados de controladas
Lucro Líquido Consolidado

Quadro 6 Exemplificação da classificação de participação de acionistas minoritários na demonstração de resultado

Fonte: O autor

3.6 Tipos de consolidação

Neste tópico, aborda-se a forma de utilização de três tipos de consolidação: integral, parcial e proporcional, esta obrigatória para sociedades controladas em conjunto.

3.6.1 Consolidação integral

Utiliza-se a consolidação integral quando uma controlada pertence 100% à controladora. Nesse caso, o processo de consolidação consiste em somar as contas do balanço patrimonial e de resultado das duas sociedades. Consiste ainda em eliminar o investimento, pelos livros da controladora, contra o patrimônio líquido da controlada. Isso porque a controladora, por meio do processo de ajuste de investimento pelo método de equivalência patrimonial, já reconheceu em sua contabilidade o lucro apurado pela controlada.

Dessa forma, o processo de consolidação integral consiste em substituir a receita ou despesa de equivalência patrimonial, contabilizada pela controladora, por receita, custos e despesas incorridos pela controlada.

3.6.2 Consolidação parcial

Quando a controladora detém participação inferior a 100%, a controlada é considerada parcial. Nesse, caso o processo de consolidação é diferente do

abordado no tópico anterior, pois surge a figura dos acionistas minoritários, que participam da controladora e do capital social da controlada.

Assim, a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido da controlada deve ser segregada em grupo específico de contas do balanço patrimonial consolidado antes do patrimônio líquido.

A participação dos acionistas minoritários no resultado da controlada é apresentada na penúltima linha da demonstração de resultado consolidado, antes do lucro ou prejuízo líquido final consolidado.

3.6.3 Consolidação proporcional

O artigo 32 da Instrução CVM nº. 247/96 (CVM, 1996) tornou obrigatória a consolidação proporcional para sociedades controladas em conjunto. De acordo com o referido artigo, sociedade controlada em conjunto ocorre quando nenhuma investidora possui isoladamente o controle da investida. O artigo 32 da Instrução CVM nº. 247/96, § 1º. (idem, ibidem) dispõe que: “Considera-se controlada em conjunto aquela que nenhum acionista exerce, individualmente, os poderes previstos no artigo 3º. desta Instrução”.

O referido artigo 3º. contempla a preponderância nas deliberações sociais e no poder de eleger a maioria dos administradores. Na mesma Instrução, a CVM, por meio da nota explicativa nº. 5, complementa que:

Essas disposições alcançam, principalmente, as denominadas joint ventures em que, mediante existência de acordo contratual e de parcelas proporcionais de participação, duas ou mais entidades empreendem uma atividade econômica subordinada a um controle conjunto.

(idem, ibidem)

Ocorrendo o controle em conjunto, o artigo 32 determina o seguinte procedimento quanto à consolidação:

Artigo 32 – Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas das sociedades controladas em conjunto deverão ser agregadas às demonstrações contábeis de cada investidora, na proporção da participação destas no seu capital social.

(idem, ibidem)

De acordo com o § 2º., artigo 32 da Instrução CVM nº. 247/96 (CVM, 1996), caso uma das investidoras passe a exercer o controle sobre a investida, deverá consolidar integralmente os elementos do seu patrimônio.

Para a consolidação proporcional, utiliza-se basicamente o mesmo procedimento da consolidação plena, descrito a seguir no tópico 3.7.

3.7 Técnicas e procedimentos da consolidação

A consolidação das demonstrações contábeis consiste no processo de:

- a) agregar saldos de contas ou de grupos de natureza comum;
- b) eliminar saldos de contas ou de grupos de contas e transações, realizadas entre as entidades que pertençam ao conjunto sob consolidação;
- c) segregar a parcela do patrimônio líquido que pertença aos acionistas minoritários.

A Lei nº. 6404/76 (BRASIL, 1976b), artigo 250, estabelece as normas de consolidação, que dispõe:

Artigo 250 – Das demonstrações financeiras consolidadas serão excluídas:
I – as participações de uma sociedade em outra;
II – os saldos de quaisquer contas entre as sociedades;
III – as parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoque ou do ativo permanente que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
§4º. – Para fins deste artigo, as sociedades controladas, cujo exercício social termine mais de 60 (sessenta) dias antes da data do encerramento do exercício da companhia, elaborarão, com observância das normas desta Lei, demonstrações financeiras extraordinárias em data compreendida nesse prazo.

Os procedimentos de consolidação para a CVM estão dispostos no artigo 24 da Instrução nº. 247/96 (CVM, 1996):

Artigo 24 – Para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a investidora deverá observar, além do disposto no artigo 10, os seguintes procedimentos:
I – Excluir os saldos de quaisquer contas ativas e passivas, decorrentes de transações entre as sociedades incluídas na consolidação.
II – Eliminar o lucro não realizado que esteja incluído no resultado ou no patrimônio líquido da controladora e correspondido por inclusão no balanço patrimonial da controlada.
III – Eliminar do resultado os encargos de tributos correspondentes ao lucro não realizado, apresentando-os no ativo circulante/realizável a longo prazo – tributos diferidos, no balanço patrimonial consolidado.

Parágrafo único – No processo de consolidação das demonstrações contábeis, não poderá ser efetuada a compensação de quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, a não ser que exista um direito de compensação e a compensação represente a expectativa quanto à realização do ativo e a liquidação do passivo.

O citado artigo 10º da instrução refere-se à questão da eventual defasagem de datas entre os balanços consolidados. Em princípio, todas as demonstrações devem ser encerradas na mesma data, porém, caso isso não ocorra, tanto a CVM quanto a Lei das Sociedades Anônimas admitem uma defasagem de sessenta dias para os balanços da controladas.

Para a CVM, em caso de defasagem, há a necessidade de evidenciação em notas explicativas dos efeitos dos eventos relevantes ocorridos durante a defasagem.

3.7.1 Agregar saldos

De posse das demonstrações contábeis das empresas que serão consolidadas, a primeira técnica é soma dos saldos das contas da mesma natureza dos ativos, passivos, receitas e despesas que constam das entidades controladas.

3.7.2 Eliminar saldos e transações

Entretanto, a consolidação não é simplesmente a soma dos saldos das diversas empresas controladas, já que é necessário eliminar os saldos e transações entre as sociedades controladas e os lucros resultantes. O processo de eliminação de saldos e transações, normalmente, obedece às seguintes etapas:

- a) eliminação das participações acionárias:** Os investimentos que uma empresa detiver na outra deverão ser eliminados. A prática contábil é de avaliar esses investimentos pelo método da equivalência patrimonial e manter na investidora o valor de seu investimento, em montante proporcional à sua participação no capital social da investida. Os ajustes de eliminação dos investimentos são efetuados contra as diversas contas do patrimônio líquido da sociedade controlada pelo valor

correspondente à participação proporcional que a controladora detém do capital da sociedade controlada.

b) eliminação dos saldos e transações intercompanhias: No balanço patrimonial consolidado, são eliminados integralmente os saldos patrimoniais de duplicatas a receber, fornecedores, contas-corrente, mútuos e outros, relativos às transações ocorridas entre as entidades que compõem o conjunto a ser consolidado. Da mesma forma, devem ser eliminadas na demonstração do resultado consolidado as contas que acumulam as receitas de vendas, os custos das mercadorias vendidas e serviços prestados, as despesas e receitas de comissões, aluguéis, juros, encargos financeiros e outros, sempre quando decorrentes de transações entre as entidades consolidadas.

c) eliminação de lucros não realizados: Os ativos consolidados devem representar os valores de entrada, isso é, os custos de aquisição ou produção, incorridos com terceiros e alheios ao grupo consolidado. Assim, os lucros que permaneçam nos ativos de entidades consolidadas, originados de transações entre entidades do mesmo grupo, devem ser eliminados integralmente. Esse procedimento visa a assegurar que o balanço consolidado deve ter seus ativos avaliados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como com os critérios de avaliação de ativo estipulados pela CVM. As transações mais comuns realizadas entre as entidades são aquelas que envolvem mercadorias e produtos (estoques). Podem ocorrer também transações de compra e venda de bens do imobilizado e outras, classificadas como investimentos e diferido. Observa-se que a CVM (1996) não permite a eliminação de prejuízo não realizado. A Instrução nº. 247, no artigo 9º., §2º., determina que “os prejuízos decorrentes de transações com a investidora, coligadas e controladas não devem ser eliminados no cálculo da equivalência patrimonial”. A justificativa para a não eliminação de prejuízos nessas transações é, se mantidos esses resultados na consolidação, os ativos seriam ajustados pelos seus efetivos valores de realização, prevalecendo a regra de custo ou de mercado, dos dois o menor.

3.7.3 Segregação

Caso a empresa controladora não detenha, direta ou indiretamente, 100% das ações da entidade controlada, surge a necessidade de segregar, no processo de consolidação, os interesses dos acionistas que detêm a participação restante das ações. Essas participações são denominadas minoritárias e, caso a investidora detenha o controle, mesmo não sendo majoritária, esses acionistas são denominados não-controladores.

Os interesses dos acionistas minoritários ou não controladores são segregados da seguinte forma:

- a) no balanço patrimonial consolidado:** na data-base da consolidação, deve-se identificar o percentual que os acionistas minoritários detêm no capital social da investida consolidada; identificado o percentual, aplica-se sobre as contas individuais componentes do patrimônio líquido da controlada; de cada conta da controlada (capital social, reservas de capital, reserva de lucros e outras), subtrai-se as parcelas dos acionistas minoritários ou não controladores; o resultado da subtração acima é agrupado em um único grupo contábil, normalmente denominado participação de minoritários em controladas consolidadas ou participação de não controladores em controladas consolidadas, em linha específica entre o exigível a longo prazo e o patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado.
- b) na demonstração de resultados consolidados:** Aplica-se o mesmo percentual utilizado no balanço patrimonial sobre o resultado do exercício (lucro ou prejuízo final, após todas as deduções de tributos, contribuições e participações no resultado). O valor obtido é demonstrado em linha específica da demonstração de resultado consolidado entre o resultado líquido total das controladas consolidadas e o resultado líquido consolidado.

3.7.4 Condições requeridas

O objetivo da consolidação é apresentar as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas como se o grupo fosse uma única entidade. Isso requer um adequado planejamento dessas atividades, que podem ser divididas em três principais:

3.7.4.1 Uniformização dos critérios e práticas contábeis

É fundamental que as empresas participantes do processo de consolidação tenham critérios contábeis uniformes. A validade da visão conjunta, objetivo da consolidação, somente estará garantida se os valores agregados forem identificados, mensurados, registrados e divulgados de maneira consistente, apurados com os mesmos critérios contábeis. Significa que devem representar efetivamente a reunião de valores da mesma natureza econômica.

Dessa maneira, evita-se que ativos, passivos, receitas e despesas sejam consolidados com a utilização de critérios diferentes de avaliação e registro entre as controladas.

3.7.4.2 Controle analítico das transações econômico-financeiras

Para possibilitar a correta eliminação de saldos, transações e resultados não realizados, é necessário o controle analítico das operações entre as entidades que compõem o grupo consolidado.

3.7.4.3 Manual de normas contábeis e de consolidação

Com a finalidade de proporcionar uniformização de critérios contábeis e padronização de procedimentos, recomenda-se a elaboração de um manual que formaliza as normas políticas e diretrizes contábeis do grupo econômico consolidado.

Esse manual pode contemplar modelos das demonstrações contábeis, modelos de plano de contas padronizados e a definição das práticas contábeis a serem seguidas por todas as empresas controladas. Nesse sentido, os planos de contas já podem prever o controle segregado das contas e operações que serão objetos de eliminação no processo de consolidação. Além disso, pode-se incluir o manual de consolidação para permitir a elaboração periódica dos demonstrativos de maneira simplificada e segura, trazendo a qualidade e confiabilidade dos valores consolidados.

Controladas que operam no exterior são objetos de cuidados adicionais, já que seguem legislações específicas dos países onde estão localizadas. Portanto, estão sujeitas às diferenças de critérios e práticas contábeis, além da necessidade da conversão dos valores da moeda de origem para a moeda nacional.

Deve-se observar que o processo de consolidação das demonstrações contábeis é realizado sem qualquer registro nos livros das entidades envolvidas. Normalmente, são utilizadas planilhas eletrônicas, softwares específicos ou papéis de trabalho (mapas, quadro, memórias de cálculo etc...).

3.8 Consolidação de controlada com passivo a descoberto

Conforme já mencionado, normalmente, os prejuízos apurados de uma companhia avaliada pelo método da equivalência patrimonial são reconhecidos na companhia investidora até o valor limite do investimento. Entretanto, em algumas circunstâncias, a companhia investidora pode assumir responsabilidade superior a esse valor. Assim, caso a investidora tenha assumido responsabilidade formal ou operacional para a cobertura de passivo a descoberto, deverá constituir provisão para perda em investimentos, conforme determina o artigo 12 da Instrução nº. 247. (CVM, 1996).

De acordo com Santos, Schmidt e Fernandes (2003, p. 95), deverá ser constituída uma provisão para perdas em investimentos nos seguintes casos:

- eventos que resultarem em perdas não provisionadas pelas investidas, a exemplo das perdas efetivamente ocorridas em relação a provisões para contingências trabalhistas e judiciais não registradas pela investida;
- responsabilidade formal para cobertura de passivo a descoberto, a exemplo de contratos firmados com acionistas minoritários a fim de manter inabalada a imagem do grupo etc.; ou ainda a simples intenção tácita de a investidora honrar dívidas da investida;

- tendência de perecimento do investimento, que ocorre quando a investidora, em função de conjuntura externa e interna que cerca as operações da investida, provavelmente façam com que ela deixe de existir; essas situações estão relacionadas, geralmente, a produtos e operações que perdem valor em decorrência da obsolescência, a exemplo da produção de discos de vinil;
- elevado risco de paralisação de operações, em função da falta de matéria-prima, do suprimento de material auxiliar etc.;
- eventos que possibilitem prever perda parcial ou total do valor contábil do investimento, a exemplo dos fenômenos naturais que possam afetar os estoques ou imobilizados da investida, cuja ocorrência seja provável e a perda possa ser estimada;
- garantias, avais, fianças, hipotecas ou penhor concedidos, pela investidora em favor de credores da investida, que tornem a investidora solidária ou subsidiariamente responsável pelos débitos da investida.

Essa provisão deverá ser registrada no ativo permanente por dedução até o limite do investimento a que se referir, e o excedente registrado em conta específica no passivo.

3.9 Controladas excluídas da consolidação

A CVM exige a consolidação de todas as controladas. Contudo, em algumas situações, permite-se a exclusão de determinadas controladas.

Essas situações estão previstas no artigo 23 da Instrução nº. 247 (CVM, 1996), que dispõe:

Artigo 23 – Poderão ser excluídas das demonstrações contábeis consolidadas, sem prévia autorização da CVM, as sociedades controladas que se encontrem nas seguintes situações:

I – com efetivas e claras evidências de perda de continuidade e cujo patrimônio seja avaliado, ou não, a valores de liquidação; ou

II – cuja venda por parte da investidora, em futuro próximo, tenha efetiva e clara evidência de realização, devidamente formalizada.

§1º. – Em casos especiais justificados, poderão ser ainda excluídas da consolidação, mediante prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários, as sociedades controladas cuja inclusão, a critério da CVM, não represente alteração relevante na unidade econômica consolidada ou que venha distorcer essa unidade econômica.

§2º. – No balanço patrimonial consolidado, o valor contábil do investimento na sociedade controlada excluída da consolidação deverá ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

§3º. – Não será considerada justificável a exclusão, nas demonstrações contábeis consolidadas, de sociedade controlada cujas operações sejam de natureza diversa das operações da investidora ou das demais controladas.

3.10 Consolidação de EPE – Entidade de Propósito Específico

Uma Entidade de Propósito Específico – EPE, normalmente é constituída para realizar atividades bem definidas, como por exemplo, arrendamento mercantil, pesquisas e desenvolvimento, exploração de energia elétrica ou térmica, ou mesmo securitização de ativos financeiros ou não financeiros.

A constituição de uma EPE busca, na maioria das vezes, a utilização de oportunidades de financiamento mediante segregação dos riscos específicos dos ativos ou de atividades dos riscos globais da empresa beneficiária da sua criação.

A participação nos benefícios gerados por uma EPE pode, por exemplo, tomar a forma de um instrumento de dívida ou patrimonial. Alguns interesses desses benefícios simplesmente podem retribuir o proprietário com uma taxa de retorno fixa ou declarada, enquanto outras participações lhe dão direito ou acesso a outros benefícios futuros das atividades da EPE. Na maioria dos casos, o criador ou patrocinador retém uma participação significativa nos benefícios das atividades da EPE, embora sua participação no patrimônio líquido da EPE seja pequena ou nenhuma.

A CVM, por meio da Instrução nº. 408 (CVM, 2004), dispõe sobre a inclusão de Entidade de Propósito Específico – EPE nas demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas. Diz a referida Instrução:

Artigo 1º. – Para fins do disposto na Instrução CVM nº. 247 de 27/03/96, as demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas deverão incluir, além das sociedades controladas, individualmente ou em conjunto, as entidades de propósito específico – EPE, quando a essência de sua relação com a companhia aberta indicar que as atividades dessas entidades são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto pela companhia aberta.

Parágrafo único – Considera que existem indicadores de controle das atividades de uma EPE quando tais atividades forem conduzidas em nome da companhia aberta ou substancialmente em função das suas necessidades operacionais específicas, desde que, alternativamente, direta ou indiretamente:

I – a companhia aberta tenha o poder de decisão ou os direitos suficientes à obtenção da maioria dos benefícios das atividades da EPE, podendo em consequência, estar exposta aos riscos decorrentes dessas atividades; ou
II – a companhia aberta esteja exposta à maioria dos riscos relacionados à propriedade da EPE ou de seus ativos.

Artigo 2º. – As participações societárias em EPE incluídas na consolidação deverão ser avaliadas, nos termos da Instrução CVM nº. 247/96.

Parágrafo único – Os ajustes decorrentes das alterações produzidas pela aplicação do método de equivalência patrimonial previstos neste artigo não

constituem ajustes de exercício anteriores, devendo ser registrados conforme o disposto na Instrução nº. 247/96.

Artigo 3º. – Em nota explicativa às suas demonstrações contábeis consolidadas, a companhia aberta deverá divulgar, além das informações requeridas nos artigos 20 e 31 da Instrução CVM nº. 247/96, no que for aplicável, as seguintes informações:

I – a natureza, propósito e atividades da EPE;

II – a natureza do seu envolvimento com a EPE;

III – o tipo de exposição a perdas decorrente desse envolvimento com a EPE; e

V – o tipo e o valor dos ativos consolidados que tenham sido dados em garantia das obrigações da EPE.

Artigo 4º. – A companhia aberta que tenha direitos suficientes à obtenção de benefícios relevantes das atividades da EPE, ou que esteja exposta a riscos também relevantes, relacionados às atividades da EPE ou de seus ativos, sem, contudo, enquadrar-se no disposto no artigo 1º., deverá divulgar, em nota explicativa, as seguintes informações:

I - a natureza, o propósito e as atividades da EPE;

II – a natureza do seu envolvimento com a EPE;

III – o tipo de exposição a perdas decorrentes desse envolvimento com a EPE;

IV – a identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais da EPE; e

V – as informações requeridas no art. 20 Instrução nº. 247/96, no que couber.

Parágrafo único – Para os feitos do caput deste artigo, não serão consideradas como EPE entidades com autonomia operacional e financeira, tais como clientes e fornecedores da companhia aberta, sem prejuízo do disposto na Deliberação CVM nº. 26/86.

Artigo 5º. – As companhias abertas com exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2004 devem divulgar, em nota explicativa às respectivas demonstrações contábeis, no mínimo, as seguintes informações:

I – denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pela EPE;

II – participação no patrimônio e nos resultados da EPE;

III – natureza de seu envolvimento com a EPE e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento;

IV – montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e a EPE, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos ou serviços da EPE;

V – total dos ativos, passivos e patrimônio de cada EPE;

VI – avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor da EPE; e

VII – a identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades da EPE, na hipótese a que se refere o art. 4º.

Artigo 6º. – Ressalvado o disposto no artigo anterior, as companhias abertas deverão observar as demais disposições desta Instrução nas demonstrações contábeis consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de 1º. de Janeiro de 2005, facultada a sua aplicação imediata.

Parágrafo único – Para fins de comparabilidade, as demonstrações contábeis consolidadas do exercício anterior deverão ser divulgadas incluindo as EPE existentes à época em que essas demonstrações foram originalmente elaboradas.

A consolidação de demonstrações contábeis tem sido calcada na existência de vínculo societário entre a controladora e suas controladas. Porém, transações envolvendo EPE's tornaram-se cada vez mais comuns e, o enfoque da

consolidação, baseada exclusivamente no capital votante, mostrou-se insuficiente para a plena divulgação das atividades como um todo.

Desse modo, justifica-se a preocupação da CVM ao editar a Instrução nº. 408/04 (CVM, 2004), uma vez que a falta de consolidação das EPE's permite que determinados negócios "controlados" por companhias abertas deixem de ser plenamente evidenciados, afetando, muitas vezes de forma significativa, a informação sobre a situação financeira e patrimonial da companhia como um todo.

Deve-se observar que a consolidação de Entidades de Propósito Específico é matéria que vem sendo debatida internacionalmente e, a CVM, ao editar essa instrução, procura o alinhamento das práticas brasileiras, aplicáveis às companhias abertas e às práticas contábeis internacionais.

3.11 Críticas à consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são uma exigência legal e, embora sua utilidade seja reconhecida em determinadas situações, não estão isentas de críticas. A seguir, os pontos fracos apontados por alguns autores em relação ao processo de consolidação:

Para Kam (1990, p. 391), os dados das subsidiárias podem ser mostrados como suplementares às demonstrações financeiras da controladora. O mesmo autor declara que "o resultado seria muito mais compreensível e realístico do que o produto do processo de consolidação".

Para ele, alguns dos pontos fracos críticos são os seguintes:

1 – Aggregated data may conceal some important information such that the financial condition of a particular firm in the consolidated group is not revealed. For example, the financial distress of one of the subsidiaries or restrictions on the transfer of assets between firms in the consolidated entity may be hidden.

2 – Financial ratios may not be meaningful when based on consolidated amounts. For example, ratios on solvency may be misleading, because the fact is that assets of one affiliated member cannot be used to pay the liabilities of another without creating a liability.

3 – The stockholders of the parent have a claim on the subsidiaries only with respect to the parent's investment. The creditors of the parent have a claim only on the assets of the parent, and the creditors of the subsidiary have a claim only on the assets of the subsidiary. Consolidate data give a false impression.

4 – Statement 94 requires that all subsidiaries be included in the consolidated statements, including foreign subsidiaries. Exchange rate fluctuations can cause variations from year to year.

5 – Minority interest stockholders will not find consolidated statements useful. (4)

Hermanson e Edwards (apud SANTOS; SCHMIDT; FERNANDES, 2003, p. 155) também apontam a limitação do uso das demonstrações financeiras consolidadas por credores e acionistas minoritários ao afirmarem que os credores têm direito de crédito apenas contra a subsidiária. O mesmo ocorre com os acionistas, que não se beneficiam e nem se prejudicam com as operações da controladora.

Com relação à proteção dos credores, Ludícibus (2000, p. 180) afirma que “não existem dúvidas de que esta é evidenciada mais claramente nas demonstrações individuais de cada empresa do que nas demonstrações consolidadas”.

A participação de minoritários, mencionada anteriormente e de acordo com a regulamentação da CVM, deve ser destacada no balanço patrimonial entre as exigibilidades e o patrimônio líquido. Cabe ressaltar que essa participação é também uma fonte de capital para a entidade consolidada. Assim, conforme destaca e critica Ludícibus (2000, p. 180), a representação usual dos interesses dos acionistas minoritários como um item intermediário entre o patrimônio líquido e as exigibilidades não satisfaz nenhuma consideração de evidenciação de forma completa. Contudo, segundo o mesmo autor, não é fácil encontrar uma alternativa de apresentação que satisfaça a todas as condições.

(4) 1 – Dados agregados podem ocultar algumas informações importantes, tais como a condição financeira de uma empresa componente do grupo consolidado, que não é revelada;

2 – Quocientes financeiros podem não ser significativos quando baseados em valores consolidados. Por exemplo, os índices de solvência podem ser enganosos, pois o fato é que os ativos de uma empresa do grupo não podem ser utilizados para pagar as dívidas de outra, sem criar uma obrigação.

3 - Os acionistas da controladora têm direitos relativos às subsidiárias apenas em relação a seu investimento. Os credores da controladora têm direito apenas sobre os ativos da subsidiária, de maneira que os dados consolidados fornecem falsa impressão;

4 – O FAS 94 exige que todas as subsidiárias sejam incluídas nos relatórios consolidados, incluindo as subsidiárias estrangeiras. As flutuações de taxas de câmbio podem provocar variações de um ano para outro;

5 – Os acionistas minoritários não encontrarão utilidade nos relatórios consolidados. (KAM, p. 391, 1990, tradução nossa)

No contexto de entidades multinacionais, Radebaugh e Gray (1997, p. 251) também apresentam limitações aos relatórios consolidados. Na visão dos referidos autores, “enquanto há a reconhecida necessidade de informação a respeito das operações de empresas multinacionais em uma base global, a questão da melhor forma de divulgação é assunto de alguma controvérsia”.

Os autores acrescentam que a complexidade das operações de uma multinacional é cada vez maior, de forma que as consolidações tendem a ser, provavelmente, menos reveladoras e sem alguma desagregação de informação acumulada. Assim, surge a necessidade de informações segmentadas por linha de negócios e mercados geográficos.

Radebaugh e Gray (1997, p. 251) observam que as demonstrações segmentadas e consolidadas são formas complementares de divulgação, sendo cada uma delas necessária para fazer uma avaliação das informações de uma multinacional.

Concluem Radebaugh e Gray (1997, p. 251):

Paradoxalmente, no momento em que a consolidação está tornando-se aceita na prática como apropriada para operações de grupo no ambiente internacional, então também suas limitações tornam-se aparentes: elas não revelam qualquer diferença significativa nos riscos e retornos aplicáveis às várias operações de uma multinacional.

Larsen (1997, p. 273) também apresenta críticas à consolidação com relação ao uso limitado das subsidiárias para credores e acionistas minoritários. Todavia, o autor destaca um ponto crítico em especial:

But perhaps the most telling criticism of consolidated financial statements in recent years has come from financial analysts. These critics have pointed out that consolidated financial statements of diversified companies (conglomerates) are impossible to classify into a single industry. Thus, say the financial analysts, consolidated financial statements of a conglomerate cannot be used for comparative purposes. (5)

5) Mas talvez a mais significativa censura das demonstrações financeiras consolidadas provém da análise financeira. Os críticos têm apontado que demonstrações financeiras de companhias diversificadas (conglomerados) são impossíveis de agrupar em uma atividade única. Dessa forma, diz o analista financeiro, demonstrações financeiras consolidadas de um conglomerado não podem ser usadas para propósitos comparativos. (LARSEN, p. 273, 1997, tradução nossa)

Este capítulo procurou abordar aspectos relativos ao processo de consolidação de balanços e a sua utilização para demonstrar a posição financeira e os resultados de determinada concentração de empresas como se fossem uma única entidade. Das críticas atribuídas a processo de consolidação neste tópico, formulou-se o problema da pesquisa.

A análise dos exemplos e o desenvolvimento dos casos práticos, no capítulo a seguir, têm como objetivo responder ao problema proposto no início do estudo.

4 ANÁLISE COMPARATIVA

O objetivo principal deste capítulo foi o desenvolvimento dos casos práticos e a análise dos exemplos. Inicialmente, apresenta-se as empresas selecionadas para o estudo e, mais adiante, a fundamentação teórica e a seleção dos indicadores ou quocientes utilizados para fins comparativos. Apresenta-se também quadros com resumos dos indicadores calculados, demonstrados integralmente nos apêndices. Para uma melhor visualização e entendimento dos resultados dos indicadores, esses números são também apresentados em forma de gráficos. Procurou-se identificar se existem diferenças significativas entre os resultados do grupo consolidado e os resultados individuais das empresas controladas.

Por último, aborda-se a utilização de informação segmentada como informação adicional às demonstrações contábeis e, por fim, as considerações do autor sobre o desenvolvimento do estudo.

4.1 A importância da estrutura, análise e interpretação de balanços

A análise de balanços procura extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões, e as demonstrações contábeis trazem uma série de dados sobre a empresa.

O diagnóstico de uma empresa quase sempre começa com uma rigorosa análise de balanços, cuja finalidade é determinar quais são os pontos críticos e permitir, de imediato, a apresentação de um esboço das prioridades para solucionar seus problemas.

A análise de balanços por meio de índices constitui-se na técnica mais empregada. Os índices servem de medida dos diversos aspectos econômicos e financeiros da empresa e sua característica fundamental é fornecer uma visão ampla da situação econômica ou financeira dessa empresa.

Entretanto, questiona-se: A análise a partir de demonstrações contábeis consolidadas permite prognosticar resultados para os anos seguintes? Demonstrações financeiras consolidadas podem ser utilizadas para fins

comparativos? A empresa manterá a sua rentabilidade? Poderá crescer à mesma taxa anual, sem ter de recorrer a uma nova emissão de capital?

4.1.1 A seleção das empresas

Para fins desta pesquisa, foram selecionados três grupos empresariais. A escolha foi realizada por meio do Anuário Balanço Anual, publicado pela Gazeta Mercantil, em Agosto de 2004 (GAZETA MERCANTIL, 2004). Esse anuário apresenta os 300 maiores grupos do Brasil classificados pelo valor do patrimônio líquido total. Constam no ranking as empresas sociedades anônimas que, por lei, são obrigadas a publicar os seus balanços, e as limitadas, que embora não sejam obrigadas a fazê-lo, submeteram seus balanços à análise da revista.

O autor observou que todos os grupos empresariais selecionados, coincidentemente, têm sua sede na região Sul; um no Paraná (Grupo Battistella) e dois em Santa Catarina (Grupos Marisol e Weg). Porém, essa coincidência na região dos grupos selecionados não provoca distorções nas análises, uma vez que todos os demonstrativos financeiros foram elaborados segundo a mesma legislação, a Lei das Sociedades por Ações e as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A seguir, apresenta-se os grupos empresariais selecionados para este estudo:

Grupo Battistella

O Grupo Battistella é formado por quatro áreas de negócios: área florestal, área de veículos pesados, área de consórcios e participação em outras sociedades.

- a. área florestal: Battistella Indústria e Comércio Ltda, Modo Battistella Reflorestamento S/A – MOBASA, Florestal Battistella S/A – FLOBASA, Itapoá Terminais Portuários S/A, Battistella Participações em Recursos Renováveis Ltda, Battistella Trading S/A – Comércio Internacional e W.K Participações Ltda são as unidades de negócios deste segmento;

- b. área de veículos pesados: Cotrasa Comércio de Transportes e Veículos Ltda e Ediba Eletro Diesel Battistella Ltda;
- c. área de consórcios: Battistella Administradora de Consórcios S/C Ltda;
- d. área de participação em outros negócios: Bavesa Veículos e Peças Ltda, Abadir Distribuidora e Importadora de Rolamentos e Peças e Maquigeral Indústria e Comércio de Máquinas Ltda.

O quadro a seguir, extraído da publicação da Gazeta Mercantil, Balanço Anual, apresenta os números do Grupo Battistella selecionado para a pesquisa, divulgado pelo anuário:

Tabela 3 Sumário dos resultados: Grupo Battistella

Grupo: Battistella – Sede: PR						
Ano	Posição Ranking	Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	Receita Operacional (R\$ Mil)	Lucro Líquido (R\$ Mil)	Rentabilidade Patrimônio (%)	Endividamento Geral (%)
2003	224	143.574	346.933	(12.832)	(8,9)	47,40
2002	221	157.736	251.192	109.441	69,4	42,70
2001	N/C	-	-	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil
 Balanço Anual 2004 – Ago/2004 – Ano XXVIII – nº. 28
 Balanço Anual 2003 - Set /2003 – Ano XXVII – nº. 27
 Balanço Anual 2002 - Jun /2002 – Ano XXVI – nº. 27

Grupo Marisol

O Grupo Marisol é composto pelas seguintes empresas:

- a. Marisol S/A, controladora, cuja atividade preponderante é a exploração da indústria e comércio do vestuário, de tecidos e malhas e fibras naturais, artificiais e sintéticas, fios e materiais têxteis e calçados infantis. Sua sede encontra-se em Jaraguá do Sul (SC), e controladas em Pacatuba (CE) e Novo Hamburgo (RS);
- b. Marisol Nordeste S/A, que produz e comercializa a linha do vestuário adulta, com as marcas Criativa e Mineral;
- c. Marisol Calçados Ltda, que atua no segmento de calçados infantis;
- d. Marisol Franchising Ltda, que opera o canal de distribuição, franqueadora das marcas Lilica & Tigor.

O quadro a seguir, extraído da publicação da Gazeta Mercantil, Balanço Anual, apresenta os números do Grupo Marisol selecionado para a pesquisa, divulgado pelo anuário:

Tabela 4 Sumário dos resultados: Grupo Marisol

Grupo: Marisol – Sede: SC						
Ano	Posição Ranking	Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	Receita Operacional (R\$ Mil)	Lucro Líquido (R\$ Mil)	Rentabilidade Patrimônio (%)	Endividamento Geral (%)
2003	221	153.203	280.558	21.672	14,2	42,80
2002	217	165.857	241.239	(2.399)	(1,5)	36,00
2001	219	156.639	260.901	11.859	7,57	37,82

Fonte: Gazeta Mercantil
 Balanço Anual 2004 – Ago/2004 – Ano XXVIII – nº. 28
 Balanço Anual 2003 - Set /2003 – Ano XXVII – nº. 27
 Balanço Anual 2002 - Jun /2002 – Ano XXVI – nº. 27

Grupo WEG

O Grupo WEG é composto pelas seguintes empresas:

- a) WEG S/A, controladora, *holding* do Grupo WEG, cabendo-lhe a administração, controladoria, definição de políticas e estratégias para as empresas do Grupo, bem como a avaliação de novas oportunidades de investimentos e negócios;
- b) WEG Indústrias S/A, com as seguintes unidades: WEG Indústrias S/A – Motores; WEG Indústrias S/A – Máquinas, WEG Indústrias S/A – Acionamentos, WEG Indústrias S/A – Acionamentos, WEG Indústrias – Automação, WEG Indústrias S/A – Transformadores e WEG Indústrias S/A – Química;
- c) WEG Exportadora S/A, tem como ramo de atividade a exportação e promoção dos produtos WEG.

O quadro a seguir, extraído da publicação da Gazeta Mercantil, Balanço Anual, apresenta os números do Grupo WEG selecionado para a pesquisa, divulgado pelo anuário:

Tabela 5 Sumário dos resultados: Grupo WEG

Grupo: Weg – Sede: SC						
Ano	Posição Ranking	Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	Receita Operacional (R\$ Mil)	Lucro Líquido (R\$ Mil)	Rentabilidade Patrimônio (%)	Endividamento Geral (%)
2003	77	862.018	1.694.160	307.809	35,7	55,2
2002	93	694.052	1.282.035	220.326	31,7	60,7
2001	100	573.953	1.065.936	175.683	30,6	56,5

Fonte: Gazeta Mercantil

Balço Anual 2004 – Ago/2004 – Ano XXVIII – nº. 28

Balço Anual 2003 - Set /2003 – Ano XXVII – nº. 27

Balço Anual 2002 - Jun /2002 – Ano XXVI – nº. 27

Dessa forma, para fins deste estudo, foram utilizados os seguintes grupos empresariais:

- a) Grupo Battistella (PR);
- b) Grupo Marisol (SC);
- c) Grupo WEG (SC).

4.1.2 A coleta de dados

Os dados para a realização deste estudo foram extraídos dos demonstrativos financeiros das companhias selecionadas, dos exercícios de 2002 e 2003 da Marisol e Battistella e de 2001 a 2003 da Weg. Tais dados estão disponíveis nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e das informações disponibilizadas nos sites das respectivas empresas escolhidas.

Por se tratarem de empresas de capital aberto e, portanto, com obrigatoriedade de publicação das demonstrações contábeis, os demonstrativos consolidados e da controladora são documentos de conhecimento público. Contudo, as demonstrações contábeis de companhias Ltda(s) incluídas no processo de consolidação estão desobrigadas de publicação.

4.2 Indicadores convencionais de medição de desempenho

Conforme Marques (2004, p. 199), o processo convencional de análise abrange três abordagens:

- a) análise horizontal;
- b) análise vertical;
- c) análise de quocientes.

Para fins deste estudo, foi utilizada somente a análise por meio de quocientes ou índices, os quais, em geral, agrupam-se em quatro categorias diferentes, sendo:

- a) quocientes de liquidez e solvência – relacionam grupos patrimoniais do balanço e visam a avaliar a capacidade de pagamentos das dívidas existentes;
- b) estrutura de endividamento – tem por finalidade medir a composição e a estrutura de financiamento da organização. Esse quociente procura retratar a posição relativa do capital próprio em relação ao capital de terceiros. Os quocientes dessa categoria são importantes por demonstrarem a relação de dependência da empresa em relação ao capital de terceiros;
- c) de rotação ou giro – indicam a velocidade com que elementos patrimoniais renovam-se durante um determinado período. Esses quocientes costumam surgir de relações entre itens patrimoniais e de resultado. Normalmente, são apresentados em dias, meses ou períodos maiores, fracionários de um ano;
- d) de rentabilidade e lucratividade – os quocientes de rentabilidade normalmente relacionam uma medida específica do lucro a um determinado grupo patrimonial do balanço. Já os quocientes de lucratividade relacionam as medidas de lucros à receita operacional, podendo ser calculados sobre a receita operacional bruta ou líquida.

Deve-se observar que o autor optou por realizar todos os cálculos dos indicadores com base nos valores existentes nos demonstrativos financeiros de cada empresa em 31 de Dezembro de cada exercício e, portanto, não utilizou o cálculo de médias.

4.2.1 Quocientes de liquidez e solvência

Dos indicadores de liquidez e solvência, que evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros, foram selecionados para este estudo:

- a) liquidez imediata;
- b) liquidez seca;
- c) liquidez corrente;
- d) liquidez geral.

O quadro a seguir demonstra a fórmula, os elementos que compõe o indicador e o que este evidencia:

Índice	Fórmula	Indica
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui no disponível para liquidação imediata para cada 1 de dívida de curto prazo.
Liquidez seca	$\frac{\text{Ativo circulante} - \text{estoques} - \text{despesas antecipadas}}{\text{Passivo circulante}}$	Quanto a empresa possui em condições a serem pagas mediante utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante, ou seja, a utilização essencialmente do disponível e de valores a receber para cada 1 de dívida de curto prazo.
Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	Indica o quanto existe de ativo circulante para cada 1 de dívida de curto prazo.
Liquidez geral	$\frac{\text{Ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$	Indica a liquidez tanto de curto quanto de longo prazo. De cada 1 de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo.

Quadro 7 Fórmula: Indicadores de liquidez e solvência

Fonte: Adaptado de Marques (2004, p. 201) e Matarazzo (1995, p. 158)

4.2.2 Quociente da estrutura de endividamento

Dos quocientes que indicam a relação de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros, foram selecionados para este estudo:

- a) relação capital de terceiros e total;
- b) relação capital de terceiros e próprio;
- c) participação das dívidas de curto prazo sobre o endividamento total.

O quadro a seguir demonstra a fórmula, os elementos que compõe o indicador e o que este evidencia:

Índice	Fórmula	Indica
Relação capital de terceiros e total	$\frac{\text{Exigível total}}{\text{Exigível total} + \text{patrimônio líquido}}$	Indica o percentual que o endividamento representa sobre os fundos totais. Indica também qual o percentual do ativo total financiado com recursos de terceiros.
Relação capital de terceiros e próprio	$\frac{\text{Exigível total}}{\text{Patrimônio líquido}}$	Indica quanto existe de capital próprio em relação ao capital de terceiros.
Participação das dívidas de curto prazo sobre o endividamento total	$\frac{\text{Passivo circulante}}{\text{Exigível total}}$	Indica qual parcela vence a curto prazo no endividamento total.

Quadro 8 Fórmula: Indicadores da estrutura de endividamento

Fonte: Adaptado de Marques (2004, p. 204) e Matarazzo (1995, p. 158)

4.2.3 Quocientes de rotação ou giro

Dos quocientes que indicam a velocidade com que elementos patrimoniais renovam-se durante determinado período, foram selecionados para este estudo:

- a) rotatividade dos estoques;
- b) prazo médio de estocagem;
- c) rotação de contas a receber;
- d) prazo médio de cobrança;
- e) rotatividade do ativo.

O quadro a seguir demonstra a fórmula, os elementos que compõe o indicador e o que este evidencia:

Índice	Fórmula	Indica
Rotatividade dos estoques	$\frac{\text{Custo das vendas}}{\text{Estoque}}$	Procura indicar quantas vezes se “renovou” o estoque em função das vendas.
Prazo médio de estocagem	$\frac{\text{Estoque X 360}}{\text{Custo das vendas}}$	Indica o tempo médio que o produto permanece em estoque à espera de ser vendido.
Rotação de contas a receber	$\frac{\text{Receita operacional líquida}}{\text{Contas a receber}}$	Indica o giro do contas a receber e a renovação das contas a receber por ano.
Prazo médio de cobrança	$\frac{\text{Contas a receber X 360}}{\text{Receita operacional líquida}}$	Indica o tempo médio que a empresa leva para receber os produtos vendidos.
Rotatividade do ativo	$\frac{\text{Receita operacional líquida}}{\text{Ativo total}}$	Indica quantas vezes o ativo “girou” ou se renovou pelas vendas.

Quadro 9 Fórmula: Indicadores de rotação ou giro

Fonte: Adaptado de Marques (2004, p. 208) e Matarazzo (1995, p. 158)

4.2.4 Quocientes de rentabilidade e lucratividade

Dos quocientes que indicam a rentabilidade e a lucratividade do empreendimento, foram selecionados para este estudo:

- a) margem bruta;
- b) margem operacional;
- c) margem líquida;
- d) retorno sobre o ativo total;
- e) retorno sobre o patrimônio líquido.

O quadro a seguir demonstra a fórmula, os elementos que compõe o indicador e o que este evidencia:

Índice	Fórmula	Indica
Margem bruta	$\frac{\text{Lucro operacional bruto}}{\text{Receita operacional líquida}}$	Quanto a empresa obtém de lucro bruto para cada 1 de receita líquida.
Margem operacional	$\frac{\text{Lucro operacional líquido}}{\text{Receita operacional líquida}}$	Quanto a empresa obtém de lucro operacional para 1 de receita líquida
Margem líquida	$\frac{\text{Lucro líquido do exercício}}{\text{Receita operacional líquida}}$	Quanto a empresa obtém de lucro líquido para cada 1 de receita líquida.
Retorno sobre o ativo total - (ROA)	$\frac{\text{Lucro (Prejuízo) líquido}}{\text{Ativo total}}$	Quanto a empresa obtém de lucro líquido para cada 1 de investimento total.
Retorno sobre o patrimônio líquido - (ROE)	$\frac{\text{Lucro (Prejuízo) líquido}}{\text{Patrimônio líquido}}$	Quanto a empresa obtém de lucro líquido para cada 1 de capital próprio investido.

Quadro 10 Fórmula: Indicadores de rentabilidade e lucratividade

Fonte: Adaptado de Marques (2004, p. 210) e Matarazzo (1995, p. 158)

Definidas as empresas selecionadas, objeto da pesquisa, com fundamentação teórica dos indicadores, o passo seguinte foi a análise dos resultados demonstrados integralmente nos apêndices.

4.3 Análise dos resultados dos indicadores/ quocientes – Grupo Battistella

Dos demonstrativos financeiros do Grupo Battistella, foram extraídos os indicadores resumidos na tabela a seguir.

Os cálculos dos indicadores do exercício 2002 estão demonstrados integralmente nos apêndices A a F.

4.3.1 Grupo Battistella – ano 2002

Tabela 6 Resumo dos indicadores: Grupo Battistella 2002

Grupo Battistella – Ano: 2002							
Indicador/Quociente	Em	Consolidado	A	B	C	D	E
A) Liquidez e Solvência							
Liquidez Imediata	R\$	0,163	0,122	0,143	0,000	0,002	0,001
Liquidez Seca	R\$	1,364	0,509	17,070	0,799	0,148	8,246
Liquidez Corrente	R\$	1,952	0,528	17,148	0,799	0,151	8,246
Liquidez Geral	R\$	1,125	0,293	0,815	2,009	3,124	6,867
B) Estrutura de Endividamento							
Relação Capital de Terceiros e Total	%	47,48	44,03	49,42	3,79	21,86	14,56
Relação Capital de Terceiros e Próprio	%	90,39	78,67	97,69	3,94	27,98	17,04
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	%	54,69	50,40	4,70	81,55	98,55	82,23
C) Rotação ou Giro							
Rotatividade dos Estoques	X/Ano	4,05	0,00	0,00	0,00	58,64	0,00
Prazo Médio de Estocagem	Dias	89	0	47	0	6	0
Rotação de Contas a Receber	X/Ano	3,47	0,00	2,40	7,66	12,73	0,00
Prazo Médio de Cobrança	Dias	104	0	150	47	28	0
Rotatividade do Ativo	R\$	0,84	0,01	0,02	0,19	0,09	0,00
D) Rentabilidade e Lucratividade							
Margem Bruta	%	34,80	100,00	16,97	87,13	62,99	-26,33
Margem Operacional	%	2,61	7215,99	-677,73	65,38	684,82	-516,92
Margem Líquida	%	43,57	7320,47	1857,08	87,66	680,69	-514,94
Retorno sobre o Ativo – ROA	%	36,74	39,50	30,61	16,59	62,89	-2,24
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	%	70,57	70,57	60,51	17,24	80,48	-2,62

Fonte: O autor

Legenda: A = Controladora; B = Battistella Trading; C = Flobasa; D = Mobasa;
E=Itapirubá

Dos resultados que foram apresentados na tabela 6, acima, foram extraídas as seguintes variações dos indicadores, calculadas a partir do resultado do consolidado e comparadas com o maior e o menor dos indicadores entre os demais demonstrativos financeiros do grupo:

Tabela 7 Variação dos indicadores: Grupo Battistella 2002

Grupo Battistella: 2002								
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Maior valor	Empresa	Varição nominal	Menor valor	Empresa	Varição nominal
A) Liquidez e Solvência								
Liquidez Imediata	Reais	0,163	0,143	B.Trading	0,020	0,000	Flobasa	0,163
Liquidez Seca	Reais	1,364	17,070	B.Trading	-15,706	0,148	Mobasa	1,216
Liquidez Corrente	Reais	1,952	17,148	B.Trading	-15,196	0,151	Mobasa	1,801
Liquidez Geral	Reais	1,125	6,867	Itapirubá	-5,742	0,293	Controladora	0,832
B) Estrutura de Endividamento								
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	47,48	49,42	B.Trading	-1,94	3,79	Flobasa	43,69
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	90,39	97,69	B.Trading	-7,30	3,94	Flobasa	86,45
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	54,69	98,55	Mobasa	-43,86	4,70	B.Trading	49,99
C) Rotação ou Giro								
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	4,05	58,64	Mobasa	-54,59	0,00	Itapirubá	4,05
Prazo Médio de Estocagem	Dias	89,00	47,00	B.Trading	42,00	0,00	Itapirubá	89,00
Rotação de Conta a Receber	Vezez/Ano	3,47	12,73	Mobasa	-9,26	0,00	Itapirubá	3,47
Prazo Médio de Cobrança	Dias	104,00	150,00	B.Trading	-46,00	0,00	Itapirubá	104,00
Rotatividade do Ativo	Reais	0,84	0,19	Flobasa	0,65	0,00	Itapirubá	0,84
D) Rentabilidade e Lucratividade								
Margem Bruta	Percentual	34,80	100,00	Controladora	-65,20	-26,33	Itapirubá	61,13
Margem Operacional	Percentual	2,61	7215,99	Controladora	-7213,38	-677,73	B.Trading	680,34
Margem Líquida	Percentual	43,57	7320,47	Controladora	-7276,90	-514,94	Itapirubá	558,51
Retorno sobre o Ativo - ROA	Percentual	36,74	62,89	Mobasa	-26,15	-2,24	Itapirubá	38,98
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	70,57	80,48	Mobasa	-9,91	-2,62	Itapirubá	73,19

Fonte: O autor

Para melhor visualização e entendimento, os resultados dos indicadores são apresentados graficamente, a seguir:

Grupo Battistella - 2002

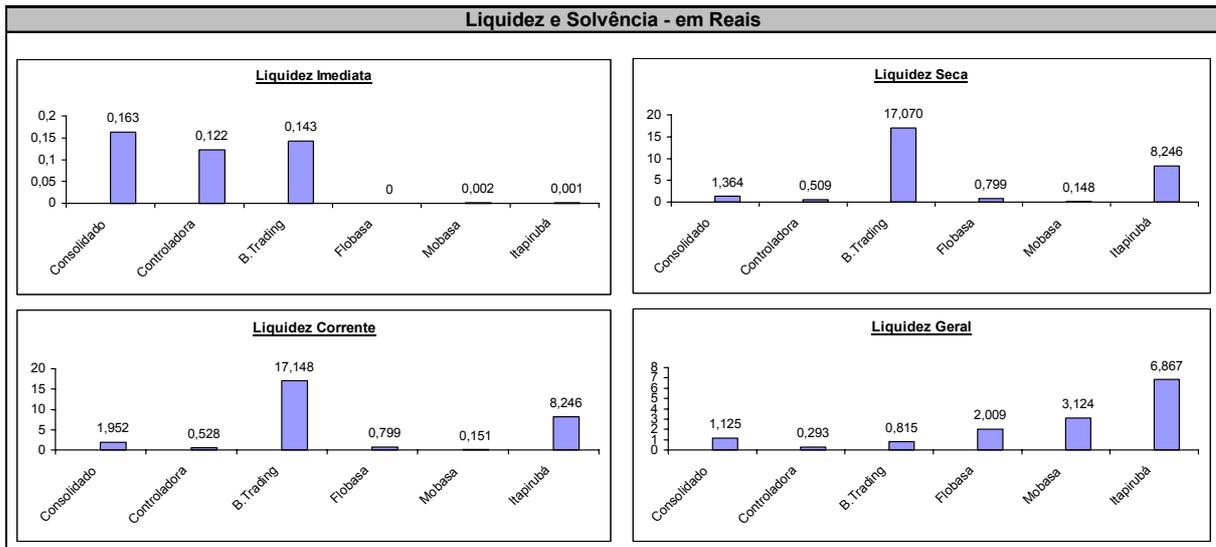


Gráfico 1 Indicadores de liquidez e solvência: Battistella 2002

Destacou-se no gráfico 1 a diferença entre o indicador de liquidez seca do consolidado R\$ 1,364 e o da controlada Battistella Trading R\$ 17,070, com variação nominal de R\$ 15,71 e percentual de 1.151,5%.

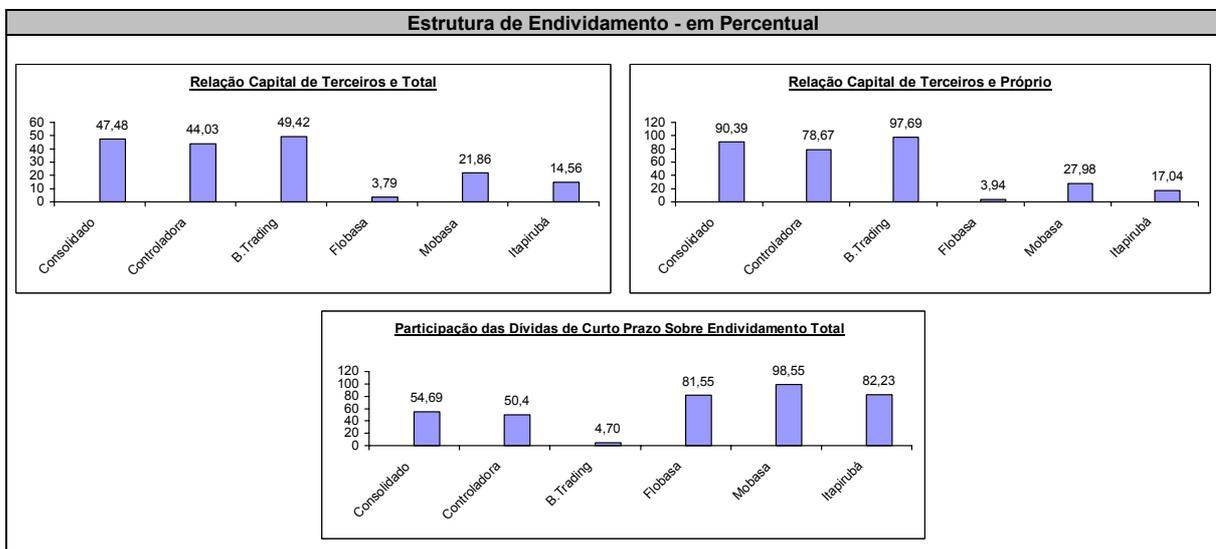


Gráfico 2 Indicadores da estrutura de endividamento: Battistella 2002

Observa-se no gráfico 2 uma diferença de 86,45 pontos percentuais entre a relação de capital de terceiros e próprio do consolidado e da controlada Flobasa.

Grupo Battistella - 2002

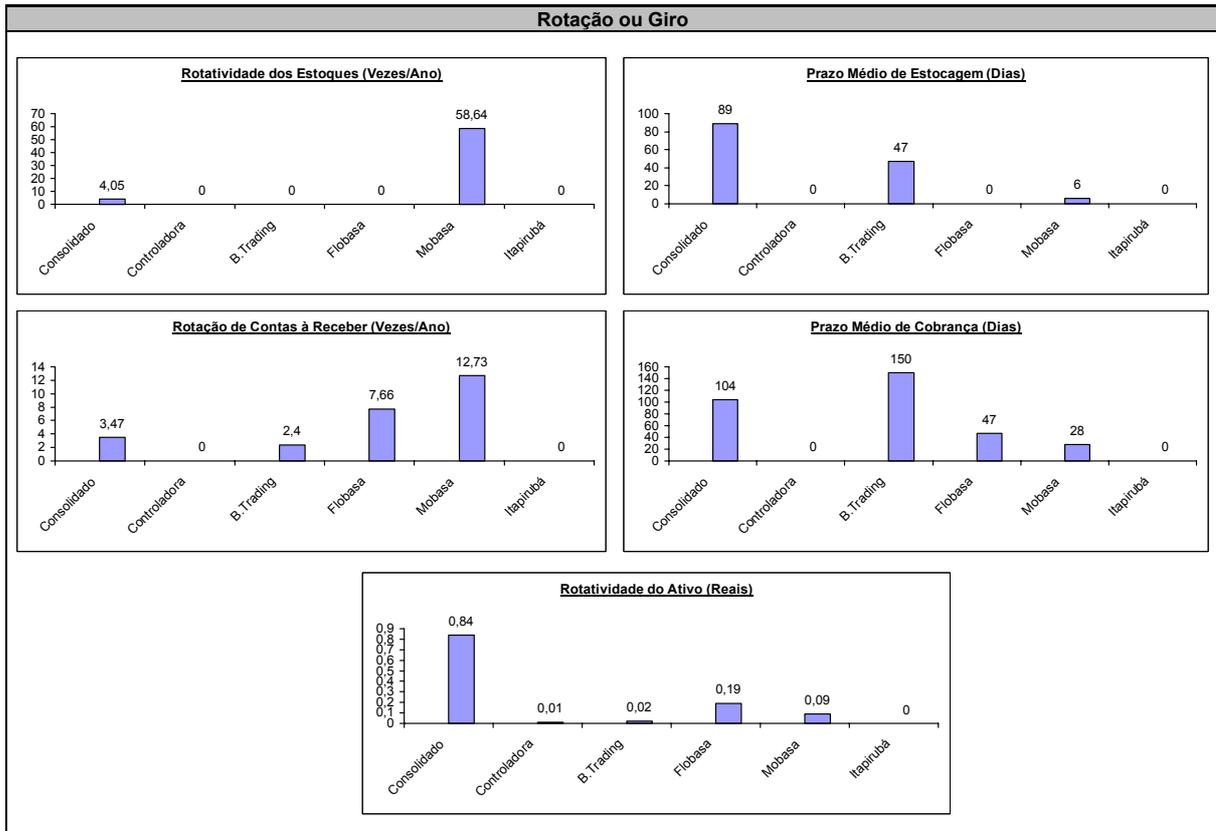


Gráfico 3 Indicadores de rotação ou giro: Battistella 2002

O prazo médio de cobrança no consolidado é de 104 dias, enquanto a controlada Mobasa apresenta 28, diferença de 76 dias.

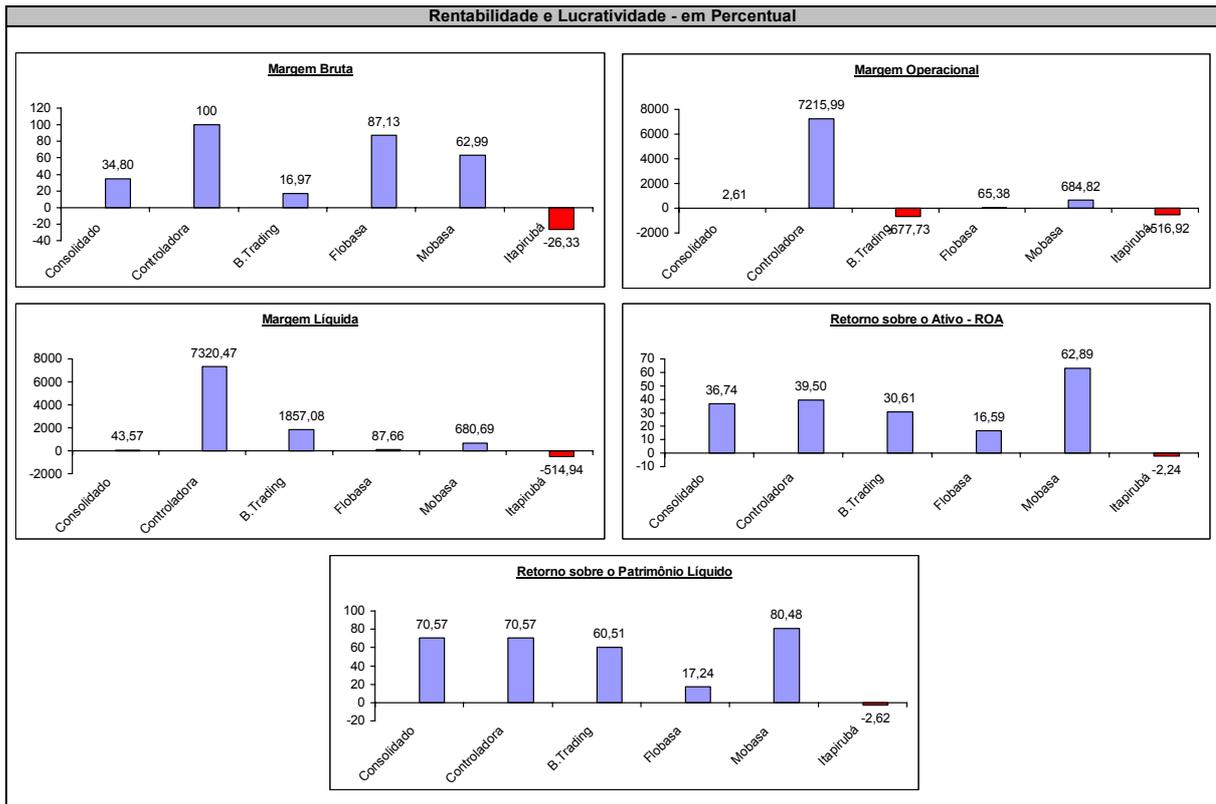


Gráfico 4 Indicadores de rentabilidade e lucratividade: Battistella 2002

Observa-se no gráfico 4 que a margem líquida do consolidado é de 43,57%, e a controlada Itapirubá apresenta margem líquida negativa de 514,94%, com variação de 558,51 pontos percentuais.

4.3.2 Grupo Battistella – ano 2003

Tabela 8 Resumo dos indicadores: Grupo Battistella 2003

Grupo Battistella – Ano: 2003								
Indicador/Quociente	Em	Conso- Lidado	A	B	C	D	E	F
A) Liquidez e Solvência								
Liquidez Imediata	R\$	0,283	3,375	0,120	0,000	0,001	0,004	0,001
Liquidez Seca	R\$	1,165	4,639	2,492	152,545	1,230	4,484	32,532
Liquidez Corrente	R\$	1,851	4,781	2,659	152,545	1,230	4,524	32,532
Liquidez Geral	R\$	0,990	0,576	1,306	0,311	3,164	2,623	2,933
B) Estrutura de Endividamento								
Relação Capital de Terceiros e Total	%	52,02	29,87	3,47	3,78	9,91	16,15	34,09
Relação Capital de Terceiros e Próprio	%	108,42	42,58	3,60	3,93	11,00	19,26	51,73
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	%	49,17	8,68	29,52	0,20	98,51	34,61	7,28
C) Rotação ou Giro								
Rotatividade dos Estoques	X/Ano	5,42	0,00	0,00	0,00	0,00	29,40	0,00
Prazo Médio de Estocagem	Dias	66	0	11	0	0	12	0
Rotação de Contas a Receber	X/Ano	7,28	0,00	18,48	0,00	2,71	5,88	0,00
Prazo Médio de Cobrança	Dias	49	0	19	0	133	61	0
Rotatividade do Ativo	R\$	1,17	0,00	0,07	0,09	0,33	0,21	0,00
D) Rentabilidade e Lucratividade								
Margem Bruta	%	26,67	100,00	18,33	100,00	94,80	69,52	N/C
Margem Operacional	%	-3,64	-4066,76	-20,85	-27,42	87,66	39,87	N/C
Margem Líquida	%	-3,70	-3554,57	-27,71	-27,40	81,80	28,69	N/C
Retorno sobre o Ativo – ROA	%	-4,31	-6,33	-1,88	-2,42	26,62	6,15	-1,95
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	%	-9,02	-9,02	-1,94	-2,52	29,55	7,34	-2,95

Fonte: O autor

Legenda: A = Controladora; B = Battistella Trading; C = Battistella R. Renováveis
D = Flobasa; E = Mobasa; F = Itapirubá

Os cálculos dos indicadores do exercício 2003 estão demonstrados integralmente nos apêndices G a N.

Dos resultados apresentados na tabela 8, acima, foram extraídas as seguintes variações dos indicadores, calculadas a partir do resultado do consolidado e comparadas com o maior e o menor dos indicadores entre os demais demonstrativos financeiros do grupo:

Tabela 9 Variação dos indicadores: Grupo Battistella 2003

Grupo Battistella: 2003								
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Maior valor	Empresa	Varição nominal	Menor valor	Empresa	Varição nominal
A) Liquidez e Solvência								
Liquidez Imediata	Reais	0,283	3,375	Controladora	-3,092	0,000	Battistella RR	0,283
Liquidez Seca	Reais	1,165	152,545	Battistella RR	-151,380	1,230	Flobasa	-0,065
Liquidez Corrente	Reais	152,545	152,545	Battistella RR	0,000	1,230	Flobasa	151,315
Liquidez Geral	Reais	0,990	3,164	Flobasa	-2,174	0,311	Battistella RR	0,679
B) Estrutura de Endividamento								
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	52,02	34,09	Itapirubá	17,93	3,47	B.Trading	48,55
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	108,42	51,73	Itapirubá	56,69	3,60	B.Trading	104,82
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	49,17	98,51	Flobasa	-49,34	0,20	Battistella RR	48,97
C) Rotação ou Giro								
Rotatividade dos Estoques	Veze/Ano	5,42	29,40	Mobasa	-23,98	0,00	Itapirubá	5,42
Prazo Médio de Estocagem	Dias	66,00	11,00	B.Trading	55,00	0,00	Itapirubá	66,00
Rotação de Conta a Receber	Veze/Ano	7,28	18,48	B.Trading	-11,20	0,00	Itapirubá	7,28
Prazo Médio de Cobrança	Dias	49,00	133,00	Flobasa	-84,00	0,00	Itapirubá	49,00
Rotatividade do Ativo	Reais	1,17	0,33	Flobasa	0,84	0,00	Itapirubá	1,17
D) Rentabilidade e Lucratividade								
Margem Bruta	Percentual	26,67	100,00	Controladora	-73,33	0,00	Itapirubá	26,67
Margem Operacional	Percentual	-3,64	87,66	Flobasa	-91,30	-4066,76	Controladora	4063,12
Margem Líquida	Percentual	-3,70	81,80	Flobasa	-85,50	-3554,57	Controladora	3550,87
Retorno sobre o Ativo - ROA	Percentual	-4,31	26,62	Flobasa	-30,93	-6,33	Controladora	2,02
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	-9,02	29,55	Flobasa	-38,57	-9,02	Controladora	0

Fonte: O autor

Para melhor visualização e entendimento, os resultados dos indicadores são apresentados graficamente, a seguir:

Grupo Battistella - 2003

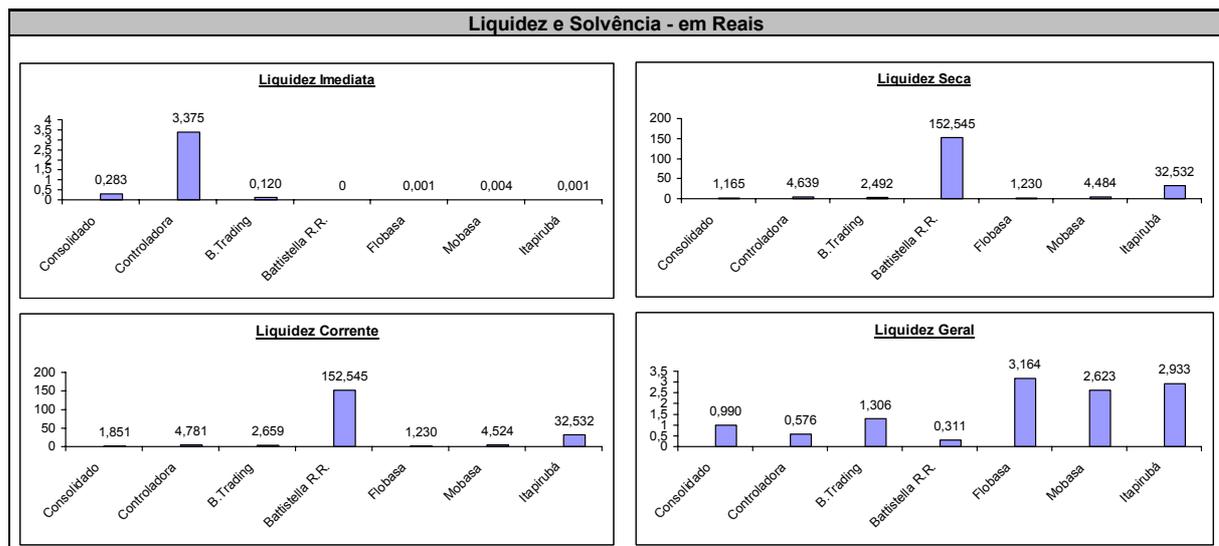


Gráfico 5 Indicadores de liquidez e solvência: Battistella 2003

Destacou-se no gráfico 5 a diferença entre o indicador de liquidez seca do consolidado R\$ 1,165 e o da controlada Battistella Recursos Renováveis R\$ 152,545, com variação nominal de R\$ 151,38 e percentual de 12.994%.

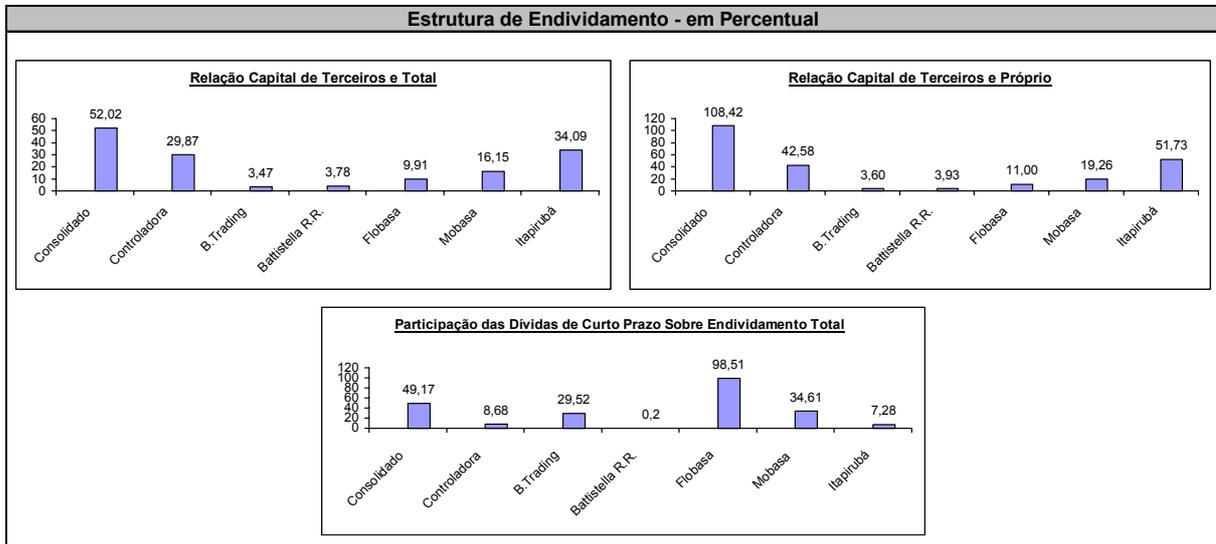


Gráfico 6 Indicadores da estrutura de endividamento: Battistella 2003

Observa-se no gráfico 6 uma diferença de 104,82 pontos percentuais entre a relação de capital de terceiros e próprio do consolidado e da controlada Battistella Trading.

Grupo Battistella - 2003

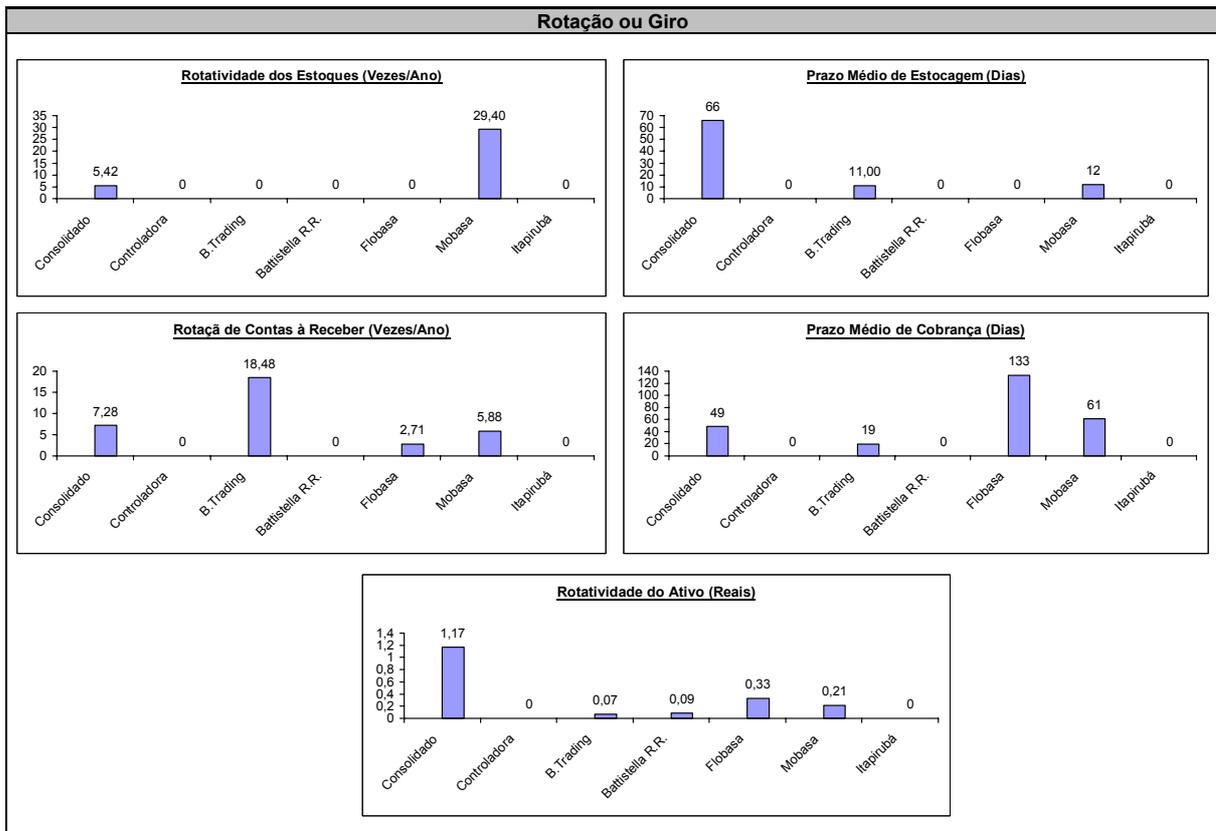


Gráfico 7 Indicadores de rotação ou giro: Battistella 2003

O prazo médio de cobrança no consolidado é de 49 dias, enquanto que a controlada Flobasa apresenta 133, diferença de 84 dias.

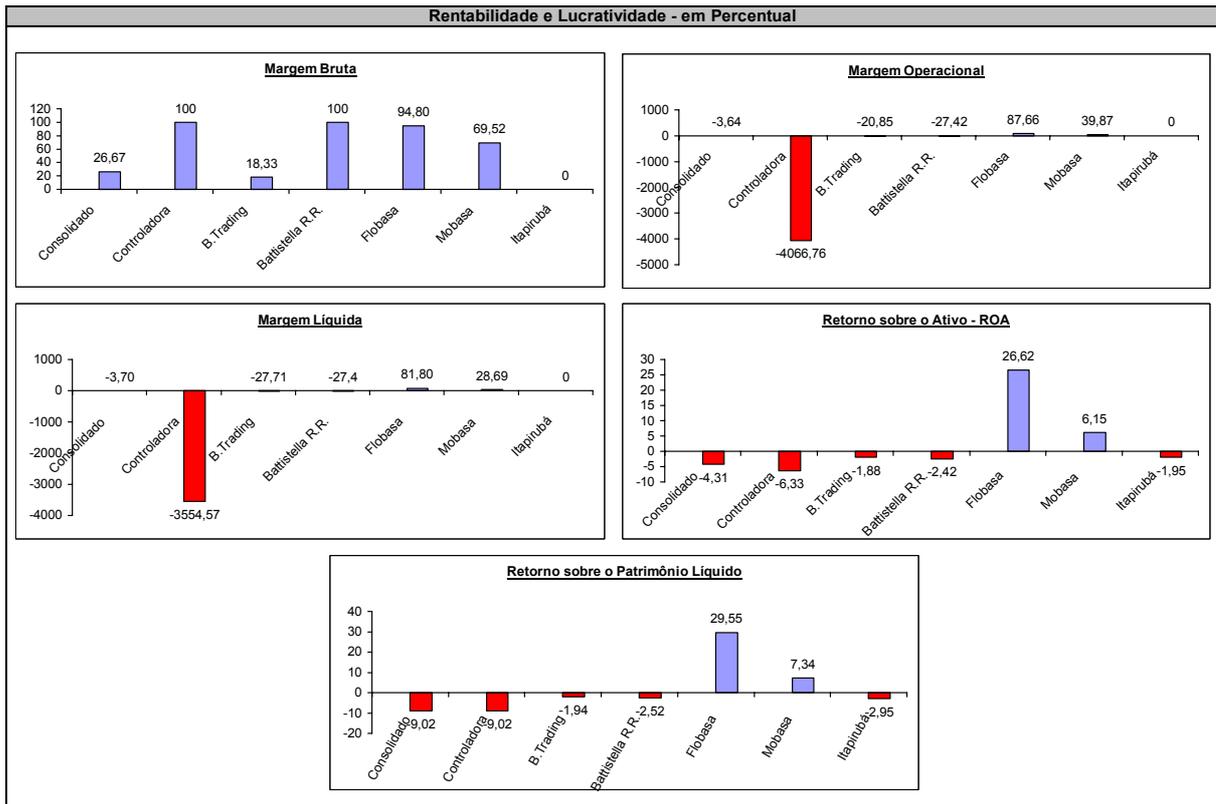


Gráfico 8 Indicadores de rentabilidade e lucratividade: Battistella 2003

O resultado do consolidado apresentou uma margem operacional negativa de 3,64%. entretanto na controladora a margem negativa atinge 4.066,76%, diferença de 4.070,40 pontos percentuais.

4.4 Análise dos resultados dos indicadores/quocientes – Grupo Marisol

Dos demonstrativos financeiros do Grupo Marisol, foram extraídos os indicadores resumidos na tabela a seguir.

Os cálculos dos indicadores do exercício 2002 estão demonstrados integralmente nos apêndices O a Q.

4.4.1 Grupo Marisol – ano 2002

Tabela 10 Resumo dos indicadores: Grupo Marisol 2002

Grupo Marisol – Ano: 2002				
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Controladora	Marisol Nordeste
A) Liquidez e Solvência				
Liquidez Imediata	Reais	0,066	0,090	0,072
Liquidez Seca	Reais	2,700	3,032	2,041
Liquidez Corrente	Reais	3,604	3,756	3,557
Liquidez Geral	Reais	1,778	1,978	2,903
B) Estrutura de Endividamento				
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	40,47	36,23	28,58
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	67,97	56,80	40,01
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	43,43	36,29	48,37
C) Rotação ou Giro				
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	4,00	5,89	2,41
Prazo Médio de Estocagem	Dias	90	61	150
Rotação de Contas a Receber	Vezez/Ano	3,58	3,94	3,72
Prazo Médio de Cobrança	Dias	101	91	97
Rotatividade do Ativo	Reais	0,93	0,89	0,99
D) Rentabilidade e Lucratividade				
Margem Bruta	Percentual	38,31	35,61	48,91
Margem Operacional	Percentual	-3,13	-7,83	21,23
Margem Líquida	Percentual	-0,99	-1,25	13,49
Retorno sobre o Ativo – ROA	Percentual	-0,93	-1,12	13,31
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	-1,75	-1,75	18,63

Fonte: O autor

Dos resultados apresentados na tabela 10, acima, foram extraídas as seguintes variações dos indicadores, calculadas a partir do resultado do consolidado e comparadas com o maior e o menor dos indicadores entre os demais demonstrativos financeiros do grupo:

Tabela 11 Variação dos indicadores: Grupo Marisol 2002

Grupo Marisol: 2002								
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Maior valor	Empresa	Variação nominal	Menor valor	Empresa	Variação nominal
A) Liquidez e Solvência								
Liquidez Imediata	Reais	0,066	0,090	Controladora	-0,024	0,072	Marsol Nord	-0,006
Liquidez Seca	Reais	2,700	3,032	Controladora	-0,332	2,041	Marsol Nord	0,659
Liquidez Corrente	Reais	3,604	3,756	Controladora	-0,152	3,557	Marsol Nord	0,047
Liquidez Geral	Reais	1,778	2,903	Marisol Nor	-1,125	1,978	Controladora	-0,200
B) Estrutura de Endividamento								
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	40,47	36,23	Controladora	4,24	28,58	Marisol Nord	11,89
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	67,97	56,80	Controladora	11,17	40,01	Marisol Nord	27,96
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	43,43	48,37	Marisol Nord	-4,94	36,29	controladora	7,14
C) Rotação ou Giro								
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	4,00	5,89	Controladora	-1,89	2,41	Marisol Nord	1,59
Prazo Médio de Estocagem	Dias	90,00	150,00	Marisol Nord	-60,00	61,00	Controladora	29,00
Rotação de Conta a Receber	Vezez/Ano	3,58	3,94	Controladora	-0,36	3,72	Marisol Nord	-0,14
Prazo Médio de Cobrança	Dias	101,00	97,00	Marisol Nord	4,00	91,00	Controladora	10,00
Rotatividade do Ativo	Reais	0,99	0,99	Marisol Nord	0,00	0,89	Controladora	0,10
D) Rentabilidade e Lucratividade								
Margem Bruta	Percentual	38,31	48,91	Marisol Nord	-10,60	35,61	Controladora	2,70
Margem Operacional	Percentual	-3,13	21,23	Marisol Nord	-24,36	-7,83	Controladora	4,70
Margem Líquida	Percentual	-0,99	13,49	Marisol Nord	-14,48	-1,25	Controladora	0,26
Retorno sobre o Ativo - ROA	Percentual	-0,93	13,31	Marisol Nord	-14,24	-1,12	Controladora	0,19
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	-1,75	18,63	Marisol Nord	-20,38	-1,75	Controladora	0,00

Fonte: O autor

Para melhor visualização e entendimento, os resultados dos indicadores são apresentados graficamente, a seguir:

Grupo Marisol - 2002

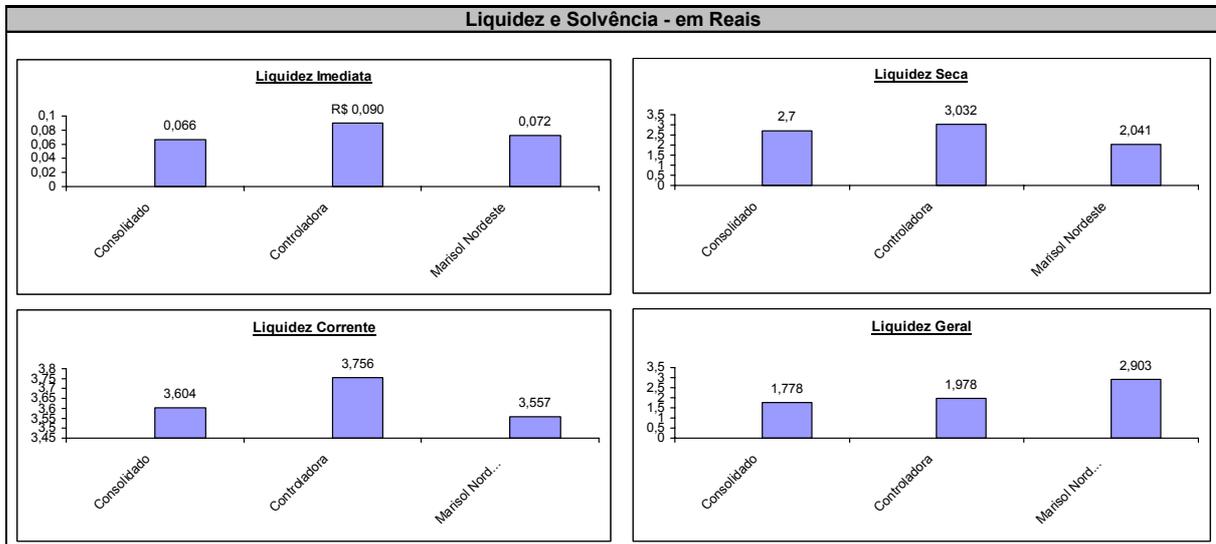


Gráfico 9 Indicadores de liquidez e solvência: Marisol 2002

Observa-se a diferença entre o indicador de liquidez geral do consolidado R\$ 1,778 e o da controlada Marisol Nordeste R\$ 2,903, com variação nominal de R\$ 1,125 e percentual de 63,3%.

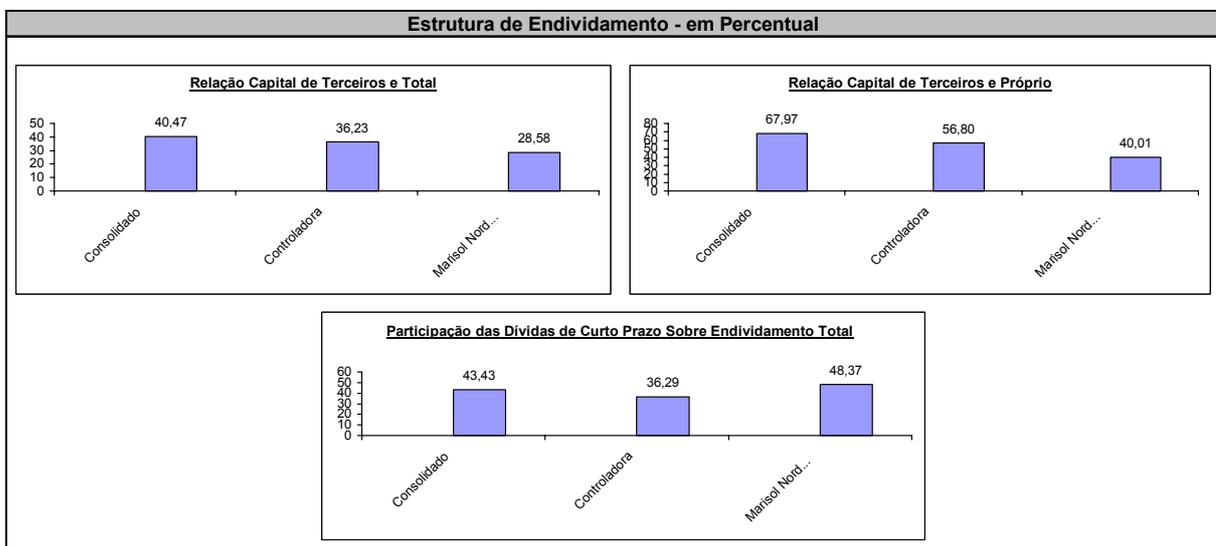


Gráfico 10 Indicadores da estrutura de endividamento: Marisol 2002

Verificou-se no gráfico 10 uma diferença de 27,96 pontos percentuais entre a relação de capital de terceiros e próprio do consolidado e da controlada Marisol Nordeste.

Grupo Marisol - 2002

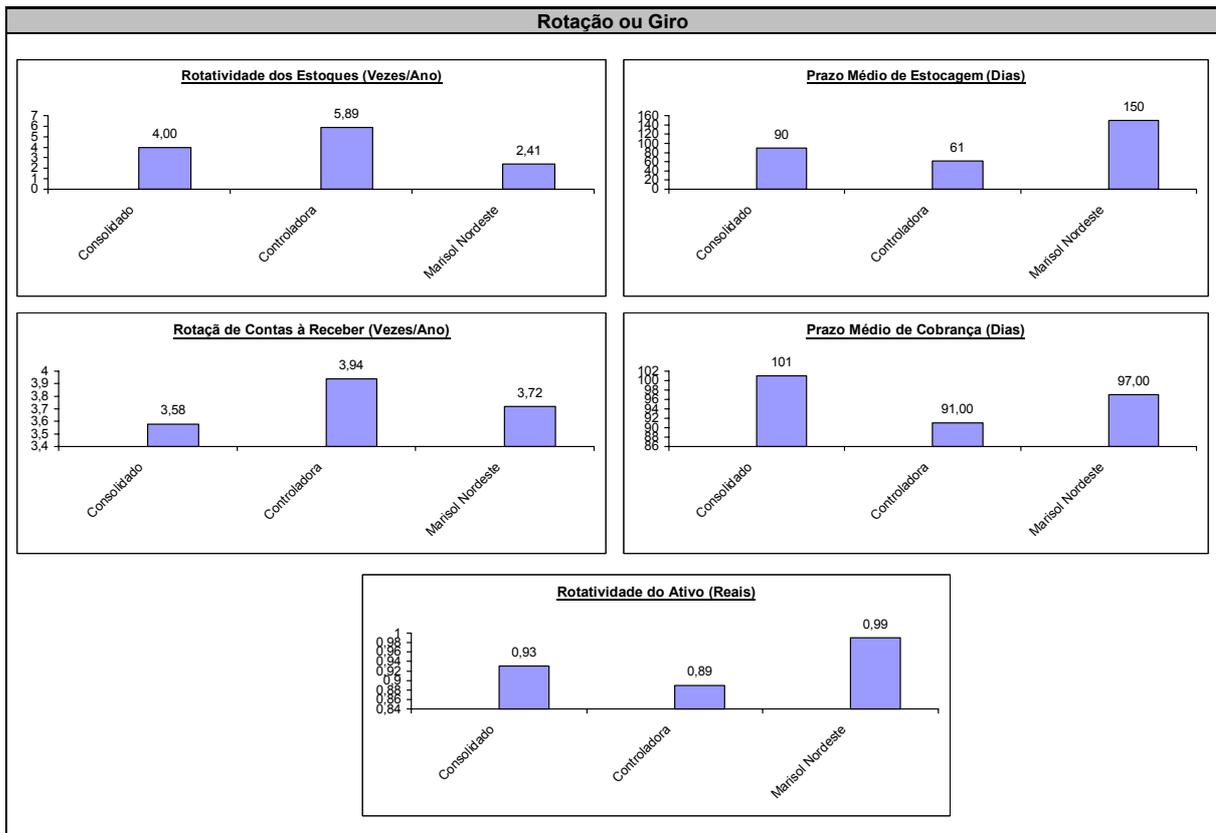


Gráfico 11 Indicadores de rotação ou giro: Marisol 2002

O prazo médio de estocagem no resultado consolidado é de 90 dias, enquanto que na controlada Marisol Nordeste é de 150, diferença de 60 dias.

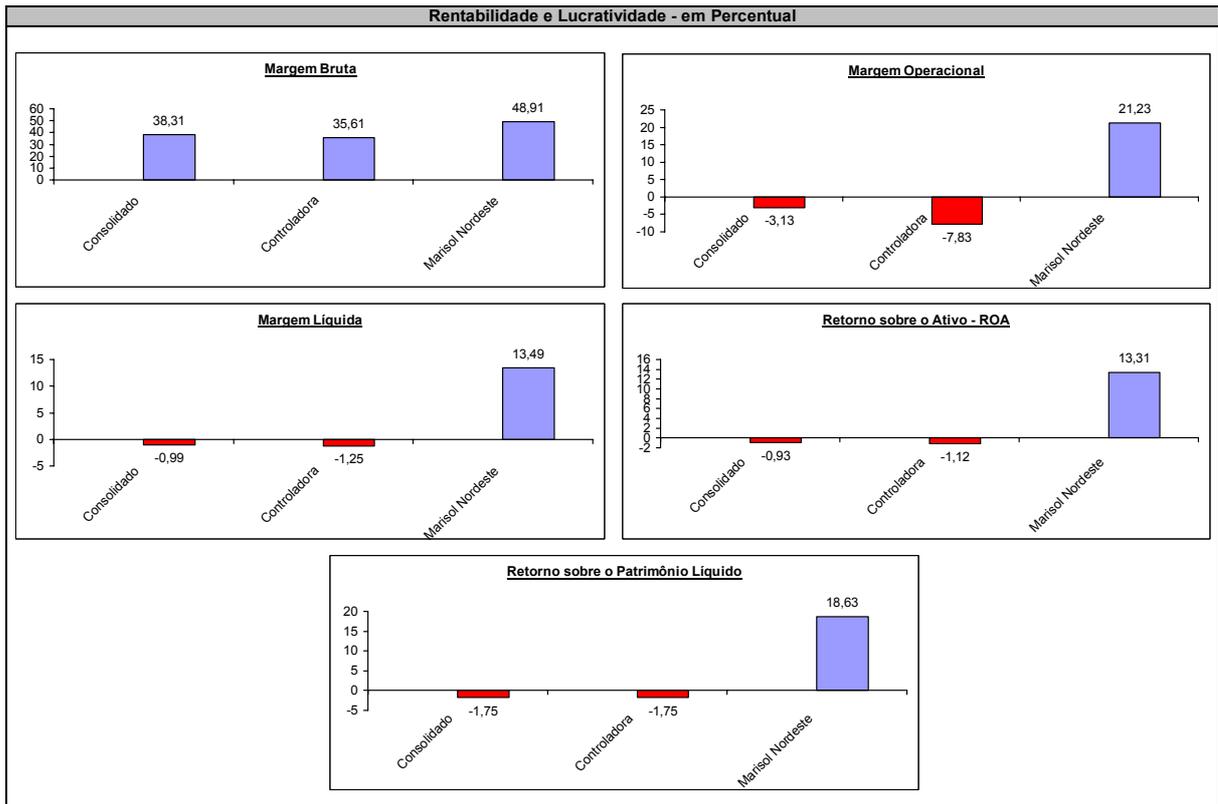


Gráfico 12 Indicadores de rentabilidade e lucratividade: Marisol 2002

No resultado consolidado o retorno sobre o patrimônio líquido é negativo em 1,75%, porém, na controlada Marisol Nordeste, é positivo em 18,63%, diferença de 20,38 pontos percentuais.

4.4.2 Grupo Marisol – ano 2003

Tabela 12 Resumo dos indicadores: Grupo Marisol 2003

Grupo Marisol – Ano: 2003				
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Controladora	Marisol Nordeste
A) Liquidez e Solvência				
Liquidez Imediata	Reais	0,040	0,048	0,004
Liquidez Seca	Reais	2,135	2,131	1,885
Liquidez Corrente	Reais	2,756	2,635	2,899
Liquidez Geral	Reais	1,527	1,267	4,357
B) Estrutura de Endividamento				
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	42,94	44,39	19,76
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	75,26	79,82	24,63
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	48,07	35,49	56,84
C) Rotação ou Giro				
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	4,85	5,65	4,61
Prazo Médio de Estocagem	Dias	74	64	78
Rotação de Contas a Receber	Vezez/Ano	3,97	4,13	4,29
Prazo Médio de Cobrança	Dias	91	87	84
Rotatividade do Ativo	Reais	1,05	0,75	0,87
D) Rentabilidade e Lucratividade				
Margem Bruta	Percentual	39,51	38,88	39,42
Margem Operacional	Percentual	-3,83	-6,42	19,45
Margem Líquida	Percentual	7,72	10,51	11,48
Retorno sobre o Ativo – ROA	Percentual	8,09	7,91	9,94
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	14,22	14,22	12,39

Fonte: O autor

Os cálculos dos indicadores do exercício 2003 estão demonstrados integralmente nos apêndices R a T.

Dos resultados apresentados na tabela 12, acima, foram extraídas as seguintes variações dos indicadores, calculadas a partir do resultado do consolidado e comparadas com o maior e o menor dos indicadores entre os demais demonstrativos financeiros do grupo:

Tabela 13 Variação dos indicadores: Grupo Marisol 2003

Grupo Marisol: 2003								
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Maior valor	Empresa	Varição nominal	Menor valor	Empresa	Varição nominal
A) Liquidez e Solvência								
Liquidez Imediata	Reais	0,040	0,048	Controladora	-0,008	0,004	Marisol Nord	0,036
Liquidez Seca	Reais	2,135	2,131	Controladora	0,004	1,885	Marisol Nord	0,250
Liquidez Corrente	Reais	2,756	2,899	Marisol Nor	-0,143	2,635	Controladora	0,121
Liquidez Geral	Reais	1,527	4,357	Marisol Nor	-2,830	1,267	Controladora	0,260
B) Estrutura de Endividamento								
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	42,94	44,39	Controladora	-1,45	19,76	Marisol Nord	23,18
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	75,26	79,82	Controladora	-4,56	24,63	Marisol Nord	50,63
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	48,07	56,84	Marisol Nord	-8,77	35,49	controladora	12,58
C) Rotação ou Giro								
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	4,85	5,65	Controladora	-0,80	4,61	Marisol Nord	0,24
Prazo Médio de Estocagem	Dias	74,00	78,00	Marisol Nord	-4,00	64,00	Controladora	10,00
Rotação de Conta a Receber	Vezez/Ano	3,97	4,29	Marisol Nord	-0,32	4,13	Controladora	-0,16
Prazo Médio de Cobrança	Dias	91,00	87,00	Controladora	4,00	84,00	Marisol Nord	7,00
Rotatividade do Ativo	Reais	1,05	0,87	Marisol Nord	0,18	0,75	Controladora	0,30
D) Rentabilidade e Lucratividade								
Margem Bruta	Percentual	39,51	39,42	Marisol Nord	0,09	38,88	Controladora	0,63
Margem Operacional	Percentual	-3,83	19,45	Marisol Nord	-23,28	-6,42	Controladora	2,59
Margem Líquida	Percentual	7,72	11,48	Marisol Nord	-3,76	10,51	Controladora	-2,79
Retorno sobre o Ativo - ROA	Percentual	8,09	9,94	Marisol Nord	-1,85	7,91	Controladora	0,18
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	14,22	14,22	Controladora	0,00	12,39	Marisol Nord	1,83

Fonte: O autor

Para melhor visualização e entendimento, os resultados dos indicadores são apresentados graficamente, a seguir:

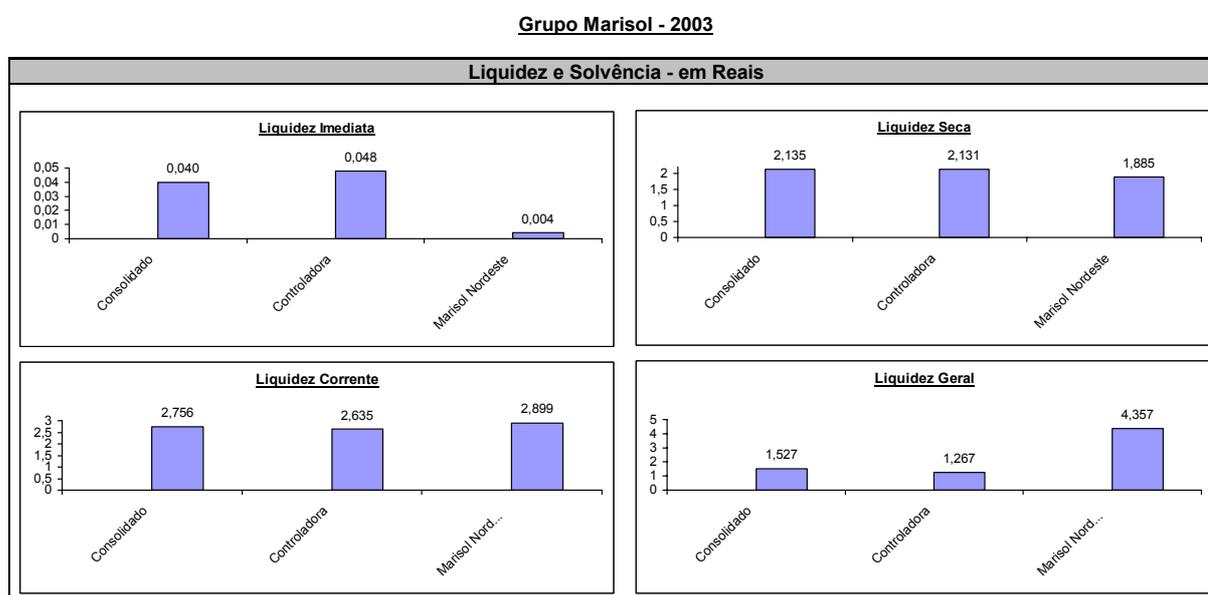


Gráfico 13 Indicadores de liquidez e solvência: Marisol 2003

Destacou-se no gráfico 13 a diferença entre o indicador de liquidez geral do consolidado, R\$ 1,527, e o da controlada Marisol Nordeste, R\$ 4,357, com variação nominal de R\$ 2,83 e percentual de 185,3%.

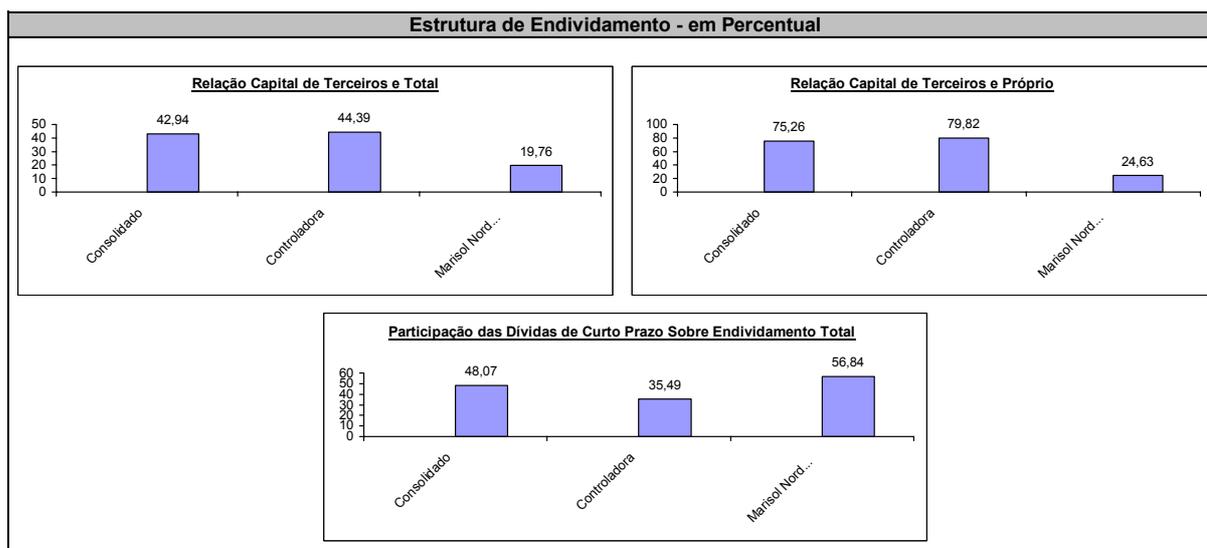


Gráfico 14 – Indicadores da estrutura de endividamento: Marisol 2003

Observou-se uma diferença de 50,63 pontos percentuais entre a relação de capital de terceiros e próprio do consolidado e da controlada Marisol Nordeste.

Grupo Marisol - 2003

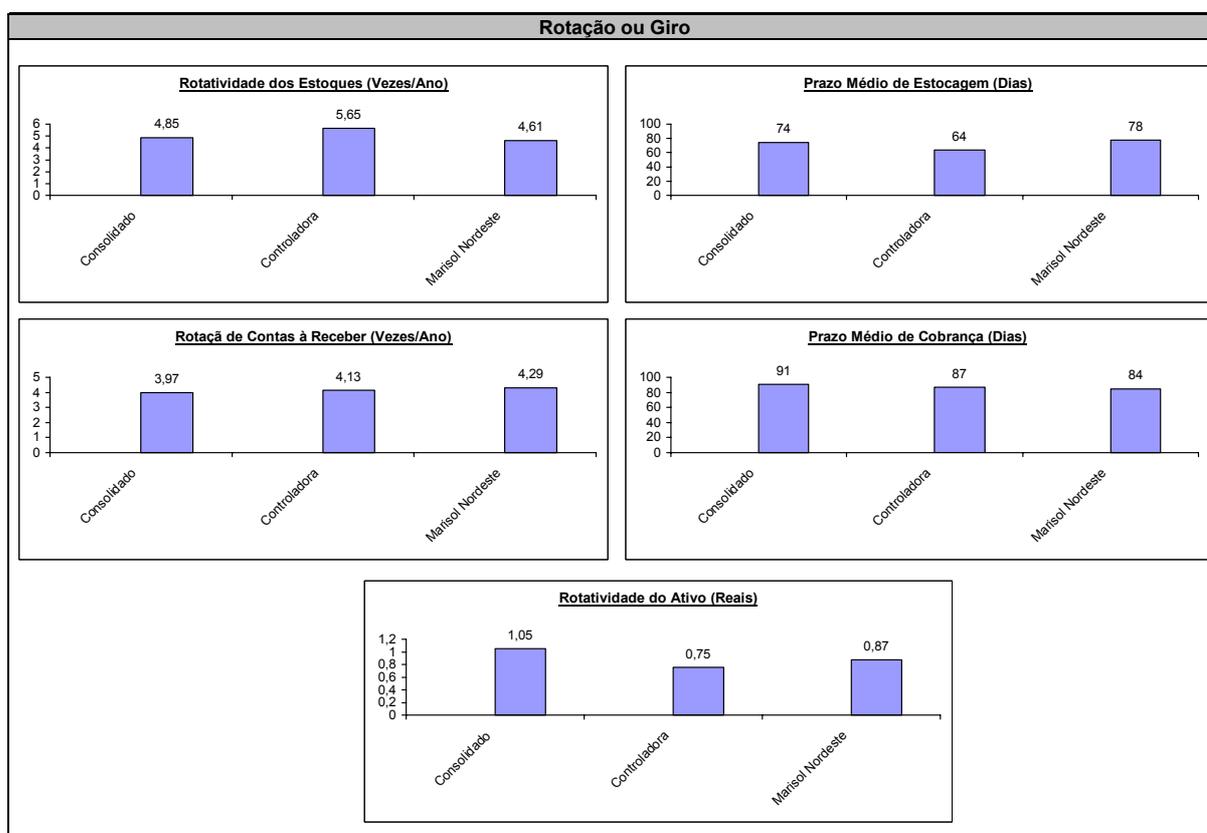


Gráfico 15 Indicadores de rotação ou giro: Marisol 2003

O prazo médio de cobrança no consolidado é de 91 dias, e na controlada Marisol Nordeste é de 84 dias, diferença de 7 dias.

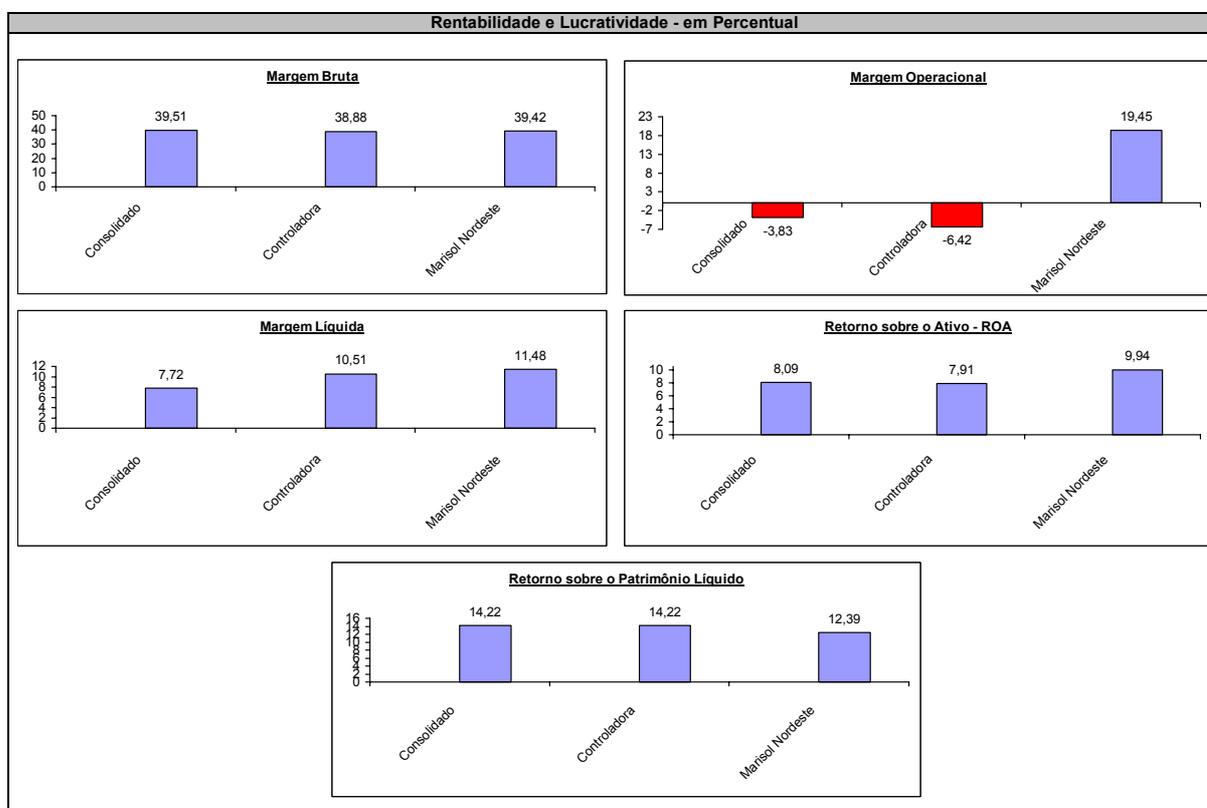


Gráfico 16 Indicadores de rentabilidade e lucratividade: Marisol 2003

O resultado do consolidado apresentou uma margem operacional negativa de 3,83%, enquanto que na controlada Marisol Nordeste a margem é positiva em 19,45%, diferença de 23,28 pontos percentuais.

4.5 Análise dos resultados dos indicadores/ quocientes – Grupo WEG

Dos demonstrativos financeiros do Grupo WEG, foram extraídos os indicadores resumidos na tabela a seguir.

Os cálculos dos indicadores do exercício 2001 estão demonstrados integralmente nos apêndices U a Z.

4.5.1 Grupo WEG – ano 2001

Tabela 14 Resumo dos indicadores: Grupo WEG 2001

Grupo WEG – Ano: 2001					
Indicador/ Quociente	Expresso Em	Consolidado	Controladora	WEG Industrias	WEG Exportadora
A) Liquidez e Solvência					
Liquidez Imediata	Reais	0,880	0,259	0,630	1,013
Liquidez Seca	Reais	1,402	1,374	1,425	1,013
Liquidez Corrente	Reais	1,783	1,374	1,673	1,013
Liquidez Geral	Reais	1,367	1,180	1,227	1,012
B) Estrutura de Endividamento					
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	56,49	7,93	52,85	98,82
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	129,81	8,61	112,09	8366,41
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	59,84	77,62	63,69	99,91
C) Rotação ou Giro					
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	4,05	0,00	6,68	0,00
Prazo Médio de Estocagem	Dias	89	0	54	0
Rotação de Contas a Receber	Vezez/Ano	5,25	0,00	6,46	0,00
Prazo Médio de Cobrança	Dias	69	0	56	0
Rotatividade do Ativo	Reais	0,81	0,00	0,88	0,00
D) Rentabilidade e Lucratividade					
Margem Bruta	Percentual	37,77	N/C	36,88	0,00
Margem Operacional	Percentual	19,22	N/C	26,40	0,00
Margem Líquida	Percentual	16,48	N/C	15,72	0,00
Retorno sobre o Ativo – ROA	Percentual	13,32	28,20	13,88	1,12
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	30,63	30,63	29,44	94,85

Fonte: O autor

Dos resultados apresentados na tabela 14, acima, foram extraídas as seguintes variações dos indicadores, calculadas a partir do resultado do consolidado e comparadas com o maior e o menor dos indicadores entre os demais demonstrativos financeiros do grupo:

Tabela 15 Variação dos indicadores: Grupo WEG 2001

Grupo WEG: 2001								
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Maior valor	Empresa	Variação nominal	Menor valor	Empresa	Variação nominal
A) Liquidez e Solvência								
Liquidez Imediata	Reais	0,880	1,013	WEG Exp	-0,133	0,259	Controladora	0,621
Liquidez Seca	Reais	1,402	1,425	WEG Ind	-0,023	1,013	WEG Exp	0,389
Liquidez Corrente	Reais	1,783	1,374	Controladora	0,409	1,013	WEG Exp	0,770
Liquidez Geral	Reais	1,367	1,180	Controladora	0,187	1,012	WEG Exp	0,355
B) Estrutura de Endividamento								
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	56,49	98,82	WEG Exp	-42,33	7,93	Controladora	48,56
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	129,81	8366,41	WEG Exp	-8236,60	8,61	Controladora	121,20
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	59,84	99,91	WEG Exp	-40,07	63,69	WEG Ind	-3,85
C) Rotação ou Giro								
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	4,05	6,68	WEG Ind	-2,63	0,00	WEG Exp	4,05
Prazo Médio de Estocagem	Dias	89,00	54,00	WEG Ind	35,00	0,00	WEG Exp	89,00
Rotação de Conta a Receber	Vezez/Ano	5,25	6,46	WEG Ind	-1,21	0,00	WEG Exp	5,25
Prazo Médio de Cobrança	Dias	69,00	56,00	WEG Ind	13,00	0,00	WEG Exp	69,00
Rotatividade do Ativo	Reais	0,81	0,88	WEG Ind	-0,07	0,00	WEG Exp	0,81
D) Rentabilidade e Lucratividade								
Margem Bruta	Percentual	37,77	36,88	WEG Ind	0,89	0,00	WEG Exp	37,77
Margem Operacional	Percentual	19,22	26,40	WEG Ind	-7,18	0,00	WEG Exp	19,22
Margem Líquida	Percentual	16,48	15,72	WEG Ind	0,76	0,00	WEG Exp	16,48
Retorno sobre o Ativo - ROA	Percentual	13,32	28,20	Controladora	-14,88	1,12	WEG Exp	12,20
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	30,63	94,85	WEG Exp	-64,22	29,44	WEG Ind	1,19

Fonte: O autor

Para melhor visualização e entendimento, os resultados dos indicadores são apresentados graficamente, a seguir:

Grupo WEG - 2001

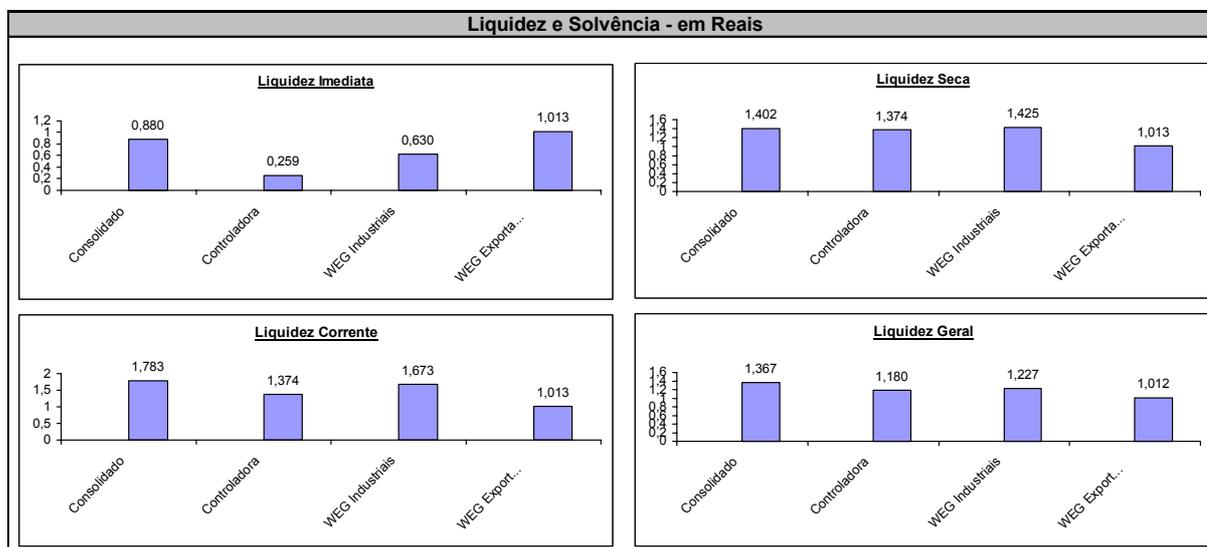


Gráfico 17 Indicadores de liquidez e solvência: WEG 2001

Verificou-se no gráfico 17 a diferença entre o indicador de liquidez corrente do consolidado, R\$ 1,783, e o da controlada Weg Exportadora, R\$ 1,013, com variação nominal de R\$ 0,77 e percentual de 76,0%.

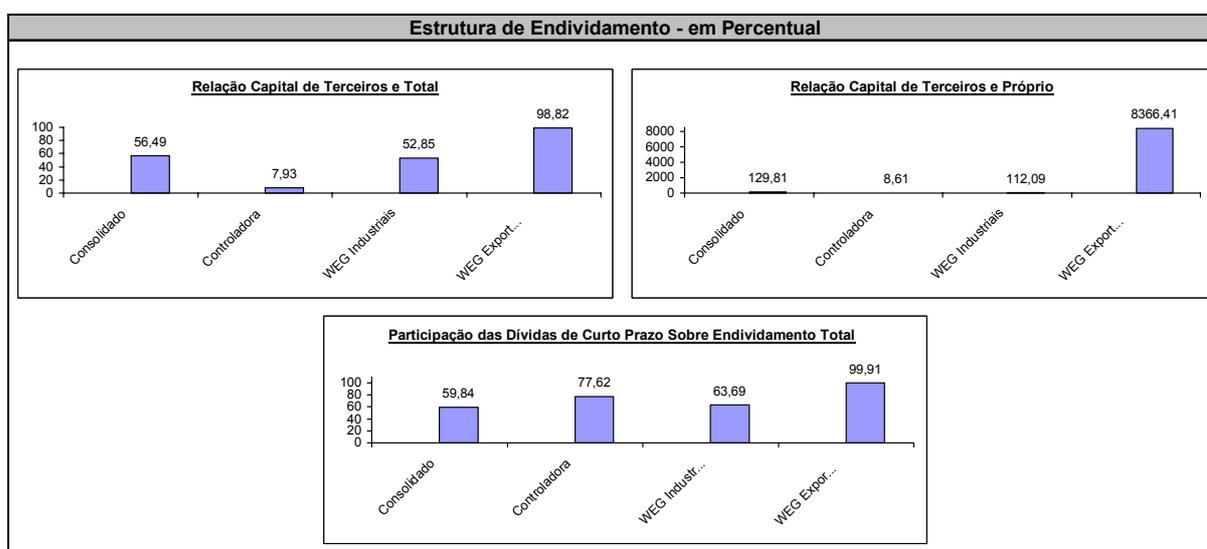


Gráfico 18 Indicadores da estrutura de endividamento: WEG 2001

Destacou-se no gráfico 18 a diferença entre o indicador de relação capital de terceiros e próprio do consolidado, 129,61, e o da controlada Weg Exportadora, 8.366,41, com variação percentual de 8.236,80 pontos percentuais.

Grupo WEG - 2001

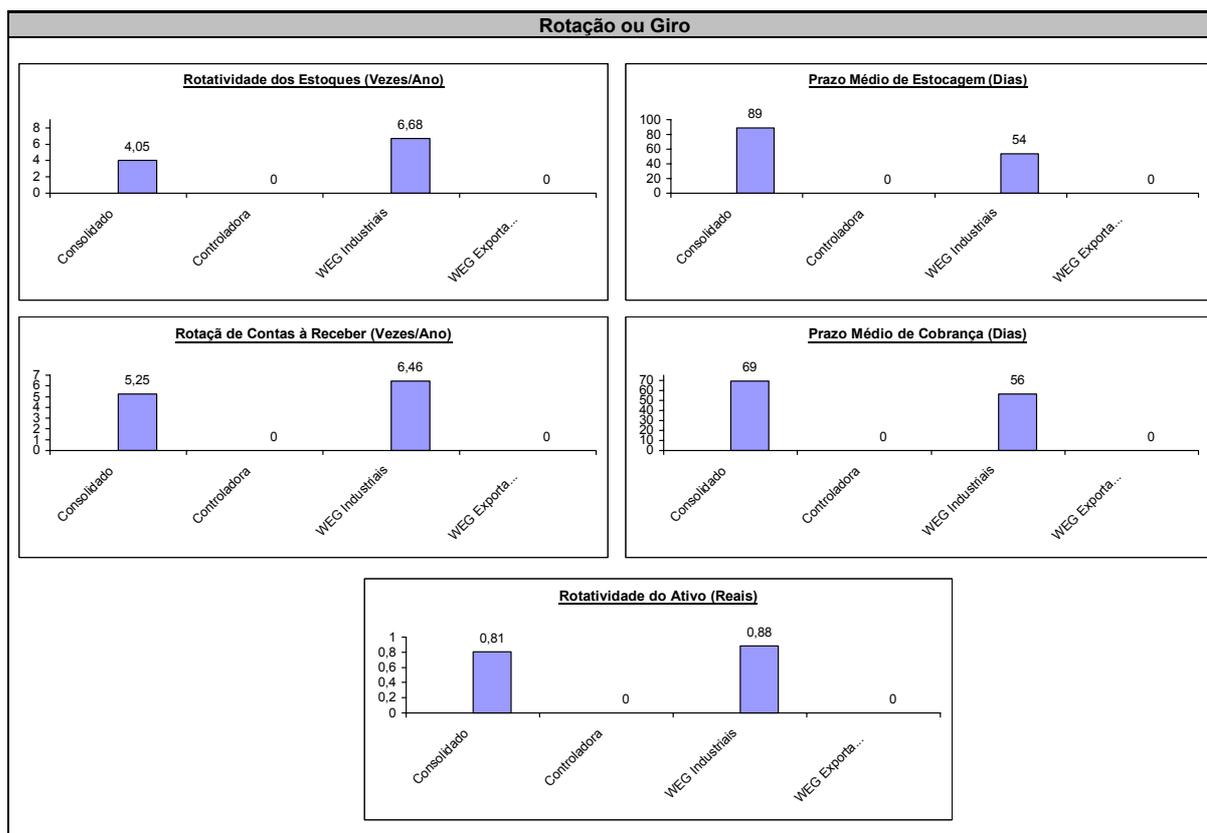


Gráfico 19 Indicadores de rotação ou giro: WEG 2001

O prazo médio de estocagem no consolidado é de 89 dias, e na controlada Weg Indústrias é de 54 dias, diferença de 35 dias.

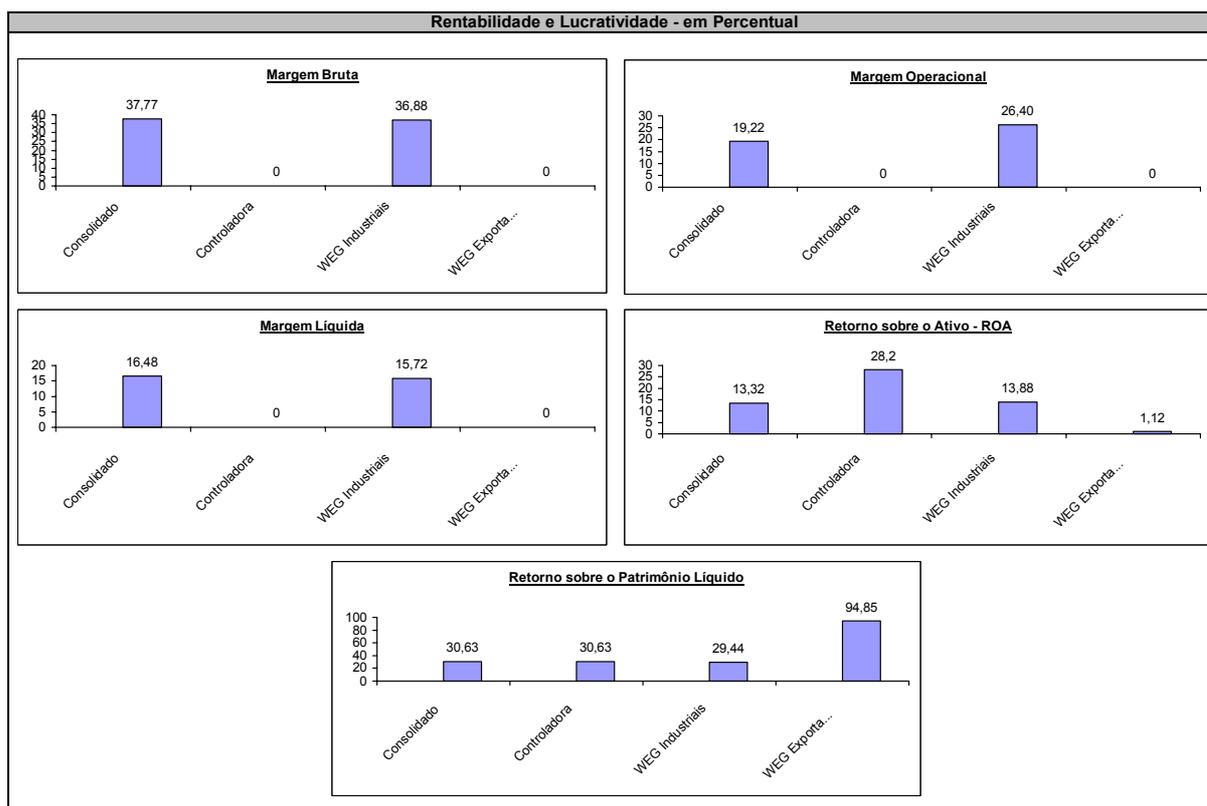


Gráfico 20 Indicadores de rentabilidade e lucratividade: WEG 2001

No resultado consolidado o retorno sobre o patrimônio líquido é de 30,63%, entretanto, na controlada Weg Exportadora atinge 94,85%, diferença de 64,22 pontos percentuais.

4.5.2 Grupo WEG – ano 2002

Tabela 16 Resumo dos indicadores: Grupo WEG 2002

Grupo WEG – Ano: 2002					
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Controladora	WEG Industrias	WEG Exportadora
A) Liquidez e Solvência					
Liquidez Imediata	Reais	0,666	0,001	0,235	0,918
Liquidez Seca	Reais	1,068	1,039	1,501	1,112
Liquidez Corrente	Reais	1,335	1,039	1,949	1,112
Liquidez Geral	Reais	1,319	0,939	1,590	0,965
B) Estrutura de Endividamento					
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	60,73	9,49	43,13	73,43
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	154,64	10,49	75,84	276,37
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	81,41	81,65	70,68	80,37
C) Rotação ou Giro					
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	3,48	0,00	7,00	0,00
Prazo Médio de Estocagem	Dias	103	0	51	0
Rotação de Contas a Receber	Vezez/Ano	4,02	0,00	4,06	3,87
Prazo Médio de Cobrança	Dias	90	0	89	93
Rotatividade do Ativo	Reais	0,73	0,00	1,50	0,43
D) Rentabilidade e Lucratividade					
Margem Bruta	Percentual	37,70	0,00	37,41	2,33
Margem Operacional	Percentual	21,69	0,00	24,12	5,49
Margem Líquida	Percentual	17,19	0,00	18,90	7,13
Retorno sobre o Ativo – ROA	Percentual	12,47	28,75	28,30	3,03
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	31,76	31,76	49,76	11,42

Fonte: O autor

Os cálculos dos indicadores do exercício 2002 estão demonstrados integralmente nos apêndices AA a DD.

Dos resultados apresentados na tabela 16, acima, foram extraídas as seguintes variações dos indicadores, calculadas a partir do resultado do consolidado e comparadas com o maior e o menor dos indicadores entre os demais demonstrativos financeiros do grupo:

Tabela 17 Variação dos indicadores: Grupo WEG 2002

Grupo WEG: 2002								
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Maior valor	Empresa	Variação nominal	Menor valor	Empresa	Variação nominal
A) Liquidez e Solvência								
Liquidez Imediata	Reais	0,666	0,918	WEG Exp	-0,252	0,001	Controladora	0,665
Liquidez Seca	Reais	1,068	1,501	WEG Ind	-0,433	1,039	Controladora	0,029
Liquidez Corrente	Reais	1,335	1,949	WEG Ind	-0,614	1,039	Controladora	0,296
Liquidez Geral	Reais	1,319	1,590	WEG Ind	-0,271	0,939	Controladora	0,380
B) Estrutura de Endividamento								
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	60,73	73,43	WEG Exp	-12,70	9,49	Controladora	51,24
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	154,64	276,37	WEG Exp	-121,73	10,49	Controladora	144,15
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	81,41	81,65	Controladora	-0,24	70,68	WEG Ind	10,73
C) Rotação ou Giro								
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	3,48	7,00	WEG Ind	-3,52	0,00	WEG Exp	3,48
Prazo Médio de Estocagem	Dias	103,00	51,00	WEG Ind	52,00	0,00	WEG Exp	103,00
Rotação de Conta a Receber	Vezez/Ano	4,02	4,06	WEG Ind	-0,04	0,00	Controladora	4,02
Prazo Médio de Cobrança	Dias	90,00	89,00	WEG Ind	1,00	0,00	Controladora	90,00
Rotatividade do Ativo	Reais	0,73	1,50	WEG Ind	-0,77	0,00	Controladora	0,73
D) Rentabilidade e Lucratividade								
Margem Bruta	Percentual	37,70	37,41	WEG Ind	0,29	0,00	Controladora	37,70
Margem Operacional	Percentual	21,69	24,12	WEG Ind	-2,43	0,00	Controladora	21,69
Margem Líquida	Percentual	17,19	18,90	WEG Ind	-1,71	0,00	Controladora	17,19
Retorno sobre o Ativo - ROA	Percentual	12,47	28,75	Controladora	-16,28	3,03	WEG Exp	9,44
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	31,76	49,76	WEG Ind	-18,00	11,42	WEG Exp	20,34

Fonte: O autor

Para melhor visualização e entendimento, os resultados dos indicadores são apresentados graficamente, a seguir:

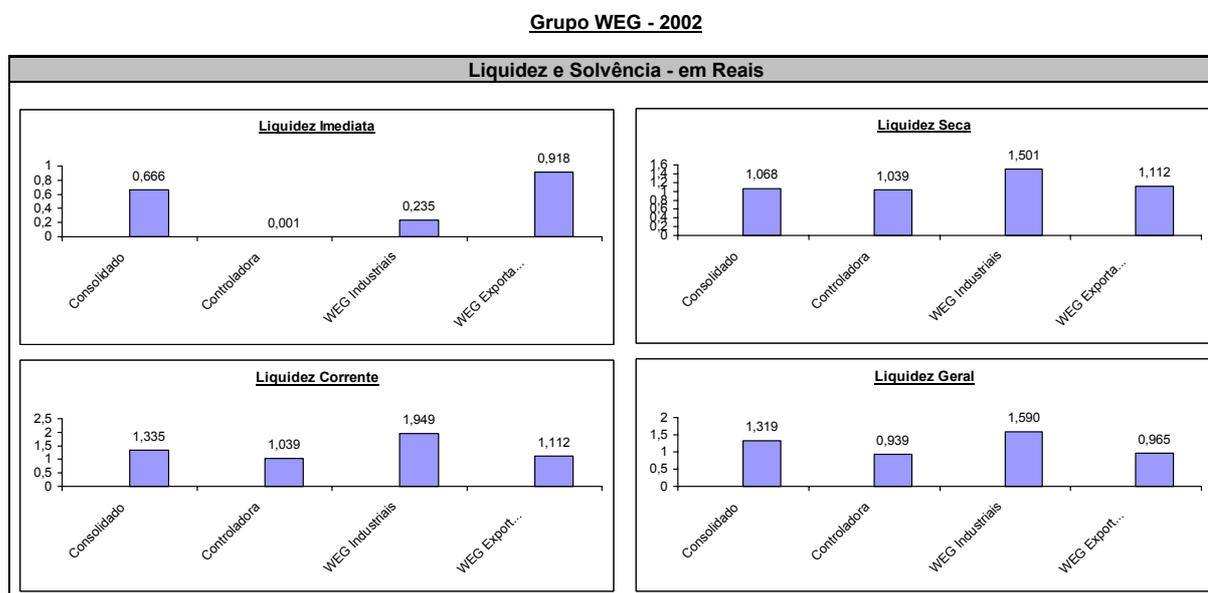


Gráfico 21 Indicadores de liquidez e solvência: WEG 2002

Observou-se a diferença entre o indicador de liquidez geral do consolidado, R\$ 1,319, e o da controlada Weg Exportadora, R\$ 0,965, com variação nominal de R\$ 0,354 e percentual de 36,7%.

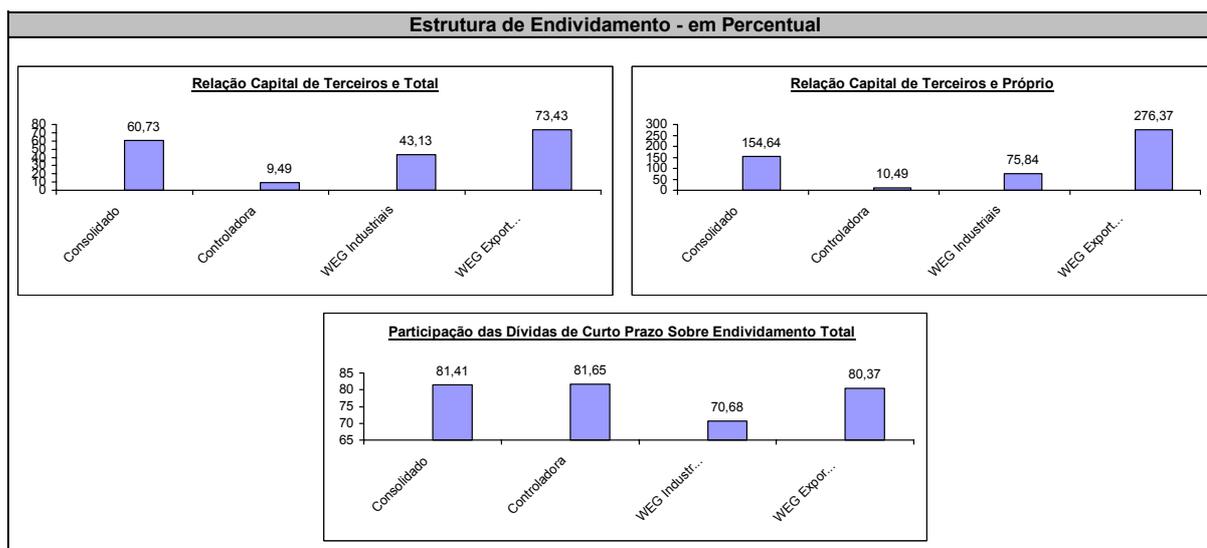


Gráfico 22 Indicadores da estrutura de endividamento WEG 2002

Verificou-se no gráfico 22 a diferença entre o indicador relação de capital de terceiros e próprio do consolidado, 154,64, e o da controlada Weg Exportadora, 276,37, com variação 121,73 pontos percentuais.

Grupo WEG - 2002

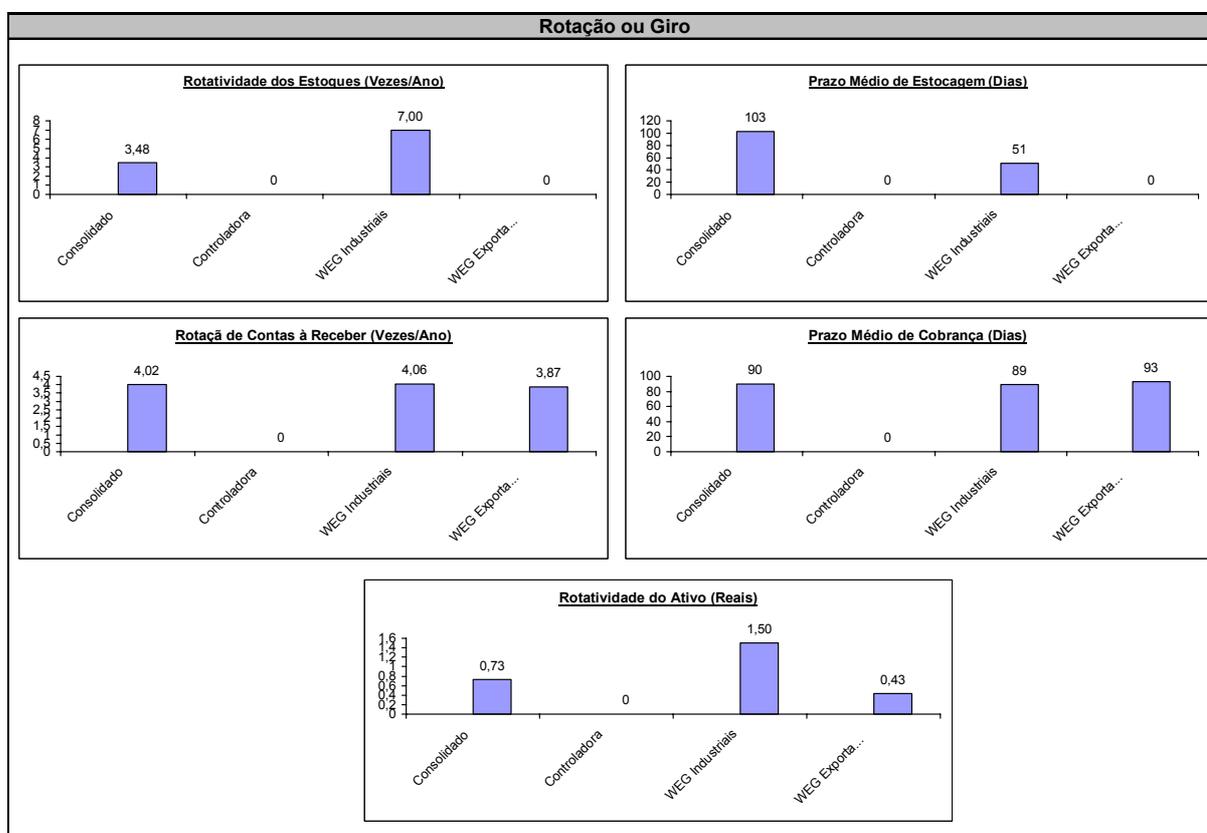


Gráfico 23 Indicadores de rotação ou giro: WEG 2002

O giro do ativo no consolidado e de R\$ 0,73, enquanto que na controlada Weg Indústrias atinge R\$ 1,50, variação nominal de R\$ 0,77 e percentual de 105,5%.

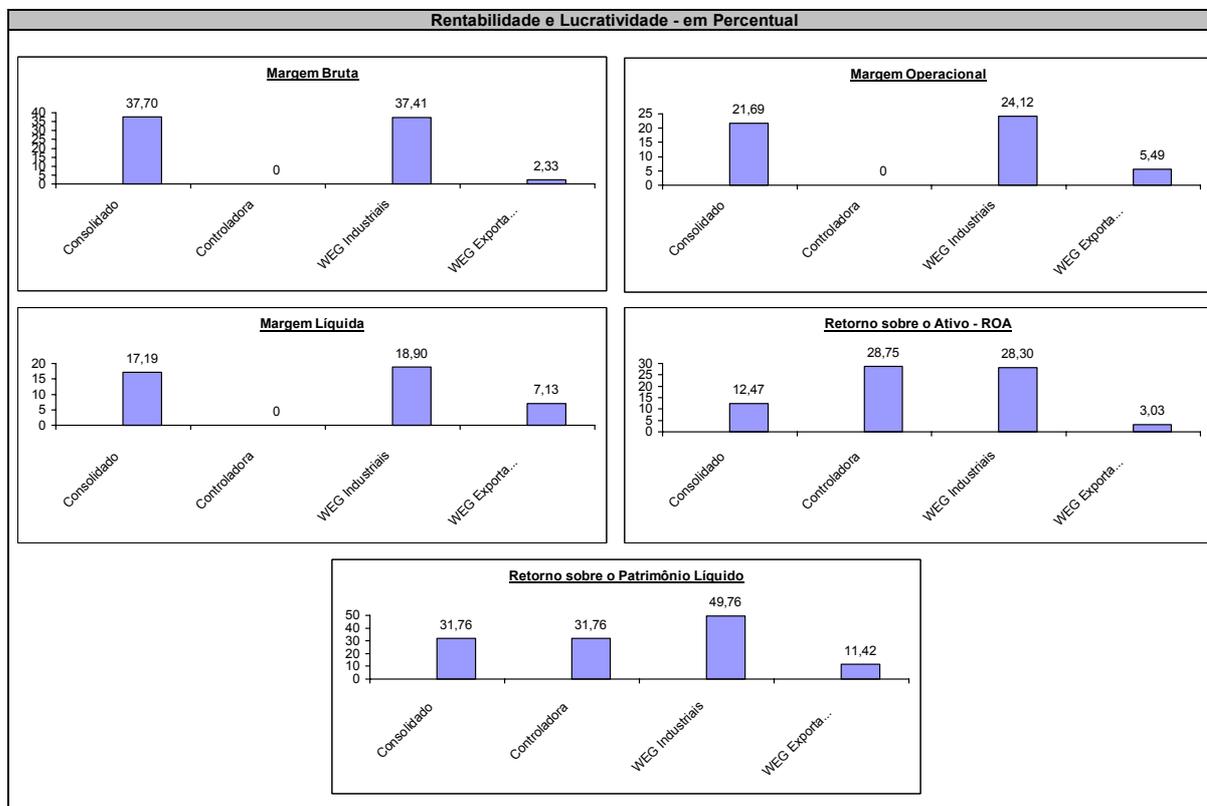


Gráfico 24 Indicadores de rentabilidade e lucratividade: WEG 2002

A margem bruta no resultado consolidado é de 37,70%, e a controlada Weg Exportadora apresenta 2,33%, variação de 35,37 pontos percentuais.

4.5.3 Grupo WEG – ano 2003

Tabela 18 Resumo dos indicadores: Grupo WEG 2003

Grupo WEG – Ano: 2003					
Indicador/Quociente	Em	Consolidado	Controladora	WEG Industrias	WEG Exportadora
A) Liquidez e Solvência					
Liquidez Imediata	R\$	0,663	0,499	0,205	0,724
Liquidez Seca	R\$	1,202	2,175	1,677	0,906
Liquidez Corrente	R\$	1,601	2,175	2,071	0,906
Liquidez Geral	R\$	1,405	2,080	1,403	0,896
B) Estrutura de Endividamento					
Relação Capital de Terceiros e Total	%	55,20	8,79	49,92	73,06
Relação Capital de Terceiros e Próprio	%	123,20	9,64	99,66	271,17
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	%	67,88	91,58	61,10	81,03
C) Rotação ou Giro					
Rotatividade dos Estoques	X/Ano	3,62	0,00	7,76	0,00
Prazo Médio de Estocagem	Dias	99	0	46	0
Rotação de Contas a Receber	X/Ano	4,98	0,00	3,31	7,50
Prazo Médio de Cobrança	Dias	72	0	109	48
Rotatividade do Ativo	R\$	0,88	0,00	1,43	0,71
D) Rentabilidade e Lucratividade					
Margem Bruta	%	39,35	0,00	36,43	,53
Margem Operacional	%	23,14	0,00	24,44	2,25
Margem Líquida	%	18,17	0,00	19,21	1,01
Retorno sobre o Ativo – ROA	%	16,00	32,59	27,51	0,72
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	%	35,73	35,73	54,92	2,67

Fonte: O autor

Os cálculos dos indicadores do exercício 2003 estão demonstrados integralmente nos apêndices EE a HH.

Dos resultados apresentados na tabela 18, acima, foram extraídas as seguintes variações dos indicadores, calculadas a partir do resultado do consolidado e comparadas com o maior e o menor dos indicadores entre os demais demonstrativos financeiros do grupo:

Tabela 19 Variação dos indicadores: Grupo WEG 2003

Grupo WEG: 2003								
Indicador/Quociente	Expresso Em	Consolidado	Maior valor	Empresa	Varição nominal	Menor valor	Empresa	Varição nominal
A) Liquidez e Solvência								
Liquidez Imediata	Reais	0,663	0,724	WEG Exp	-0,061	0,205	WEG Ind	0,458
Liquidez Seca	Reais	1,202	2,175	Controladora	-0,973	0,906	WEG Exp	0,296
Liquidez Corrente	Reais	1,601	2,175	Controladora	-0,574	0,906	WEG Exp	0,695
Liquidez Geral	Reais	1,405	2,080	Controladora	-0,675	0,896	WEG Exp	0,509
B) Estrutura de Endividamento								
Relação Capital de Terceiros e Total	Percentual	55,20	73,06	WEG Exp	-17,86	8,79	Controladora	46,41
Relação Capital de Terceiros e Próprio	Percentual	123,20	271,17	WEG Exp	-147,97	9,64	Controladora	113,56
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Percentual	67,88	91,58	Controladora	-23,70	61,10	WEG Ind	6,78
C) Rotação ou Giro								
Rotatividade dos Estoques	Vezez/Ano	3,62	7,76	WEG Ind	-4,14	0,00	Controladora	3,62
Prazo Médio de Estocagem	Dias	99,00	46,00	WEG Ind	53,00	0,00	Controladora	99,00
Rotação de Conta a Receber	Vezez/Ano	4,98	7,50	WEG Ind	-2,52	0,00	Controladora	4,98
Prazo Médio de Cobrança	Dias	72,00	109,00	Controladora	-37,00	0,00	Controladora	72,00
Rotatividade do Ativo	Reais	0,88	1,43	WEG Ind	-0,55	0,00	Controladora	0,88
D) Rentabilidade e Lucratividade								
Margem Bruta	Percentual	39,35	36,43	Controladora	2,92	0,00	Controladora	39,35
Margem Operacional	Percentual	23,14	24,44	Controladora	-1,30	0,00	Controladora	23,14
Margem Líquida	Percentual	18,17	19,21	Controladora	-1,04	0,00	Controladora	18,17
Retorno sobre o Ativo - ROA	Percentual	16,00	32,59	WEG Exp	-16,59	0,72	WEG Exp	15,28
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Percentual	35,73	54,92	WEG Exp	-19,19	2,67	WEG Exp	33,06

Fonte: O autor

Para melhor visualização e entendimento, os resultados dos indicadores são apresentados graficamente, a seguir:

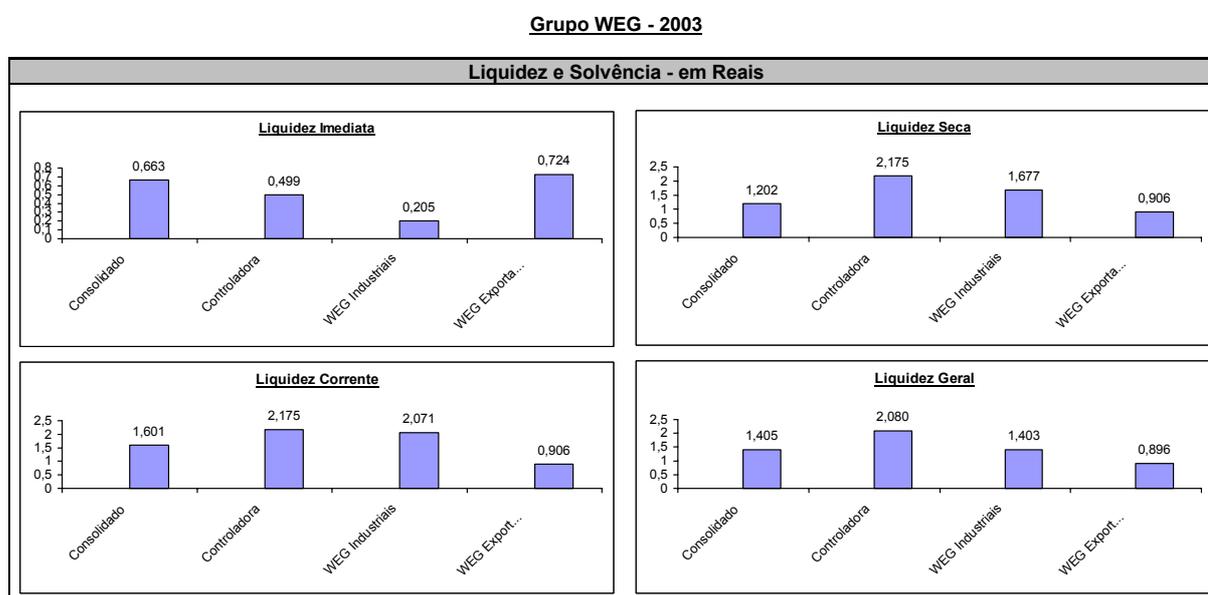


Gráfico 25 Indicadores de liquidez e solvência: WEG 2003

Verificou-se no gráfico 25 a diferença entre o indicador de liquidez geral do consolidado, R\$ 1,405, e o da controlada Weg Exportadora, R\$ 0,896, com variação nominal de R\$ 0,51 e percentual de 56,8%.

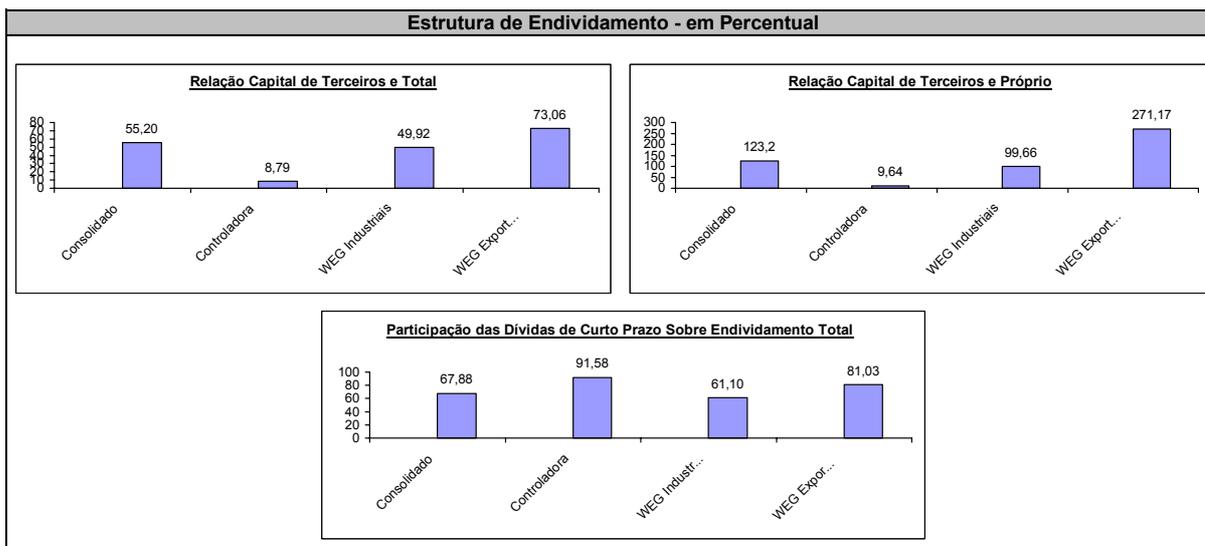


Gráfico 26 Indicadores da estrutura de endividamento: WEG 2003

Observou-se no gráfico 26 a diferença entre o indicador de relação capital de terceiros e próprio do consolidado, 123,2, e o da controlada Weg Exportadora, 271,17, com variação 147,97 pontos percentuais.

Grupo WEG - 2003

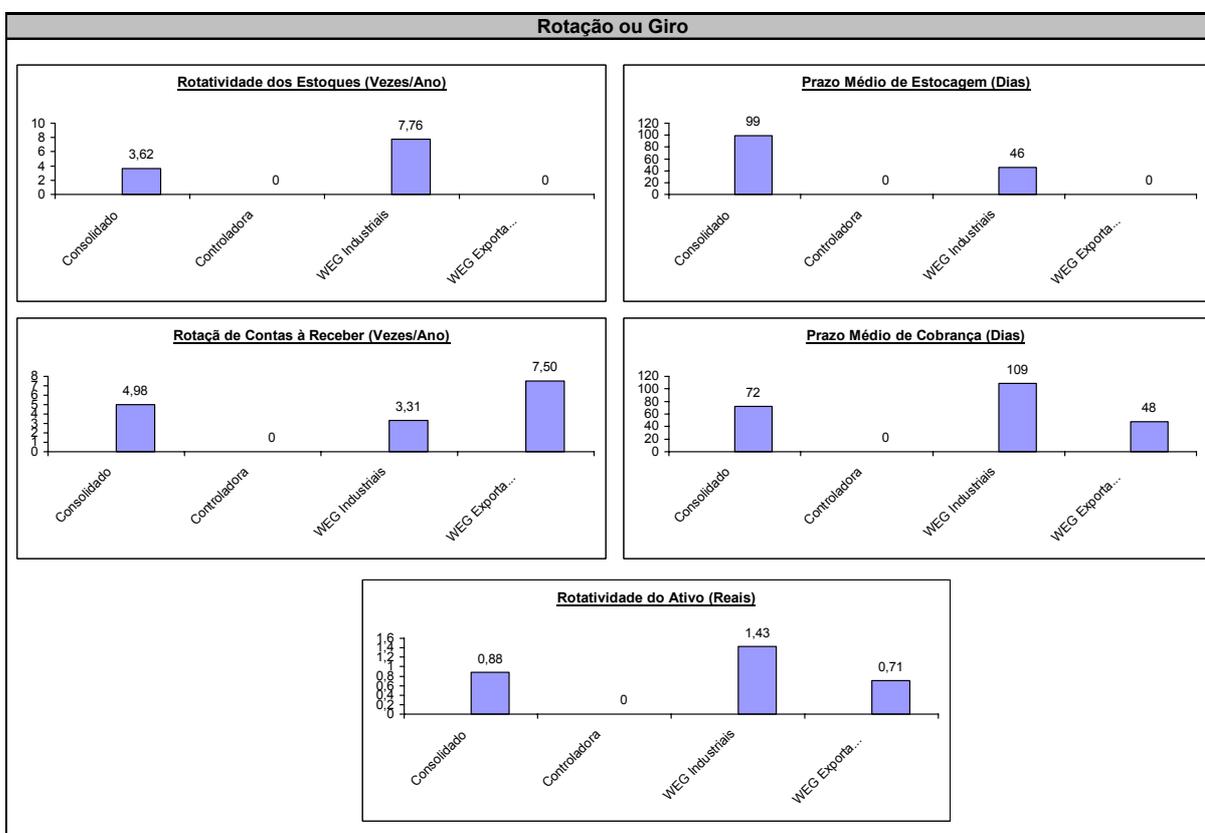


Gráfico 27 Indicadores de rotação ou giro: WEG 2003

O prazo médio de estocagem no consolidado é de 99 dias, e na controlada Weg Indústrias é de 46 dias, diferença de 53 dias.

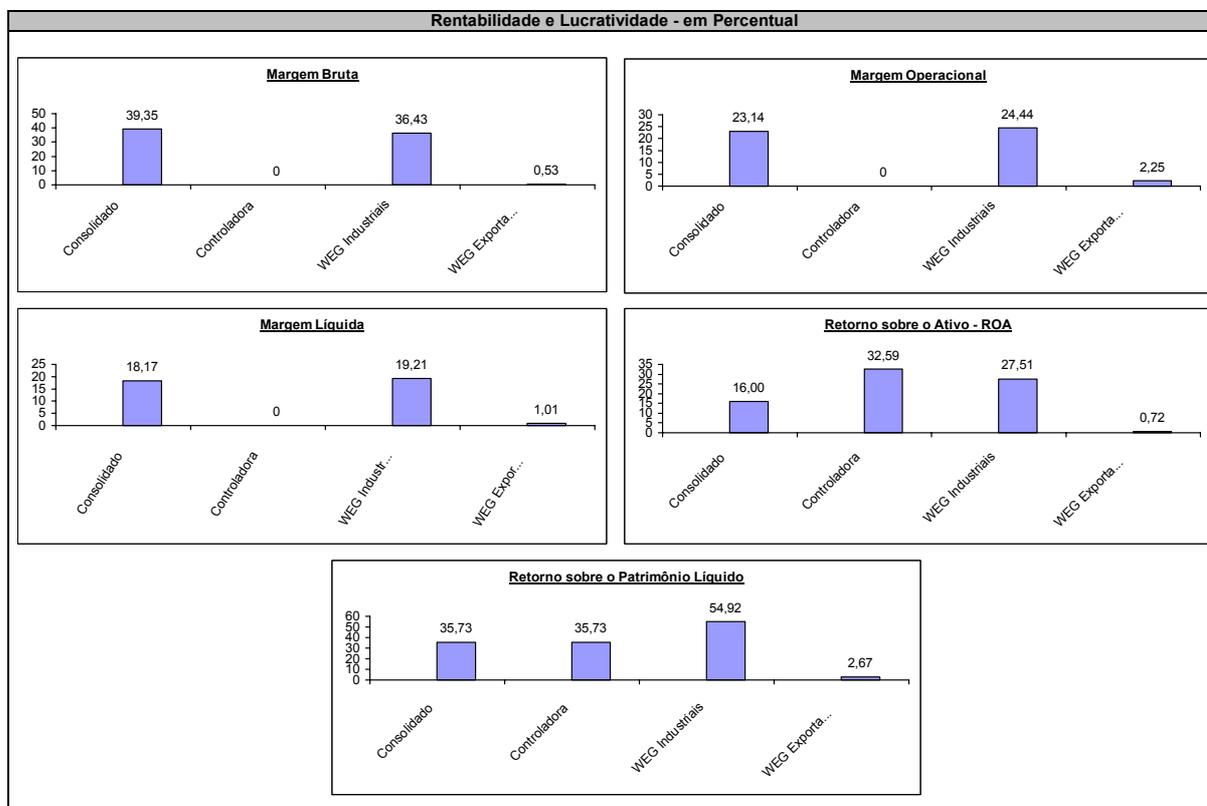


Gráfico 28 Indicadores de rentabilidade e lucratividade: WEG 2003

No resultado consolidado a margem bruta é de 39,35%, e a controlada Weg Exportadora apresenta 0,53%, diferença de 38,82 pontos percentuais.

4.6 Informação segmentada

De acordo com Radebaugh e Gray (1997, p. 261), informação segmentada é o contraponto às informações consolidadas, uma vez que envolve a desagregação dos relatórios financeiros consolidados.

Segundo esses autores, devido à continuada tendência de diversificação de empreendimentos, especialmente em relação à localização geográfica das atividades, foram levantadas questões sobre a adequação de demonstrativos financeiros consolidados. Isso ocorre quando as operações da corporação incluem várias atividades em localidades diferentes, com rentabilidades, riscos e características de crescimento desigual. Além disso, os demonstrativos individuais

das subsidiárias são adequados onde diferentes tipos de operações são conduzidas em uma única entidade legal, ou quando uma única atividade empresarial é conduzida por várias entidades legais.

Os autores afirmam que existe uma carência entre as informações dos relatórios financeiros da entidade (subsidiária) e a natureza das atividades da corporação. Portanto, parece existir uma necessidade por informação desagregada em relatórios segmentados, de forma que o desempenho geral, os riscos e as perspectivas possam ser melhor avaliados por investidores, outros usuários e administradores. Ao final de tudo isso, espera-se que uma maior responsabilidade mediante prestação de contas (*accountability*) possa ser alcançada.

Este tópico procurou abordar, de forma resumida, os usuários e usos de informação segmentada, os benefícios e os custos envolvidos, a legislação segundo FABS e IASB e os problemas da informação segmentada na prática.

4.6.1 Os usuários e usos da informação segmentada

Na visão de Radebaugh e Gray (1997, p. 262), os investidores são os mais interessados pelos fluxos monetários futuros que podem obter ao investir em uma companhia e pelo risco ou incerteza desses fluxos. Assim, pode-se dizer que estão interessados também pelo desempenho de uma entidade (subsidiária) como um todo, em lugar do desempenho de um elemento específico das atividades da corporação.

O tamanho e a incerteza de fluxos monetários futuros serão provavelmente afetados por muitos fatores, incluindo os relacionados às indústrias e aos países no qual a subsidiária opera. Indústrias e países diferentes têm uma variedade de potenciais de lucro, categorias, tipos de risco e oportunidades de crescimento. É provável também que ocorram pelos vários segmentos de um negócio taxas de retorno sobre investimento e necessidade de capitais diferentes. Por causa dessa diversificação de operações, houve uma demanda para que a entidade (subsidiária) reportasse os principais itens de informação desagregada, especialmente giro e lucro. A desagregação ou os dados segmentados são preparados de duas formas: por áreas geográficas e linhas de negócio.

Ainda segundo Radebaugh e Gray (1997, p. 262), é provável que a informação segmentada ajude os investidores, permitindo combinar informação da companhia específica com informação externa e possibilitando uma avaliação mais precisa do risco e do potencial para crescimento futuro. Além disso, por causa dessa informação segmentada, investidores podem ter uma idéia do sucesso de operações passadas por meio de comparação com o desempenho de corporações semelhantes.

Outros usuários têm, geralmente, relação direta com parte da entidade, não com o todo. Provavelmente, esses grupos estarão interessados não só nas informações da subsidiária por inteiro, mas também naquele setor da companhia que mais os afeta.

4.6.2 Os benefícios da informação segmentada

Na opinião de Radebaugh e Gray (1997, p. 263), os possíveis benefícios de dados segmentados foram examinados por meio de uma variedade de técnicas de pesquisa, porém, mais testes diretos de utilidade são necessários. Tais testes são de dois tipos: capacidade de prognosticar (previsão), e reação do mercado de ações (isso é, como o mercado considera a informação divulgada).

Segundo os autores supra citados, os testes da capacidade de prognosticar comparam a precisão de previsões de vendas futuras ou receitas baseadas em dados consolidados às previsões, elaboradas a partir de dados desagregados. Considerando que receitas futuras são uma das principais variáveis nas quais os investidores estão interessados, assume-se que informação útil é qualquer uma que ajude a prognosticar essas receitas. Assim, a alternativa de aproximação (testes de reação do mercado de ações) parece ter uma maior validade. A idéia é que se a informação tiver um efeito sobre o mercado de ações, então as informações devem ter sido utilizadas e, assim, os benefícios dos dados são testados diretamente. Se a informação não tiver nenhum efeito, ou ela é irrelevante ou já foi obtida de outras fontes de forma e, por isso, não há necessidade de divulgação.

4.6.3 Os custos das informações segmentadas

Radebaugh e Gray (1997, p. 264) mencionam que foram lançados vários argumentos contra divulgações segmentadas; alguns aplicam-se a todas as corporações, outros só em certas situações. Discutiu-se que o custo de compilação, processamento e disseminação de tal informação excederá os benefícios, porém, nenhuma evidência está disponível referente aos custos de divulgação ou qualquer quantificação precisa dos benefícios. De qualquer modo, esse argumento tem validade duvidosa na maioria dos casos.

As entidades necessitam de informação desagregada para planejamento interno e propósitos de controle e, assim, já produzem um pouco de tal informação.

Outro argumento potencialmente mais sério observado pelos autores é o custo de disseminar a informação. Isso, provavelmente, poderá beneficiar potenciais competidores. Esse argumento de desvantagem competitiva é freqüentemente usado pelas entidades para pressionar por diminuição das informações restritas nas solicitações de divulgação.

Ainda de acordo com Radebaugh e Gray (1997, p. 265), o argumento principal contra a informação segmentada é que, em alguns casos, pode ser impróprio e, portanto, potencialmente enganoso. A divulgação de informação segmentada assume implicitamente que os segmentos informados são relativamente autônomos e independentes um do outro. Significa que os dados reportados para qualquer um dos segmentos podem ser avaliados independentemente de uma consideração do desempenho do restante da companhia. Entretanto, se a companhia é extremamente integrada, os resultados do segmento não podem ser entendidos ou considerados em isolamento ao restante da companhia, e qualquer resultado desagregado é arbitrário e numeroso, ser sem sentido.

Não existe nenhuma evidência disponível para avaliar até que ponto a maioria das companhias são integradas ou qual nível de interdependência entre as partes da companhia invalidaria a informação segmentada. Dessa maneira, embora isso pareça ser um problema significativo para algumas companhias, é impossível medir sua incidência na prática.

4.6.4 A legislação da informação segmentada

Neste tópico, aborda-se a legislação de informação segmentada segundo o FASB, IASB e o que dispõe a CVM sobre este assunto. Observa-se que a *Organization for Economic Cooperation and Development* – OECD e as Nações Unidas também emitiram pronunciamentos a respeito da divulgação de informação segmentada.

4.6.4.1 FASB

A SEC requer divulgações segmentadas sobre linha de negócios (LOB) desde 1969, porém, em 1976, o FASB introduziu exigências mais compreensíveis por meio do FAS 14, Relatório Financeiro por Segmentos de um Empreendimento Empresarial. Essa instrução necessita, para a linha de negócio e os segmentos geográficos, da divulgação de receitas de clientes não afiliados, de transferências entre o grupo, do lucro operacional, da perda ou lucro líquido, ou de outras medidas de rentabilidade e ativos identificáveis. Além disso, para segmentos industriais, as companhias devem divulgar também depreciação, investimentos em capital e participação no lucro líquido e ativos de associadas. Contudo, essas exigências não fornecem uma definição clara dos segmentos identificáveis. Por outro lado, para os segmentos identificados, fornece um guia de como constituir um relatório segmentado.

4.6.4.2 IASB

O IASC emitiu a norma IAS 14, em 1981, a qual segue as exigências emitidas pelo FASB. Assim, requer, para ambos, linha de negócio e segmentos geográficos, informação sobre vendas (com receitas internas e externas mostradas separadamente), resultados operacionais e ativos identificáveis (de forma absoluta ou relativa), além de uma declaração de reconciliação para as contas consolidadas. Essa exigência aplica-se a todas as companhias listadas que providenciam declarações consolidadas. Todavia, na prática, com a complacência de empresas não-americanas, a frequência é apenas parcial.

4.6.4.3 CVM

A CVM, no Ofício-Circular/ CVM/SNC/SEP nº. 01/2005 (CVM, 2005), que dispõe sobre orientação para a elaboração de informações contábeis pelas companhias abertas, observa que um dos objetivos da emissão dos Ofícios-Circulares é incentivar a adoção de novos procedimentos e divulgações. Um outro objetivo é antecipar futura regulamentação por parte da CVM e, em alguns casos, esclarecer questões relacionadas às normas internacionais emitidas pelo IASB. O propósito desse último objetivo é buscar o aperfeiçoamento da informação contábil para o mercado e a conseqüente convergência com as normas internacionais de contabilidade. Para tal convergência, entretanto, implica ultrapassar algumas barreiras para a integração dos mercados e a necessidade de harmonização contábil.

Uma das barreiras, de acordo com o Ofício-Circular, trata das questões econômico-fiscais, da necessidade de separação de fato das escritas para conciliares interesses do Fisco e da informação prestada aos investidores. O Projeto de Lei nº. 3741/00 (BRASIL, 2000) apresenta uma outra forma de separação para a conciliação desses interesses.

Segundo a área técnica da CVM, existem diversos pontos de divergência entre as normas brasileiras e internacionais, dos quais podem ser destacados:

- a. a introdução e aplicação do método do valor justo (*fair value*), particularmente nas empresas não financeiras;
- b. o tratamento contábil dos instrumentos financeiros, também relacionado ao método do valor justo;
- c. a contabilização e evidenciação nas demonstrações contábeis das operações de arrendamento mercantil;
- d. o tratamento contábil das reestruturações societárias (fusões, incorporações e aquisições);
- e. o tratamento contábil das subvenções governamentais,
- f. a divulgação por segmento de negócios.

Para a CVM (CVM, 2005) a informação segmentada proporciona ao usuário oportunidade de conhecer o desempenho de cada área ou negócio principal gerido

pela companhia. O conhecimento desse *mix* é uma informação importante na medida em que, efetivamente, o usuário poderá comparar esses desempenhos não só dentro de uma companhia, mas também, eventualmente, em relação a outras.

A CVM (CVM, 2005) incentiva a divulgação dessas informações pelas companhias de capital aberto, em especial para aquelas que publicam demonstrações consolidadas.

As informações segmentadas que devem ser incluídas, considerando o formato principal de evidenciação (negócio ou área geográfica) com base da norma internacional 14 (IAS 14), são:

- a. receitas, despesas e resultado obtidos por segmento;
- b. ativos e passivos envolvidos no segmento;
- c. gastos de capital no segmento;
- d. depreciação, amortização e outras despesas significativas;
- e. reflexos no segmento de resultados com equivalência patrimonial;
- f. natureza e valor dos itens extraordinários, desde que diretamente atribuíveis a um segmento ou passíveis de alocação, em bases racionais;
- g. contingências significativas atribuíveis diretamente ao segmento;
- h. conciliações entre as informações segmentadas e as informações acumuladas, além de quaisquer outras informações segmentadas relevantes utilizadas pelos administradores no processo decisório.

4.6.5 Problemas dos relatórios segmentados

Conforme Radebaugh e Gray (1997, p. 270), as informações segmentadas devem ser auditadas tanto nos Estados Unidos como no Reino Unido e apresentam problemas referentes à verificabilidade das informações. Problemas particulares envolvem alocação de custos comuns, transferências intra-grupo e preço de transferência.

Outro problema do auditor, segundo os autores, é a identificação do segmento. Na ausência de diretrizes claras, a tarefa para avaliar se os segmentos divulgados são razoáveis é extremamente difícil. No Reino Unido, a legislação deixa a identificação do segmento à direção de cada corporação. O FASB nos Estados

Unidos, ao contrário, providencia regras detalhadas do que constitui um segmento para reporte. Todavia, a decisão sobre o que constitui um identificável e potencialmente divulgado segmento é deixada à direção de cada corporação.

Ainda na visão dos autores (1997, p. 271), a falta de orientação relativa à identificação do segmento implica que a vantagem de comparabilidade entre as corporações foi sacrificada em favor da relevância e da oportunidade de providenciar informação mais útil e específica para cada corporação. No entanto, isso também significa que corporações podem manipular divulgações para apresentar o melhor quadro possível de suas operações. Por exemplo, podem esconder o desempenho ruim de uma área da operação, agregando-a com outra que foi particularmente bem. A falta aparente de consistência nas divulgações em prática sugere que a comparabilidade de informação tem sido sacrificada para uma vantagem que pode ser mais aparente que real.

4.7 Análise crítica

Observou-se inicialmente a importância do processo de consolidação de balanços para avaliar e divulgar os resultados globais de uma concentração de empresas como se o grupo fosse uma única entidade.

A contabilidade tem como um de seus objetivos fornecer aos usuários informações úteis e confiáveis para auxiliar o processo decisório. A informação também deve permitir aos investidores a predição de tendências futuras. Demonstrações contábeis consolidadas analisadas isoladamente permitem atingir esse objetivo?

A crítica apresentada neste estudo refere-se à utilização e à capacidade dos demonstrativos financeiros consolidados, quando analisados isoladamente, em não permitir a correta avaliação do grupo empresarial e a capacidade para prognosticar tendências futuras. Nesse sentido, entende o autor que as demonstrações contábeis consolidadas possuem limites de utilização, uma vez que os resultados individuais que compõe o grupo não são divulgados.

Dados agregados podem ocultar informações importantes sobre a situação de determinada empresa componente do grupo, de forma que a análise somente dos relatórios consolidados pode não ser conclusiva.

O autor procurou contribuir para um adequado entendimento dos usuários dos demonstrativos financeiros consolidados e alertar quanto à limitação e deficiências destes para fins de análise, de comparação e de utilização para prognosticar tendências futuras. Procurou também investigar um mecanismo que possa reduzir possíveis erros de interpretação e de projeção de resultados em função da lacuna de informações existente entre os demonstrativos consolidados e os individualizados.

A desagregação dos relatórios financeiros consolidados e a divulgação de informações segmentadas por linha de negócios e áreas geográficas apresentadas por Radebaugh e Gray, requeridas pelo FASB, IASB e incentivada pela CVM, teoricamente, possibilitariam a diminuição dessa lacuna entre os demonstrativos consolidados e os resultados individuais. Entretanto, na opinião do autor, esses relatórios ainda dependem de maior discussão quanto à sua preparação, custo-benefício da informação, disseminação e, principalmente, verificabilidade, para evitar manipulação de resultados.

4.8 Considerações finais do capítulo

O desenvolvimento dos casos práticos e a análise dos exemplos neste capítulo por meio dos indicadores financeiros dos três grupos selecionados buscou, como objetivo principal, verificar a existência de variações significativas entre os resultados dos demonstrativos consolidados e os dos demonstrativos individuais das controladas.

Essa análise procurou responder à questão-chave formulada no início do estudo: Demonstrações financeiras de um conglomerado empresarial, agrupadas em única atividade, podem ser utilizadas para fins comparativos?

Entende-se que, caso existam flutuações significativas entre os indicadores individuais e do grupo consolidado, a utilização desses demonstrativos para fins

comparativos estará prejudicada e, assim, tende a corroborar as críticas de Kam (1990, p. 391) com relação às demonstrações contábeis consolidadas, nas quais:

- a) dados agregados podem ocultar algumas informações importantes, tais como a condição financeira de uma empresa componente do grupo, não é revelada pelo resultado consolidado;
- b) quocientes financeiros podem não ser significativos quando baseados em valores consolidados;
- c) os acionistas minoritários não encontrarão utilidade nos relatórios consolidados.

Nesse caso, confirmou-se também a necessidade e a importância dos demonstrativos individuais para análise e tomada de decisão em relação às empresas controladas.

Nota-se que, caso existam flutuações significativas entre os indicadores individuais e o do grupo consolidado, a utilização desses demonstrativos para prognosticar tendências futuras também estará prejudicada. Por conseguinte, será necessária a utilização dos demonstrativos individuais e de informações segmentadas para auxiliar nesse processo.

Das análises realizadas, observou-se a existência de diferenças significativas entre os resultados dos indicadores do consolidado e das demonstrações individuais para esses 3 (três) grupos de empresas, das quais podem ser destacadas:

Tabela 20 Variações significativas: Grupo Battistella

Ano	Indicador	Em	Consolidado	Controlada	Variação
2002	Liquidez seca	R\$	1,364	17,070	15,71
2002	Relação capital de terceiros e próprio	%	90,39	3,94	86,45 pts
2002	Prazo médio de cobrança	Dias	104	28	76
2002	Margem líquida	%	43,57	-514,94	558,51 pts
2003	Liquidez seca	R\$	1,165	152,545	151,38
2003	Relação capital de terceiros e próprio	%	108,42	3,60	104,82 pts
2003	Prazo médio de cobrança	Dias	49	133	84

Fonte: O autor

Tabela 21 Variações significativas: Grupo Marisol

Ano	Indicador	Em	Consolidado	Controlada	Varição
2002	Liquidez geral	R\$	1,778	2,903	1,125
2002	Relação capital de terceiros e próprio	%	67,97	40,01	27,96 pts
2002	Prazo médio de estocagem	Dias	90	150	60
2002	Retorno sobre patrimônio líquido	%	-1,75	18,63	20,38 pts
2003	Liquidez geral	R\$	1,527	4,357	2,83
2003	Relação capital de terceiros e próprio	%	75,26	24,63	50,63 pts
2003	Margem operacional	%	-3,83	19,45	23,28 pts

Fonte: O autor

Tabela 22 Variações significativas: Grupo WEG

Ano	Indicador	Em	Consolidado	Controlada	Varição
2001	Liquidez corrente	R\$	1,783	1,013	0,77
2001	Relação capital de terceiros e próprio	%	129,61	8.366,41	8.236,80 pts
2001	Prazo médio de estocagem	Dias	89	54	35
2001	Retorno sobre patrimônio líquido	%	30,63	94,85	64,22 pts
2002	Liquidez geral	R\$	1,319	0,965	0,354
2002	Relação capital de terceiros e próprio	%	154,64	276,37	121,73 pts
2002	Giro do ativo	R\$	0,73	1,50	0,77
2002	Margem bruta	%	37,70	2,33	35,37 pts
2003	Liquidez geral	R\$	1,405	0,896	0,51
2003	Relação capital de terceiros e próprio	%	123,2	271,17	147,97 pts
2003	Prazo médio de estocagem	Dias	99	46	53
2003	Margem bruta	%	39,35	0,53	38,32 pts

Fonte: O autor

Dessa forma, respondendo à pergunta formulada no início do estudo, entende-se que os resultados consolidados desses grupos não podem ser utilizados para fins comparativos e prognóstico de tendências futuras, sob o risco de erro na análise e na projeção, em função das diferenças existentes entre os resultados individuais que compõem o resultado consolidado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa indicou que existem publicações de demonstrativos financeiros consolidados no mundo desde 1886. No Brasil, a primeira publicação nesse formato foi a da Petrobrás, em 1974, e a primeira referência legal a esse tema, antes da vigência da Lei nº. 6404/76, foi emitida pelo Banco Central do Brasil, em 1972.

Além disso, a pesquisa demonstrou a exigência da utilização do Método da Equivalência Patrimonial pela Lei 6404/76 e para as companhias abertas por meio da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº. 247/96 (CVM, 1996). Isso foi feito para avaliar os investimentos permanentes e a sua vantagem em relação ao método de custo, especialmente no reconhecimento dos resultados pelo regime de competência à medida que ocorrem, não tão somente quando da distribuição de dividendos.

A pesquisa ainda observou que existem ajustes a serem procedidos na legislação brasileira, no sentido de harmonizar as práticas locais com as práticas adotadas nos principais mercados financeiros mundiais.

Em relação ao processo de consolidação de balanços, esta pesquisa demonstrou os objetivos, a obrigatoriedade, as principais teorias e procedimentos para avaliar a posição financeira e os resultados globais de determinada concentração de empresas, como se fossem uma única entidade.

Foram identificadas críticas ao processo de consolidação e a utilização desses demonstrativos para fins comparativos, além de sua capacidade para prognosticar tendências futuras, quando analisadas de forma isolada.

Essas críticas fundamentaram a realização da pesquisa, o desenvolvimento dos casos práticos e a análise dos exemplos. A partir da seleção de três grupos empresariais, procurou-se avaliar a existência de divergência significativa entre os indicadores do consolidado e das empresas controladas. O objetivo dessa seleção foi corroborar ou não as críticas levantadas no tocante ao processo de consolidação durante a revisão bibliográfica.

As análises dos indicadores financeiros dos três grupos selecionados demonstraram existir diferenças significativas entre os calculados a partir dos demonstrativos consolidados e os com base nos relatórios individuais. Assim, a

utilização somente dos demonstrativos consolidados para fins de análise de desempenho e para prognosticar tendências futuras pode estar comprometida.

Com base nas variações verificadas nos indicadores financeiros, para esses três grupos empresariais, aceita-se a hipótese do trabalho de que informações extraídas de demonstrativos financeiros consolidados apresentam limitações de análise e utilização quando comparadas às extraídas dos demonstrativos financeiros individuais.

As limitações de análise e utilização dos demonstrativos consolidados, quando analisados isoladamente, são que dados agregados podem ocultar informações importantes sobre a situação de determinada empresa, uma vez que os resultados individuais que compõe o grupo não são divulgados. Ademais, quocientes financeiros podem não ser significativos quando baseados em valores consolidados. Dessa forma, analisar somente os demonstrativos consolidados pode não ser conclusivo para permitir a correta avaliação do grupo empresarial.

Os assuntos tratados nesta pesquisa, segundo opinião do autor, exigem maior atenção, e podem ser utilizados em estudos futuros, como:

- a) a consolidação de demonstrações contábeis que envolvem empresas controladas com patrimônio líquido negativo ou passivo a descoberto;
- b) a forma de apresentação da participação dos minoritários no balanço patrimonial e na demonstração de resultado;
- c) a utilização de informações segmentadas como forma de evidência adicional.

Espera-se que este estudo tenha não somente contribuído para um adequado entendimento aos usuários dos demonstrativos financeiros consolidados, mas também proporcionado uma visão crítica acerca da utilização desses demonstrativos para fins de comparabilidade e para prognóstico de tendências futuras das empresas.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN - **Circular nº. 179**, de 11 de Maio de 1972. Estabelece as Normas Gerais de Auditoria.

Disponível em:

<http://www.5bcb.gov.br/pg1Frame.asp?idPai=NORMABUSCA&urlPg=ixpress/correio/correio/DETALHAMENTOCORREIO.DML?N=072000022&C=179&ASS=CIRCULAR+179>

Acesso em: 2 abr. 2005.

_____. **Circular nº. 1273**, de 29 de Dezembro de 1987. Cria o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF.

Disponível em:

<http://www.5bcb.gov.br/pg1Frame.asp?idPai=NORMABUSCA&urlPg=ixpress/correio/correio/DETALHAMENTOCORREIO.DML?N=087080382 &C=1273&ASS=CIRCULAR+1.273>

Acesso em: 2 abr. 2005.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 1598** de 26 Dezembro de 1977. Altera a legislação do imposto de renda, incorporando as inovações da Lei nº. 6404/76.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1598.htm

Acesso em: 3 abr. 2005.

_____. **Lei nº. 6385** de 7 de Dezembro de 1976a. Dispõe sobre o mercado mobiliário e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis /6385original.htm

Acesso em: 3 abr. 2005.

_____. **Lei nº. 6404** de 15 de dezembro de 1976b. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404cons.htm

Acesso em: 3 abr. 2005.

_____. **Lei nº. 9249** de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis /L9249.htm

Acesso em: 3 abr. 2005.

_____. **Lei nº. 9457** de 5 de Maio de 1997. Altera dispositivos da Lei das Sociedades por Ações.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis /L9457.htm

Acesso em: 3 abr. 2005.

_____. **Projeto de Lei nº. 3741** de 2000. Dispõe sobre alterações na Lei nº. 6404/76.

Disponível em:

<https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2000/msg/657-001107.htm>

Acesso em 3 abr.2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM -. **Deliberação nº. 26** de 05.12.86. Aprova o pronunciamento emitido pelo Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, sobre transações entre partes relacionadas.

Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/>>

Acesso em: 6 abr. 2005.

_____. **Instrução nº. 247** de 27.03.96. S/A - companhias abertas - avaliação de investimentos em controladas e coligadas - elaboração de demonstrações contábeis consolidadas.

Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/>>

Acesso em: 6 abr. 2005.

_____. **Instrução nº. 285** de 31 de Julho 1998. Altera dispositivos da Instrução nº. 247/96.

Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/>>

Acesso em: 6 abr. 2005.

_____. **Instrução nº. 408** de 18.08.2004. Dispões sobre a inclusão de Entidade de Propósito Específico – EPE nas demonstrações contábeis consolidadas.

Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/>>

Acesso em: 6 abr. 2005.

_____. **Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2005** de 25 de Fevereiro de 2005. Orientação sobre a elaboração de informações contábeis pelas companhias abertas. .

Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/>>

Acesso em: 6 abr. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 3.2 – Investimentos Permanentes.**

Disponível em:

<http://www.cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login>

Acesso em: 8 abr. 2005.

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 4 – Da Avaliação Patrimonial.**

<http://www.cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login>

Acesso em: 8 abr. 2005.

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T8 - Das Demonstrações Contábeis Consolidadas**, 1993.

<http://www.cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login>

Acesso em: 8 abr. 2005.

_____. **Resolução nº. 847/99** – Altera a redação da NBC T 3 – Conceito, Conteúdo e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis e dá outras providências.

<http://www.cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login>

Acesso em: 8 abr. 2005.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – FASB. **Current text 1998/99 edition**: Accounting standards as of June 1, 1998. New York: John Wiley & Sons, 1998. 2V.

_____. FAS 14 – **Financial reporting for segments of a business enterprise**.

_____. FAS-94 – **Consolidation of all majority owned subsidiaries**.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GAZETA MERCANTIL. **Balço anual 2004**. São Paulo, 2004. Ano XXVIII – Número 28.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo v. 35, n 2, p. mar/abr. 1995.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – **Pronunciamento VI – Investimentos – Participações em outras empresas**.

Disponível em:

<http://www.ibracon.com.br/v2/pronunciamento_tec_det.asp?id_comun_ibr=50>

Acesso em: 6 abr. 2005.

_____. **Pronunciamento XXI – Normas de Consolidação**.

<http://www.ibracon.com.br/v2/pronunciamento_tec_det.asp?id_comun_ibr=67>

Acesso em: 6 abr. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KAM, Vernon. **Accounting theory**. 2nd ed. New York: John & Sons, 1990.

LARSEN, E. John. **Modern advanced accounting**. 6th ed. New York: McGraw-Hill, 1994.

MACHADO, Itamar Miranda. **Consolidação das demonstrações contábeis quando ocorre aquisição do controle de empresas durante o exercício social**. 2002. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) -. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MARCANTONIO, Antonia Terezinha. **Elaboração e divulgação do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____; _____. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Análise financeira das empresas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Equivalência em investida com patrimônio líquido negativo**. São Paulo: IOB – Informações Objetivas –TC- 28/00, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo E. **Curso prático de imposto de renda pessoa jurídica**. 4. ed. São Paulo: Frase, 1996.

_____; _____. **Contabilidade avançada**. 11. ed. São Paulo: Frase, 2003.

NORMAS internacionais de Contabilidade 2001: texto completo de todas as normas internacionais de Contabilidade e interpretação do SIC existentes em 1º. de janeiro de 2001. São Paulo: IBRACON, 2002.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RADEBAUGH, Lee H; GRAY, Sidney J. **International accounting and multinational enterprises**. 3rd ed. New York: John Wiley & Sons, 1997.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Demonstrações contábeis e políticas normativas**. [1997?]. Disponível em: <<http://www.lopesdesa.com.br/demonstrações.html>>. Acesso em: 6 abr. 2005.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luís dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade avançada**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

STANDERSKI, Wlademiro. **Consolidação de balanços de empresa nacionais e multinacionais**. São Paulo: Pioneira, 1976.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. **Consolidação de demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Contabilidade avançada**. São Paulo: Atlas, 1997.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como elaborar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ANTUNES, Jerônimo. **Contribuição ao estudo da avaliação de risco e controles internos na auditoria de demonstrações contábeis no Brasil**. 1998. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BIANCHETTI, Lucidíó; MACHADO, Ana Maria Netto. **A bússola do escrever**. Florianópolis: Cortez Editora, 2002.
- COMPRA de empresa com passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo). **Boletim de Temática Contábil e Balanços**, São Paulo, n. 13, 4. semana mar. 2004.
- _____. **Boletim de Temática Contábil e Balanços**, São Paulo, n. 14, 1. semana abr. 2004.
- CRUZ FILHO, Manoel Ribeiro da. **Teoria e prática de consolidação de balanços**. São Paulo: Saraiva, 1978.
- FERNANDES, Luciane Alves. **Consolidação das demonstrações financeiras: estudo comparativo entre as normas brasileiras, norte-americanas e internacionais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UNISINOS, São Leopoldo, 2003.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIA E FINANCEIRAS. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- HAIJ, Zaina Said El. **Business combination e consolidação: uma abordagem comparativa entre as normas do US-GAAP, IASC e Brasil**. 1999. Dissertação. (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAWRENCE, Steve. **International accounting**. London: International Thomson Business Press, 1996.

LEMES, Sirlei. **Harmonização das normas contábeis brasileiras com as internacionais do IASC – um estudo comparativo aplicado**. 2000. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LIMA, Welington de Pontes. **Controles internos e riscos de auditoria: influência na extensão dos testes substantivos em auditoria das demonstrações contábeis**. 2002. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NAKAO, Sílvio Hiroshi. **Teoria e normas contábeis de operações em descontinuidade: um estudo de caso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NOBES, Christopher; PARKER, Robert. **Comparative international accounting**. 5th ed. Great Britain: Prentice Hall Europe, 1998.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade avançada**. São Paulo: Atlas, 2001.

PARTICIPAÇÕES societárias – método da equivalência patrimonial – consolidação de demonstrações contábeis – perguntas e respostas. **Boletim de Temática Contábil**, São Paulo, n. 43, 1997.

_____. **Boletim de Temática Contábil**, São Paulo, n. 44, 1997.

PURIFICAÇÃO, Carlos Alberto da. **Consolidação de balanços: uma abordagem teórica e prática sob as normas da Lei nº. 6404/76 e do Decreto Lei nº. 1598/77**. São Paulo: Atlas, 1979.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TEIXEIRA, Maria José. **Consolidação das demonstrações contábeis uma visão: nacional e internacional**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Financeiras e Contábeis) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **A estimativa do risco na constituição da PDD**. 2001. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

APÊNDICE A – Indicadores/Quocientes: Battistella Consolidado 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Grupo: Battistella	Exercício Findo:
Consolidado	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	12.516
Ativo Circulante = (AC)	149.677
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	45.141
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	8.084
Estoques = (E)	40.448
Contas a Receber = (CR)	72.370
Ativo Total = (AT)	297.909
Passivo Circulante = (PC)	76.665
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	50.421
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	13.087
Exigível Total = (ET)	140.173
Patrimônio Líquido = (PL)	155.077
Receita Operacional Líquida = (NS)	251.192
Custo das Vendas = (COS)	163.772
Lucro Operacional Bruto = (GP)	87.420
Lucro Operacional Líquido = (OP)	6.547
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	109.441

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,163	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,364	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,952	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	1,125	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	47,48	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	90,39	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	54,69	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	4,05	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	89	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	3,47	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	104	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,84	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	34,80	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	2,61	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	43,57	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	36,74	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	70,57	Percentual

APÊNDICE B - Indicadores/ Quocientes: Battistella Controladora 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Battistella	Exercício Findo:
Controladora	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	7.473
Ativo Circulante = (AC)	32.478
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	1.164
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	3.211
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	277.081
Passivo Circulante = (PC)	61.485
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	60.519
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	122.004
Patrimônio Líquido = (PL)	155.077
Receita Operacional Líquida = (NS)	1.495
Custo das Vendas = (COS)	0
Lucro Operacional Bruto = (GP)	1.495
Lucro Operacional Líquido = (OP)	107.879
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	109.441

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,122	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	0,509	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	0,528	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	0,293	Reais
B Estrutura de Endividamento				
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	44,03	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	78,67	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	50,40	Percentual
C Rotação ou Giro				
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	0	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,01	Reais
D Rentabilidade e Lucratividade				
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	100,00	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	7215,99	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	7320,47	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	39,50	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	70,57	Percentual

APÊNDICE C – Indicadores/Quocientes: Battistella Trading 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Battistella Trading	Exercício Fimdo:
Controlada	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	600
Ativo Circulante = (AC)	72.055
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	325
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	778
Estoques = (E)	325
Contas a Receber = (CR)	1.243
Ativo Total = (AT)	180.910
Passivo Circulante = (PC)	4.202
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	85.196
Exigível Total = (ET)	89.398
Patrimônio Líquido = (PL)	91.512
Receita Operacional Líquida = (NS)	2.982
Custo das Vendas = (COS)	2.476
Lucro Operacional Bruto = (GP)	506
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-20.210
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	55.378

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,143	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	17,070	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	17,148	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	0,815	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	49,42	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	97,69	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	4,70	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	47	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	2,40	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	150	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,02	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	16,97	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-677,73	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	1857,08	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	30,61	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	60,51	Percentual

APÊNDICE D – Indicadores/Quocientes: FLOBASA 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Flobasa	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	0
Ativo Circulante = (AC)	219
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	456
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	219
Ativo Total = (AT)	8.867
Passivo Circulante = (PC)	274
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	62
Exigível Total = (ET)	336
Patrimônio Líquido = (PL)	8.531
Receita Operacional Líquida = (NS)	1.678
Custo das Vendas = (COS)	216
Lucro Operacional Bruto = (GP)	1.462
Lucro Operacional Líquido = (OP)	1.097
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	1.471

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,000	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	0,799	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	0,799	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	2,009	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	3,79	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	3,94	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	81,55	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	7,66	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	47	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,19	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	87,13	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	65,38	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	87,66	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	16,59	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	17,24	Percentual

APÊNDICE E – Indicadores/Quocientes: MOBASA 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Mobasa	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	90
Ativo Circulante = (AC)	6.194
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	111
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	123.807
Estoques = (E)	111
Contas a Receber = (CR)	1.381
Ativo Total = (AT)	190.367
Passivo Circulante = (PC)	41.014
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	604
Exigível Total = (ET)	41.618
Patrimônio Líquido = (PL)	148.749
Receita Operacional Líquida = (NS)	17.587
Custo das Vendas = (COS)	6.509
Lucro Operacional Bruto = (GP)	11.078
Lucro Operacional Líquido = (OP)	120.440
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	119.713

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,002	Reais
2	Liquidez Seca	$(AC-Eda)/PC$	0,148	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	0,151	Reais
4	Liquidez Geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP)$	3,124	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	$ET/(ET+PL)$	21,86	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	27,98	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	98,55	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	58,64	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	$(E*360)/COS$	6	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	12,73	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	$(CR*360)/NS$	28	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,09	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	$(GP/NS)*100$	62,99	Percentual
2	Margem Operacional	$(OP/NS)*100$	684,82	Percentual
3	Margem Líquida	$(LL/NS)*100$	680,69	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	$(LL/AT)*100$	62,89	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	$(LL/PL)*100$	80,48	Percentual

APÊNDICE F – Indicadores/Quocientes: Itapirubá 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Itapirubá	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$
Disponibilidades = (D)	256
Ativo Circulante = (AC)	3.986.613
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	50.957
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	4.037.570
Passivo Circulante = (PC)	483.478
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	104.470
Exigível Total = (ET)	587.948
Patrimônio Líquido = (PL)	3.449.621
Receita Operacional Líquida = (NS)	17.566
Custo das Vendas = (COS)	22.193
Lucro Operacional Bruto = (GP)	-4.626
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-90.803
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	-90.454

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em	
1 Liquidez Imediata	D/PC	0,001	Reais	
2 Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	8,246	Reais	
3 Liquidez Corrente	AC/PC	8,246	Reais	
4 Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	6,867	Reais	
B Estrutura de Endividamento				
1 Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	14,56	Percentual	
2 Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	17,04	Percentual	
3 Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	82,23	Percentual	
C Rotação ou Giro				
1 Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezes/Ano	
2 Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias	
3 Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezes/Ano	
4 Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	0	Dias	
5 Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,00	Reais	
D Rentabilidade e Lucratividade				
1 Margem Bruta	(GP/NS)*100	-26,33	Percentual	
2 Margem Operacional	(OP/NS)*100	-516,92	Percentual	
3 Margem Líquida	(LL/NS)*100	-514,94	Percentual	
4 Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	-2,24	Percentual	
5 Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	-2,62	Percentual	

APÊNDICE G – Indicadores/Quocientes: Battistella Consolidado 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Grupo: Battistella	Exercício Findo:
Consolidado	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	21.453
Ativo Circulante = (AC)	140.325
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	52.019
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	12.394
Estoques = (E)	46.947
Contas a Receber = (CR)	47.673
Ativo Total = (AT)	297.794
Passivo Circulante = (PC)	75.827
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	65.306
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	13.087
Exigível Total = (ET)	154.220
Patrimônio Líquido = (PL)	142.245
Receita Operacional Líquida = (NS)	346.933
Custo das Vendas = (COS)	254.418
Lucro Operacional Bruto = (GP)	92.515
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-12.639
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	-12.832

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,283	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,165	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,851	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	0,990	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	52,02	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	108,42	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	49,17	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	5,42	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	66	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	7,28	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	49	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	1,17	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	26,67	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-3,64	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	-3,70	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	-4,31	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	-9,02	Percentual

APÊNDICE H – Indicadores/Quocientes: Battistella Controladora 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Battistella	Exercício Findo:
Controladora	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	17.735
Ativo Circulante = (AC)	25.123
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	746
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	9.794
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	202.818
Passivo Circulante = (PC)	5.255
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	55.318
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	60.573
Patrimônio Líquido = (PL)	142.245
Receita Operacional Líquida = (NS)	361
Custo das Vendas = (COS)	0
Lucro Operacional Bruto = (GP)	361
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-14.681
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	-12.832

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	3,375	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	4,639	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	4,781	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	0,576	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	29,87	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	42,58	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	8,68	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	0	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,00	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	100,00	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-4066,76	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	-3554,57	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	-6,33	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	-9,02	Percentual

APÊNDICE I – Indicadores/Quocientes: Battistella Trading 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Battistella Trading	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	87
Ativo Circulante = (AC)	1.920
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	121
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	1.275
Estoques = (E)	121
Contas a Receber = (CR)	258
Ativo Total = (AT)	70.450
Passivo Circulante = (PC)	722
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	1.724
Exigível Total = (ET)	2.446
Patrimônio Líquido = (PL)	68.004
Receita Operacional Líquida = (NS)	4.767
Custo das Vendas = (COS)	3.893
Lucro Operacional Bruto = (GP)	874
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-994
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	-1.321

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,120	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	2,492	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	2,659	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	1,306	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	3,47	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	3,60	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	29,52	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	11	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	18,48	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	19	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,07	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	18,33	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-20,85	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	-27,71	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	-1,88	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	-1,94	Percentual

APÊNDICE J – Indicadores/Quocientes: Battistella R. Renováveis 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Battistella Part. R. Renováveis	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	0
Ativo Circulante = (AC)	1.678
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	0
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	142.878
Passivo Circulante = (PC)	11
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	5.391
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	5.402
Patrimônio Líquido = (PL)	137.477
Receita Operacional Líquida = (NS)	12.626
Custo das Vendas = (COS)	0
Lucro Operacional Bruto = (GP)	12.626
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-3.462
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	-3.459

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,000	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	152,545	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	152,545	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	0,311	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	3,78	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	3,93	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	0,20	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	0	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,09	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	100,00	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-27,42	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	-27,40	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	-2,42	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	-2,52	Percentual

APÊNDICE L – Indicadores/Quocientes: FLOBASA 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Flobasa	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	1
Ativo Circulante = (AC)	1.467
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	2.365
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	1.466
Ativo Total = (AT)	12.223
Passivo Circulante = (PC)	1.193
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	18
Exigível Total = (ET)	1.211
Patrimônio Líquido = (PL)	11.012
Receita Operacional Líquida = (NS)	3.978
Custo das Vendas = (COS)	207
Lucro Operacional Bruto = (GP)	3.771
Lucro Operacional Líquido = (OP)	3.487
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	3.254

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,001	Reais
2	Liquidez Seca	$(AC-Eda)/PC$	1,230	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,230	Reais
4	Liquidez Geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP)$	3,164	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	$ET/(ET+PL)$	9,91	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	11,00	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	98,51	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	$(E*360)/COS$	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	2,71	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	$(CR*360)/NS$	133	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,33	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	$(GP/NS)*100$	94,80	Percentual
2	Margem Operacional	$(OP/NS)*100$	87,66	Percentual
3	Margem Líquida	$(LL/NS)*100$	81,80	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	$(LL/AT)*100$	26,62	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	$(LL/PL)*100$	29,55	Percentual

APÊNDICE M – Indicadores/Quocientes: MOBASA 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Mobasa	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	18
Ativo Circulante = (AC)	21.271
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	187
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	14.366
Estoques = (E)	187
Contas a Receber = (CR)	3.066
Ativo Total = (AT)	84.136
Passivo Circulante = (PC)	4.702
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	8.883
Exigível Total = (ET)	13.585
Patrimônio Líquido = (PL)	70.551
Receita Operacional Líquida = (NS)	18.037
Custo das Vendas = (COS)	5.497
Lucro Operacional Bruto = (GP)	12.540
Lucro Operacional Líquido = (OP)	7.191
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	5.175

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,004	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	4,484	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	4,524	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	2,623	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	16,15	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	19,26	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	34,61	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	29,40	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	12	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	5,88	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	61	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,21	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	69,52	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	39,87	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	28,69	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	6,15	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	7,34	Percentual

APÊNDICE N – Indicadores/Quocientes: Itapirubá 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Itapirubá	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$
Disponibilidades = (D)	79
Ativo Circulante = (AC)	4.107.343
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	976.668
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	5.084.010
Passivo Circulante = (PC)	126.254
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	1.607.023
Exigível Total = (ET)	1.733.277
Patrimônio Líquido = (PL)	3.350.733
Receita Operacional Líquida = (NS)	0
Custo das Vendas = (COS)	0
Lucro Operacional Bruto = (GP)	0
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-346.605
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	-98.888

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,001	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	32,532	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	32,532	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	2,933	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	34,09	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	51,73	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	7,28	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	0	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,00	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	N/C	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	N/C	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	N/C	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	-1,95	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	-2,95	Percentual

APÊNDICE O – Indicadores/Quocientes: Marisol Consolidado 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Grupo: Marisol	Exercício Findo:
Consolidado	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	2.658
Ativo Circulante = (AC)	145.929
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	36.581
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	19.850
Estoques = (E)	37.171
Contas a Receber = (CR)	67.369
Ativo Total = (AT)	259.088
Passivo Circulante = (PC)	40.494
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	52.737
Exigível Total = (ET)	93.231
Patrimônio Líquido = (PL)	137.156
Receita Operacional Líquida = (NS)	241.239
Custo das Vendas = (COS)	148.832
Lucro Operacional Bruto = (GP)	92.407
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-7.554
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	-2.399

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,066	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	2,700	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	3,604	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	1,778	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	40,47	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	67,97	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	43,43	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	4,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	90	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	3,58	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	101	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,93	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	38,31	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-3,13	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	-0,99	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	-0,93	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	-1,75	Percentual

APÊNDICE P – Indicadores/Quocientes: Marisol Controladora 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Marisol	Exercício Findo:
Controladora	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	2.552
Ativo Circulante = (AC)	106.198
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	20.473
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	47.901
Estoques = (E)	20.985
Contas a Receber = (CR)	48.636
Ativo Total = (AT)	214.795
Passivo Circulante = (PC)	28.275
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	49.634
Exigível Total = (ET)	77.909
Patrimônio Líquido = (PL)	137.156
Receita Operacional Líquida = (NS)	191.803
Custo das Vendas = (COS)	123.509
Lucro Operacional Bruto = (GP)	68.294
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-15.017
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	-2.399

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,090	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	3,032	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	3,756	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	1,978	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	36,23	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	56,80	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	36,29	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	5,89	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	61	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	3,94	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	91	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,89	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	35,61	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-7,83	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	-1,25	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	-1,12	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	-1,75	Percentual

APÊNDICE Q – Indicadores/Quocientes: Marisol Nordeste 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Marisol Nordeste	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	522
Ativo Circulante = (AC)	25.776
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	10.984
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	17.721
Estoques = (E)	10.984
Contas a Receber = (CR)	13.886
Ativo Total = (AT)	52.421
Passivo Circulante = (PC)	7.246
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	7.735
Exigível Total = (ET)	14.981
Patrimônio Líquido = (PL)	37.441
Receita Operacional Líquida = (NS)	51.725
Custo das Vendas = (COS)	26.424
Lucro Operacional Bruto = (GP)	25.301
Lucro Operacional Líquido = (OP)	10.980
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	6.976

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,072	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	2,041	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	3,557	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	2,903	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	28,58	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	40,01	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	48,37	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	2,41	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	150	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	3,72	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	97	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,99	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	48,91	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	21,23	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	13,49	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	13,31	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	18,63	Percentual

APÊNDICE R – Indicadores/Quocientes: Marisol Consolidado 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Grupo: Marisol	Exercício Findo:
Consolidado	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	2.215
Ativo Circulante = (AC)	151.993
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	34.265
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	23.206
Estoques = (E)	35.023
Contas a Receber = (CR)	70.755
Ativo Total = (AT)	267.943
Passivo Circulante = (PC)	55.154
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	59.586
Exigível Total = (ET)	114.740
Patrimônio Líquido = (PL)	152.452
Receita Operacional Líquida = (NS)	280.558
Custo das Vendas = (COS)	169.707
Lucro Operacional Bruto = (GP)	110.851
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-10.738
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	21.672

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,040	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	2,135	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	2,756	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	1,527	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	42,94	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	75,26	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	48,07	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	4,85	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	74	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	3,97	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	91	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	1,05	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	39,51	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-3,83	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	7,72	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	8,09	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	14,22	Percentual

APÊNDICE S – Indicadores/Quocientes: Marisol Controladora 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Marisol	Exercício Findo:
Controladora	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	2.062
Ativo Circulante = (AC)	113.806
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	21.766
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	40.331
Estoques = (E)	22.318
Contas a Receber = (CR)	49.953
Ativo Total = (AT)	274.146
Passivo Circulante = (PC)	43.193
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	78.501
Exigível Total = (ET)	121.694
Patrimônio Líquido = (PL)	152.452
Receita Operacional Líquida = (NS)	206.189
Custo das Vendas = (COS)	126.031
Lucro Operacional Bruto = (GP)	80.158
Lucro Operacional Líquido = (OP)	-13.230
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	21.672

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,048	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	2,131	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	2,635	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	1,267	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	44,39	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	79,82	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	35,49	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	5,65	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	64	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	4,13	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	87	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,75	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	38,88	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	-6,42	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	10,51	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	7,91	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	14,22	Percentual

APÊNDICE T – Indicadores/Quocientes: Marisol Nordeste 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: Marisol Nordeste	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	32
Ativo Circulante = (AC)	20.656
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	7.225
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	33.968
Estoques = (E)	7.225
Contas a Receber = (CR)	12.805
Ativo Total = (AT)	63.426
Passivo Circulante = (PC)	7.125
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	5.411
Exigível Total = (ET)	12.536
Patrimônio Líquido = (PL)	50.890
Receita Operacional Líquida = (NS)	54.927
Custo das Vendas = (COS)	33.275
Lucro Operacional Bruto = (GP)	21.651
Lucro Operacional Líquido = (OP)	10.685
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	6.307

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,004	Reais
2	Liquidez Seca	$(AC-Eda)/PC$	1,885	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	2,899	Reais
4	Liquidez Geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP)$	4,357	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	$ET/(ET+PL)$	19,76	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	24,63	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	56,84	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	4,61	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	$(E*360)/COS$	78	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	4,29	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	$(CR*360)/NS$	84	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,87	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	$(GP/NS)*100$	39,42	Percentual
2	Margem Operacional	$(OP/NS)*100$	19,45	Percentual
3	Margem Líquida	$(LL/NS)*100$	11,48	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	$(LL/AT)*100$	9,94	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	$(LL/PL)*100$	12,39	Percentual

APÊNDICE U – Indicadores/Quocientes: WEG Consolidado 01

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Grupo: WEG	Exercício Findo:
Consolidado	31/12/2001
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	392.238
Ativo Circulante = (AC)	794.410
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	169.569
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	223.432
Estoques = (E)	163.632
Contas a Receber = (CR)	203.054
Ativo Total = (AT)	1.318.607
Passivo Circulante = (PC)	445.603
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	299.051
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	744.654
Patrimônio Líquido = (PL)	573.648
Receita Operacional Líquida = (NS)	1.065.936
Custo das Vendas = (COS)	663.301
Lucro Operacional Bruto = (GP)	402.635
Lucro Operacional Líquido = (OP)	204.905
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	175.683

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,880	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,402	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,783	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	1,367	Reais
B Estrutura de Endividamento				
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	56,49	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	129,81	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	59,84	Percentual
C Rotação ou Giro				
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	4,05	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	89	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	5,25	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	69	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,81	Reais
D Rentabilidade e Lucratividade				
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	37,77	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	19,22	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	16,48	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	13,32	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	30,63	Percentual

APÊNDICE V - Indicadores/Quocientes: WEG Controladora 01

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG S/A	Exercício Findo:
Controladora	31/12/2001
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	9.946
Ativo Circulante = (AC)	52.700
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	5.620
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	623.063
Passivo Circulante = (PC)	38.358
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	11.057
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	49.415
Patrimônio Líquido = (PL)	573.648
Receita Operacional Líquida = (NS)	0
Custo das Vendas = (COS)	0
Lucro Operacional Bruto = (GP)	0
Lucro Operacional Líquido = (OP)	173.987
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	175.683

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
	A Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,259	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,374	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,374	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	1,180	Reais
B Estrutura de Endividamento				
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	7,93	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	8,61	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	77,62	Percentual
C Rotação ou Giro				
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	0	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,00	Reais
D Rentabilidade e Lucratividade				
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	N/C	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	N/C	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	N/C	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	28,20	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	30,63	Percentual

APÊNDICE X – Indicadores/Quocientes WEG Indústrias 01

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG Industrias S/A	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2001
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	229.277
Ativo Circulante = (AC)	609.377
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	90.310
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	92.131
Estoques = (E)	90.310
Contas a Receber = (CR)	147.892
Ativo Total = (AT)	1.081.851
Passivo Circulante = (PC)	364.170
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	207.587
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	571.757
Patrimônio Líquido = (PL)	510.094
Receita Operacional Líquida = (NS)	955.183
Custo das Vendas = (COS)	602.871
Lucro Operacional Bruto = (GP)	352.312
Lucro Operacional Líquido = (OP)	252.136
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	150.175

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,630	Reais
2	Liquidez Seca	$(AC-Eda)/PC$	1,425	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,673	Reais
4	Liquidez Geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)$	1,227	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	$ET/(ET+PL)$	52,85	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	112,09	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	63,69	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	6,68	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	$(E*360)/COS$	54	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	6,46	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	$(CR*360)/NS$	56	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,88	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	$(GP/NS)*100$	36,88	Percentual
2	Margem Operacional	$(OP/NS)*100$	26,40	Percentual
3	Margem Líquida	$(LL/NS)*100$	15,72	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	$(LL/AT)*100$	13,88	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	$(LL/PL)*100$	29,44	Percentual

APÊNDICE Z – Indicadores/Quocientes: WEG Exportadora 01

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG Exportadora S/A	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2001
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	131.568
Ativo Circulante = (AC)	131.568
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	0
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	131.568
Passivo Circulante = (PC)	129.902
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	112
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	130.014
Patrimônio Líquido = (PL)	1.554
Receita Operacional Líquida = (NS)	0
Custo das Vendas = (COS)	0
Lucro Operacional Bruto = (GP)	0
Lucro Operacional Líquido = (OP)	2.224
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	1.474

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
	A Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	1,013	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,013	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,013	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	1,012	Reais
B Estrutura de Endividamento				
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	98,82	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	8366,41	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	99,91	Percentual
C Rotação ou Giro				
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	0	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,00	Reais
D Rentabilidade e Lucratividade				
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	0,00	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	0,00	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	0,00	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	1,12	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	94,85	Percentual

APÊNDICE AA – Indicadores/Quocientes: WEG Consolidado 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Grupo: WEG	Exercício Findo:
Consolidado	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	581.292
Ativo Circulante = (AC)	1.166.124
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	233.882
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	249.025
Estoques = (E)	229.590
Contas a Receber = (CR)	319.172
Ativo Total = (AT)	1.766.747
Passivo Circulante = (PC)	873.281
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	199.414
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	1.072.695
Patrimônio Líquido = (PL)	693.651
Receita Operacional Líquida = (NS)	1.282.035
Custo das Vendas = (COS)	798.745
Lucro Operacional Bruto = (GP)	483.290
Lucro Operacional Líquido = (OP)	278.122
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	220.326

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,666	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,068	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,335	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	1,319	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	60,73	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	154,64	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	81,41	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	3,48	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	103	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	4,02	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	90	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,73	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	37,70	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	21,69	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	17,19	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	12,47	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	31,76	Percentual

APÊNDICE BB – Indicadores/Quocientes: WEG Controladora 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG S/A	Exercício Findo:
Controladora	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	31
Ativo Circulante = (AC)	61.726
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	6.599
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	766.394
Passivo Circulante = (PC)	59.392
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	13.351
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	72.743
Patrimônio Líquido = (PL)	693.651
Receita Operacional Líquida = (NS)	0
Custo das Vendas = (COS)	0
Lucro Operacional Bruto = (GP)	0
Lucro Operacional Líquido = (OP)	225.357
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	220.326

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,001	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,039	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,039	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	0,939	Reais
B Estrutura de Endividamento				
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	9,49	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	10,49	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	81,65	Percentual
C Rotação ou Giro				
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	0	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,00	Reais
D Rentabilidade e Lucratividade				
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	0,00	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	0,00	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	0,00	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	28,75	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	31,76	Percentual

APÊNDICE CC – Indicadores/Quocientes: WEG Indústrias 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG Industrias S/A	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	54.073
Ativo Circulante = (AC)	448.563
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	103.156
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	69.185
Estoques = (E)	101.008
Contas a Receber = (CR)	278.632
Ativo Total = (AT)	754.836
Passivo Circulante = (PC)	230.097
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	95.462
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	325.559
Patrimônio Líquido = (PL)	429.277
Receita Operacional Líquida = (NS)	1.129.926
Custo das Vendas = (COS)	707.224
Lucro Operacional Bruto = (GP)	422.702
Lucro Operacional Líquido = (OP)	272.513
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	213.604

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,235	Reais
2	Liquidez Seca	$(AC-Eda)/PC$	1,501	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,949	Reais
4	Liquidez Geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)$	1,590	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	$ET/(ET+PL)$	43,13	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	75,84	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	70,68	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	7,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	$(E*360)/COS$	51	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	4,06	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	$(CR*360)/NS$	89	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	1,50	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	$(GP/NS)*100$	37,41	Percentual
2	Margem Operacional	$(OP/NS)*100$	24,12	Percentual
3	Margem Líquida	$(LL/NS)*100$	18,90	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	$(LL/AT)*100$	28,30	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	$(LL/PL)*100$	49,76	Percentual

APÊNDICE DD – Indicadores/Quocientes: WEG Exportadora 02

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG Exportadora S/A	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2002
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	491.683
Ativo Circulante = (AC)	595.230
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	2
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	47.987
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	99.776
Ativo Total = (AT)	907.350
Passivo Circulante = (PC)	535.472
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	130.799
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	666.271
Patrimônio Líquido = (PL)	241.079
Receita Operacional Líquida = (NS)	386.046
Custo das Vendas = (COS)	377.032
Lucro Operacional Bruto = (GP)	9.014
Lucro Operacional Líquido = (OP)	21.209
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	27.530

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,918	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,112	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,112	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	0,965	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	73,43	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	276,37	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	80,37	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	3,87	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	93	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,43	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	2,33	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	5,49	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	7,13	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	3,03	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	11,42	Percentual

APÊNDICE EE – Indicadores/Quocientes: WEG Consolidado 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Grupo: WEG	Exercício Findo:
Consolidado	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	477.470
Ativo Circulante = (AC)	1.153.651
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	288.100
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	337.391
Estoques = (E)	283.835
Contas a Receber = (CR)	340.459
Ativo Total = (AT)	1.923.291
Passivo Circulante = (PC)	720.373
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	340.900
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	1.061.273
Patrimônio Líquido = (PL)	861.426
Receita Operacional Líquida = (NS)	1.694.160
Custo das Vendas = (COS)	1.027.434
Lucro Operacional Bruto = (GP)	666.726
Lucro Operacional Líquido = (OP)	391.979
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	307.809

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,663	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	1,202	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	1,601	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	1,405	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	55,20	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	123,20	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	67,88	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	3,62	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	99	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	4,98	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	72	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,88	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	39,35	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	23,14	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	18,17	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	16,00	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	35,73	Percentual

APÊNDICE FF – Indicadores/Quocientes: WEG Controladora 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG S/A	Exercício Findo:
Controladora	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	37.937
Ativo Circulante = (AC)	165.399
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	0
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	7.314
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	0
Ativo Total = (AT)	944.452
Passivo Circulante = (PC)	76.031
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	6.994
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	83.025
Patrimônio Líquido = (PL)	861.426
Receita Operacional Líquida = (NS)	0
Custo das Vendas = (COS)	0
Lucro Operacional Bruto = (GP)	0
Lucro Operacional Líquido = (OP)	312.923
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	307.809

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,499	Reais
2	Liquidez Seca	$(AC-Eda)/PC$	2,175	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	2,175	Reais
4	Liquidez Geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)$	2,080	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	$ET/(ET+PL)$	8,79	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	9,64	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	91,58	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	$(E*360)/COS$	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	0,00	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	$(CR*360)/NS$	0	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,00	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	$(GP/NS)*100$	0,00	Percentual
2	Margem Operacional	$(OP/NS)*100$	0,00	Percentual
3	Margem Líquida	$(LL/NS)*100$	0,00	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	$(LL/AT)*100$	32,59	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	$(LL/PL)*100$	35,73	Percentual

APÊNDICE GG – Indicadores/Quocientes: WEG Indústrias 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG Industrias S/A	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	65.210
Ativo Circulante = (AC)	657.608
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	124.903
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	71.333
Estoques = (E)	122.095
Contas a Receber = (CR)	450.956
Ativo Total = (AT)	1.041.194
Passivo Circulante = (PC)	317.565
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	202.151
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	519.716
Patrimônio Líquido = (PL)	521.478
Receita Operacional Líquida = (NS)	1.490.912
Custo das Vendas = (COS)	947.833
Lucro Operacional Bruto = (GP)	543.079
Lucro Operacional Líquido = (OP)	364.371
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	286.394

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,205	Reais
2	Liquidez Seca	$(AC-Eda)/PC$	1,677	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	2,071	Reais
4	Liquidez Geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)$	1,403	Reais
B	Estrutura de Endividamento			
1	Relação Capital de Terceiros e Total	$ET/(ET+PL)$	49,92	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	99,66	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	61,10	Percentual
C	Rotação ou Giro			
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	7,76	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	$(E*360)/COS$	46	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	3,31	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	$(CR*360)/NS$	109	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	1,43	Reais
D	Rentabilidade e Lucratividade			
1	Margem Bruta	$(GP/NS)*100$	36,43	Percentual
2	Margem Operacional	$(OP/NS)*100$	24,44	Percentual
3	Margem Líquida	$(LL/NS)*100$	19,21	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	$(LL/AT)*100$	27,51	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	$(LL/PL)*100$	54,92	Percentual

APÊNDICE HH – Indicadores/Quocientes: WEG Exportadora 03

I - Valores Extraídos dos Demonstrativos Financeiros	
Empresa: WEG Exportadora S/A	Exercício Findo:
Controlada	31/12/2003
Grupo de Contas	Valor R\$/000
Disponibilidades = (D)	334.466
Ativo Circulante = (AC)	418.439
Estoques e Despesas Antecipadas = (Eda)	3
Realizável a Longo Prazo = (RLP)	92.419
Estoques = (E)	0
Contas a Receber = (CR)	74.171
Ativo Total = (AT)	780.067
Passivo Circulante = (PC)	461.810
Exigível a Longo Prazo = (ELP)	108.094
Resultado de Exercícios Futuros = (REF)	0
Exigível Total = (ET)	569.904
Patrimônio Líquido = (PL)	210.163
Receita Operacional Líquida = (NS)	556.035
Custo das Vendas = (COS)	553.104
Lucro Operacional Bruto = (GP)	2.931
Lucro Operacional Líquido = (OP)	12.535
Lucro Líquido do Exercício = (LL)	5.621

II - Cálculo dos Indicadores/Quocientes Financeiros				
A	Quocientes de Liquidez e Solvência	Fórmula	Indicador	Expresso em
1	Liquidez Imediata	D/PC	0,724	Reais
2	Liquidez Seca	(AC-Eda)/PC	0,906	Reais
3	Liquidez Corrente	AC/PC	0,906	Reais
4	Liquidez Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP+REF)	0,896	Reais
B Estrutura de Endividamento				
1	Relação Capital de Terceiros e Total	ET/(ET+PL)	73,06	Percentual
2	Relação Capital de Terceiros e Próprio	ET/PL	271,17	Percentual
3	Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	PC/ET	81,03	Percentual
C Rotação ou Giro				
1	Rotatividade dos Estoques	COS/E	0,00	Vezez/Ano
2	Prazo Médio de Estocagem	(E*360)/COS	0	Dias
3	Rotação de Contas a Receber	NS/CR	7,50	Vezez/Ano
4	Prazo Médio de Cobrança	(CR*360)/NS	48	Dias
5	Rotatividade do Ativo	NS/AT	0,71	Reais
D Rentabilidade e Lucratividade				
1	Margem Bruta	(GP/NS)*100	0,53	Percentual
2	Margem Operacional	(OP/NS)*100	2,25	Percentual
3	Margem Líquida	(LL/NS)*100	1,01	Percentual
4	Retorno sobre o Ativo Total - ROA	(LL/AT)*100	0,72	Percentual
5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE	(LL/PL)*100	2,67	Percentual